Tipo documento: **CAPA PROCESSO**
Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 0000173-50.1999.8.24.0055

Capa: **Parte 1**

Nº do processo 0000173-50.1999.8.24.0055
Classe da ação: EXECUÇÃO FISCAL
Competência Tributário Federal - Execução Fiscal
Data de autuação: 23/02/1999 00:00:00
Situação SUSP/SOBR-P.Decisão Judicial
Órgão Julgador:
Juízo da 2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho
Juiz(a): RODRIGO CLIMACO JOSE

Processos relacionados:

0000020-22.1996.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
50009410620224047222	Relacionado		
0000265-37.2013.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
5001136-30.2023.8.24.0055/SC	Apenso	Restauração de Autos Cível	RIN0201
5001131-08.2023.8.24.0055/SC	Apenso	Restauração de Autos Cível	RIN0201
5001130-23.2023.8.24.0055/SC	Apenso	Restauração de Autos Cível	RIN0201
0002923-39.2010.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0001248-61.1998.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0001249-46.1998.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0000710-21.2014.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0001581-85.2013.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0001225-27.2012.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0001704-06.2001.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0002673-40.2009.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0002633-87.2011.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0001179-14.2007.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0002427-54.2003.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0001274-25.1999.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201
0000537-85.2000.8.24.0055/SC	Apenso	EXECUÇÃO FISCAL	RIN0201

Assuntos

Código	Descrição	Principal
0312	Dívida Ativa (Execução Fiscal), DIREITO TRIBUTÁRIO	Sim

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (00.394.460/0216-53) - Entidade ANDRE GARCIA BARBOSA P1558501	MULLER IMOBILIARIA LTDA (82.768.409/0001-17) - Pessoa Jurídica Procurador(es): FÁBIO JOSÉ AUGUSTIN SC007673 CARLOS EDUARDO PALMEIRA DE SOUZA SC021011

Informações Adicionais

Valor da Causa:	R$ 1.611.359,02	Nível de Sigilo do Processo:	Sem Sigilo (Nível 0)	Anexos Eletrônicos:	Não há anexos
Ação Coletiva de subst. processual:	Não	Admitida execução:	Sim	Antecipação de Tutela:	Não Requerida
Criança e Adolescente:	Não	Doença Grave:	Não	Grande devedor:	Não
Justiça Gratuita:	Não requerida	Penhora no rosto dos autos:	Não	Penhora/apreensão de bens:	Não
Pessoa com deficiência:	Não	Petição Urgente:	Não	Possui bem associado:	não
Prioridade Atendimento:	Não	Reconvenção:	Não	Vista Ministério Público:	Não
Total CDA:	0				

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 1

Evento:
PROCESSO_DISTRIBUIDO_POR_SORTEIO
Data:
23/02/1999 15:03:46
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 2

Evento:
JUNTADA_DE_AR
Data:
18/03/1999 13:30:27
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 3

Evento:
AGUARDANDO_MANIFESTACAO_DO_REU
Data:
18/03/1999 13:35:19
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
3

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 4

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___COM_NOMEACAO_DE_BENS_A_PENHORA_
Data:
25/03/1999 18:54:31
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 5

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
25/03/1999 18:55:37
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 6

Evento:

DESPACHO_OUTROS___MANIFESTE_SE_A_FAZENDA_PUBLICA_SOBRE_O_REQUERIMENTO_RETR

Data:
05/04/1999 16:55:08

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 7

Evento:
DESPACHO_OUTROS
Data:
28/12/1999 13:21:41
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 8

Evento:
MANDADO_EMITIDO___PENHORA_E_INTIMACAO
Data:
29/06/2000 11:40:56
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
8

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 9

Evento:
DESPACHO_OUTROS___DEFIRO_O_PEDIDO_RETRO_INT_19_10_01_
Data:
03/12/2001 16:16:42
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
9

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 10

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO
Data:
27/01/2003 16:16:56
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
10

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 11

Evento:

DESPACHO_OUTROS___TENDO_EM_VISTA_A_PETICAO_E_DOCUMENTOS_DE_FLS__DETERMINO_A

Data:
22/03/2005 14:47:15

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
11

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 12

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
22/11/2005 13:31:05
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
12

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 13

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
22/11/2005 13:38:14
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
13

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 14

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
16/12/2005 16:28:04
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 15

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___JUNTADA_DE_PETICAO_REQUERENDO_QUE_SEJA_ENCAMINHANDO_O_

Data:
19/12/2005 15:26:21

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
15

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 16

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
19/12/2005 15:39:49
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
16

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 17

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
19/12/2005 15:49:01
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
17

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 18

Evento:

DESPACHO_OUTROS___DEFIRO_O_PEDIDO_RETRO__APOS_CUMPRA_SE_O_DESPACHO_DE_FLS_

Data:
17/05/2007 10:30:46

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
18

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 19

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
18/06/2007 16:09:05
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
19

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 20

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
27/08/2007 16:52:52
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
20

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 21

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
27/08/2007 16:53:04
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
21

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 22

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
03/10/2007 16:39:02
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
22

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 23

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___DO_EXEQUENTE_REQUERENDO_A_CONCESSAO_DO_PRAZO_DE_60__S

Data:
19/11/2007 16:36:17

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 24

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___GRJ
Data:
27/11/2007 13:11:33
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
24

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 25

Evento:

MANDADO_EMITIDO___MANDADO_Nº__1_ SITUACAO__NAO_CUMPRIDO LOCAL__CARTORIO_CIVE

Data:
28/11/2007 17:41:35

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
25

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 26

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___DO_EXECUTADO_REQUERENDO_A_SUSPENSAO_DO_PRESENTE_FEITO

Data:
10/04/2008 13:32:03

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
26

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 27

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
10/04/2008 15:23:16
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
27

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 28

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
11/04/2008 13:44:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
28

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 29

Evento:

DESPACHO_OUTROS___INTIME_SE_O_CREDOR_PARA_QUE_SE_MANIFESTE_SOBRE_OS_DOCUME

Data:
11/04/2008 16:09:37

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 30

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
16/04/2008 16:38:17
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
30

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 31

Evento:
CERTIDAO_EMITIDA___GENERICO
Data:
22/04/2008 18:33:06
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
31

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 32

Evento:

ATO_ORDINATORIO_INTIMACAO_DA_CERTIDAO___FICA_INTIMADO_O_EXEQUENTE_PARA_MANIFE

Data:
23/04/2008 14:56:31

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 33

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
08/07/2008 13:53:10
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 34

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
08/07/2008 13:55:53
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
34

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 35

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
27/11/2009 12:47:41
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
35

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 36

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO
Data:
14/12/2009 16:23:12
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
36

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 37

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
15/12/2009 17:56:18
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
37

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 38

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
15/12/2009 18:26:35
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
38

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 39

Evento:
DESPACHO_OUTROS___AO_SR__LEILOEIRO_
Data:
08/01/2010 15:13:37
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 40

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
15/01/2010 17:53:05
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 41

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_PORTEIRO_LEILOEIRO
Data:
19/02/2010 14:20:30
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
41

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 42

Evento:
CARGA_AO_PORTEIRO_LEILOEIRO
Data:
19/02/2010 14:20:49
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 43

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
31/03/2010 13:56:23
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
43

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 44

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___REQUERENDO_DESIGNACAO_PRACA_LEILAO_
Data:
08/04/2010 16:06:13
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 45

Evento:
OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___HASTA_PUBLICA
Data:
12/04/2010 12:51:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 46

Evento:
OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___HASTA_PUBLICA
Data:
12/04/2010 12:51:44
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
46

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 47

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___EDITAL_DESIGNANDO_DATAS_LEILAO_
Data:
22/04/2010 17:09:38
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
47

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 48

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___REQUER_INTIMACAO_DA_HASTA_PUBLICA_
Data:
27/04/2010 15:05:09
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
48

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 49

Evento:

DEVOLUCAO_DE_CORRESPONDENCIA___OUTROS_MOTIVOS___JUNTADA_DE_AR___AR623901335

Data:
13/05/2010 18:26:41

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
49

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 50

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR623901344TJ SITUACAO___CUMPRIDO DESTINATARIO

Data:
13/05/2010 18:26:41

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
50

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 51

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___REQUER_SUSPENSAO_DO_LEILAO_PRACA_
Data:
17/05/2010 13:37:58
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
51

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 52

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
17/05/2010 13:43:40
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
52

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 53

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
18/05/2010 09:02:01
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
53

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 54

Evento:

DESPACHO_OUTROS___ANTE_O_TEOR_DA_PETICAO_RETRO_SUSPENDO_A_HASTA_PUBLICA_EM

Data:
18/05/2010 15:57:49

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
54

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 55

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
18/05/2010 16:54:22
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
55

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 56

Evento:
OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
18/05/2010 16:57:24
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
56

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 57

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
19/05/2010 13:16:52
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
57

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 58

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
19/05/2010 13:17:42
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
58

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 59

Evento:
OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
01/06/2010 15:23:36
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
59

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 60

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
18/06/2010 14:06:12
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
60

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 61

Evento:
CERTIFICADO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___CERTIDAO_GENERICA
Data:
30/06/2010 13:20:31
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
61

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 62

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO
Data:
22/06/2011 17:33:10
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
62

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 63

Evento:
REDISTRIBUICAO_DE_PROCESSO___SAIDA___REDISTRIBUIDO_PARA_A_2ª_VARA
Data:
14/07/2011 17:36:14
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
63

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 64

Evento:

PROCESSO_REDISTRIBUIDO_POR_DIRECIONAMENTO___REDISTRIBUIDO_PARA_A_2ª_VARA

Data:
14/07/2011 17:36:14

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
64

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 65

Evento:
AGUARDANDO_CUMPRIR_DESPACHO
Data:
21/05/2012 17:02:58
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
65

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 66

Evento:
AGUARDANDO_CUMPRIR_DESPACHO
Data:
30/10/2012 16:13:56
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
66

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 67

Evento:
CERTIFICADO_A_INTIMACAO_EM_CARTORIO___INTIMACAO_EM_CARTORIO
Data:
05/12/2014 14:08:58
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
67

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Rio Negrinho
2ª Vara

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO EM CARTÓRIO

Autos nº 0000173-50.1999.8.24.0055

Ação: Execução Fiscal/Dívida Ativa
Exequente: União Federal
Executado: Móveis Müller Ltda.

CERTIFICO, para os devidos fins, que, na presente data, às 13:00 horas, os presentes autos, foram entregues ao EXEQUENTE, na pessoa do **Procurador(a) da Fazenda Nacional, Seccional de Joinville/SC**, em carga, mediante lote n.º 2014.00021435 do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os atos do processo.

O referido é verdade, do que dou fé.

Rio Negrinho (SC), 09 de dezembro de 2014.

Paola Seidel Lombardi
Chefe de Cartório

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 68

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_A_FAZENDA_PUBLICA
Data:
09/12/2014 12:54:44
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
68

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 69

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
09/06/2015 17:07:54
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
69

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 70

Evento:
CERTIFICADO_A_INTIMACAO_EM_CARTORIO___INTIMACAO_EM_CARTORIO
Data:
18/11/2015 15:38:38
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Rio Negrinho
2ª Vara

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO EM CARTÓRIO

Autos nº 0000173-50.1999.8.24.0055

Ação: Execução Fiscal
Exequente: União Federal/
Executado: Móveis Müller Ltda./

CERTIFICO, para os devidos fins, que, nesta data, os presentes autos, foram entregues ao Procurador do **Exequente: Procuradoria da Fazenda Nacional - Secciona de Joinville - SC**, em carga, mediante lote n.º 2015.00010991 do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade, do que dou fé.

Rio Negrinho (SC), 20 de novembro de 2015.

Paola Seidel Lombardi
Chefe de Cartório

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 71

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_A_FAZENDA_PUBLICA
Data:
20/11/2015 12:49:44
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
71

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 72

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
22/02/2016 18:25:30
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
72

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 73

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___JUNTADA_A_PETICAO_DIVERSA___TIPO__PEDIDO_DE_SUSPENSAO_DE

Data:
23/02/2016 15:23:46

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
73

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 74

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO___DESPACHO
Data:
31/05/2016 14:49:04
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
74

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 75

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
03/08/2016 14:50:24
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
75

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 76

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_SOBRESTADO_POR_PARCELAMENTO_DO_DEBITO___DIANTE_DO_PARCE

Data:
12/12/2016 17:39:49

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
76

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca -Rio Negrinho
2ª Vara

Autos n. 0000173-50.1999.8.24.0055
Ação: Execução Fiscal
Exequente: União Federal
Executado: Móveis Müller Ltda.

DECISÃO

Diante do parcelamento do débito, suspendo a Execução pelo prazo concedido pela parte Exequente para o cumprimento voluntário da obrigação pela parte Executada e determino o arquivamento administrativo do processo, sem prejuízo do seu prosseguimento, após o requerimento do interessado, e do decurso do prazo de prescrição intercorrente.

Intime-se.

Rio Negrinho (SC), 09 de dezembro de 2016.

Rubens Ribeiro da Silva Neto
Juiz de Direito

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 77

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_A_FAZENDA_PUBLICA
Data:
13/02/2017 13:51:24
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
77

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 78

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
16/05/2017 16:19:01
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
78

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 79

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
25/07/2017 14:37:03
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
79

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 80

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
21/09/2017 14:48:01
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
80

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 81

Evento:
PROCESSO_FISICO_CONVERTIDO_EM_PROCESSO_ELETRONICO
Data:
30/11/2017 13:52:36
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
81

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 82

Evento:
JUNTADA
Data:
30/11/2017 14:01:24
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
82

055.99.000173-8

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA REGIONAL DE JOINVILLE - SC

Cartório do Cível e Fazenda da Comarca de Rio Negrinho, SC
Fls. 02

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRINHO - SC

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 39, parágrafo 1º, da Lei nº 8.212, de 27 de julho de 1991, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

Devedor: MÓVEIS MÜLLER LTDA
CGC: 82.768.409/0001-17
Domicílio: Rodovia BR 280, s/n - Vila Nova, Rio Negrinho - SC
CEP: 89.295-000
e/ou: Sandra Müller Stoeberl - CPF 450.595.439-00 Gilson Pedro Stoeberl - CPF 383.754.359-53
a presente Execução Fiscal para cobrança da dívida do valor de R$ 833.730,48
Importância por extenso: (Oitocentos e trinta e três mil, setecentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)
Conforme a(s) anexa(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa nº 55.644.166-4, 55.743.377-0 e 55.744.066-1

Cartório do Crime e Anexos do Fórum
03
Rio Negrinho - SC

Nestas condições, requer a V. Exa. a citação do executado para, no prazo máximo de 5(cinco) dias, quitar a dívida e seus acréscimos, a se calcularem quando do efetivo pagamento, na forma do título executivo anexo ou nomear bens que garantam o Juízo, sob pena de, não o fazendo, proceder-se à penhora ou arresto de tanto de seus bens quantos bastem para garantir a execução, tudo nos termos do disposto na Lei nº 6.830/80, no art. 39, seus incisos, parágrafo e no art. 53 - Lei 8.212 de 24.07.91 e Decreto nº 2.173 de 05.03.97, e ainda a distribuição por conexão da seguinte execução fiscal caso haja outra em face do mesmo devedor.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenando o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com acréscimos calculados até a data da distribuição.

Termos em que, pede e espera deferimento.

De Joinville - SC para Rio Negrinho - SC em 28 de dezembro de 1998.

MOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 19296-B - Matr. 0949347

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
29 022	20 622 007	323638210	55.644.166-4	01

DEVEDOR					
MOVEIS MULLER LTDA.					
ENDEREÇO					CEP
ROD BR 280 SN VILA NOVA	RIO NEGRINHO			SC	89295-000
MATRÍCULA (CEI)	CPF / CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 03/95 A 07/95	/CGC 82.768.409/0001-17	11/98	18/11/98	3	417

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
48.002,01		42.841,86

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
28.801,19	119.645,06

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

SANDRA MULLER STIPP&FRL

RUA ESMERALDA SCHROTER, 2134

ALEGRE RIO NEGRINHO SC 89295-000 00045059543900

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

DIRSON PEDRO STIPP&FRL

RUA MARTIN ZIPPERER,S/N

ALEGRE RIO NEGRINHO SC 89295-000 00038375435953

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - LIPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B". REGULAMENTADA PELO RCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILLE, 30 de NOVEMBRO de 1998

MOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 19206-B - Matr. 0340347

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
20-022	20 622 007	3236838710	55.644.166-4	01

DEVEDOR					
MOVEIS MULLER LTDA.					
ENDEREÇO					**CEP**
MATRÍCULA (CEI)	**CPF / CGC**	**DATA DE CÁLCULO**	**DATA DA INSCRIÇÃO**	**LIVRO**	**FOLHAS**
VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	**ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**		**JUROS**		
MULTA		**VALOR DA DÍVIDA**			
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART.122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 135, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART.139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174, LEI N. 7.256/84, ART.19, II, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C", DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 3, LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9, LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO RCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145, LEI N. 7./87/89, ART. 10, II, LEI N. 7./99/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS, LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1, LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33, LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II, LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO RCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILLE, 30 de NOVEMBRO de 1998

MOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 19296-B - Mat. 0949047

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

06

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
20 022	20 622 007	32336382 10	35.644.166-4	01

DEVEDOR					
MOVEIS MULLER LTDA.					
ENDEREÇO					**CEP**
MATRÍCULA (CEI)	**CPF / CGC**	**DATA DE CÁLCULO**	**DATA DA INSCRIÇÃO**	**LIVRO**	**FOLHAS**
VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	**ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**	**JUROS**			
MULTA	**VALOR DA DÍVIDA**				
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

06 - DECRETO-LEI N. 1.422/75, DECRETO N. 76.923/75, DECRETO N. 87.043/82, ART. 3 E 14, DECRETO-LEI N.1.861/81 E DECRETO-LEI N. 1.867/81, LEI N. 2.613/55, ART. 6 PARAGRAFO 4, DECRETO-LEI N. 1.146/70, ART. 2 E LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, II, LEI N. 8.029/90, ART. 8, PARAGRAFOS 3 E 4 E LEI N. 8.156/90, ART.1. CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139 E ART. 155. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85,ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART. 55, ART. 66 E ART. 67, DECRETO N. 91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II, LEI N. 8.212/91, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART.94, REGULAMENTADA PELO RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 99. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILLE, 20 de NOVEMBRO de 1998

JOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 19296-B - Matr. 0[illegible]

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 01

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.644.166-4 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000323638210 TIPO: 07 DATA: 27/06/96 DATA PROCESSAMENTO: 17/11/98

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

CAT: 1 CGC/CPF: 82.768.409/0001-17 MATRICULA CEI: ATIVIDADE: 1050094

ENDERECO: ROD BR 280 SN

BAIRRO: VILA NOVA MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

FUND. LEGAIS: FASE: SCO DATA: 18/11/98 PARCELAS: ESPECIE: 99

CODIGO FEITO: 01 GRAF: 20-622 DATA ESPECIFICA: CNAE: 036110

NUM.CO-RESP: 002 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 17/11/98

DEBITO: 32363821-0 TIPO: 07 ESPECIE: 11 FUND.LEGAIS: 2 3 6 DT.DOC.ORIGEM: 24/06/96

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR EM REAL	MULTA EM REAL	TOTAL EM REAL
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM UFIR	
03/95	9.868,44	0,00	0,00 0,0000	9868,44	0,00 9630,62	0,00	5921,06 0,00	25.420,12
04/95	9.178,29	0,00	0,00 0,0000	9178,29	0,00 8567,60	0,00	5506,97 0,00	23.252,86
05/95	8.935,90	0,00	0,00 0,0000	8935,90	0,00 7979,76	0,00	5361,54 0,00	22.277,20
06/95	9.392,47	0,00	0,00 0,0000	9392,47	0,00 8009,90	0,00	5635,48 0,00	23.037,85
07/95	10.626,91	0,00	0,00 0,0000	10626,91	0,00 8654,56	0,00	6376,14 0,00	25.657,61
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	48002,01	43041,86	0,00	28801,19	

[redacted]EBITO CONSOLIDADO EM REAL: 119.645,06

VALORES EM MOEDA DA EPOCA

*** CONTINUA ***

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 02

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.744.166-4 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000323638210 TIPO: 07 DATA: 27/06/96 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 CONCIS

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

TOTAL GERAL	PRINCIPAL	JUROS	JUROS LEI	TR.	MULTA	TOTAL
	48.002,01	0,00	42.841,86	0,00	28.801,19	119.645,06

UFIR UTILIZADA PARA CONVERSAO ---> 0,9611

TABELA DE MOEDAS

ATE 01/67 - CRUZEIROS
02/67 A 02/86 - CRUZEIRO NOVO/CRUZEIRO
03/86 A 12/88 - CRUZADO
01/89 A 07/93 - CRUZADO NOVO/CRUZEIRO
08/93 A 06/94 - CRUZEIRO REAL
A PARTIR DE 07/94- REAL

*** CONTINUACAO *** DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO FOLHA: 02

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.644.166-4 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000323638210 TIPO: 07 DATA: 27/06/96 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 COMDES



CPF: 450.395.439-00

NOME:SANDRA MULLER STOEDERL

ENDERECO: RUA ESMERALDA SCHROTER, 2134

BAIRRO: ALEGRE MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

CPF: 383.754.359-53

NOME:GILSON PEDRO STOEBERL

ENDERECO: RUA MARTIN ZIPPERER,S/N

BAIRRO: ALEGRE MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Fls. 10

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
20-022	20-622-007	55717964	55.743.377-0	01

DEVEDOR
MOVEIS MULLER LTDA.

ENDEREÇO
RODOVIA BR 280 SN
VILA NOVA — RIO NEGRINHO — SC — **CEP** 89295-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF / CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 08/95 A 03/97	/CGC 82.768.409/0001-17	11/98	18/11/98	3	416

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
233.163,24		129.223,84

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
139.897,86	502.284,94

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
SANDRA MULLER STUEPERL
RUA ESMERALDA SCHROTTER S/N
ALEGRE — RIO NEGRINHO — SC 89295-000 — 000450595439OO

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
OTTOMAR PEDRO STUEPERL
RUA ESMERALDA SCHROTTER S/N
ALEGRE — RIO NEGRINHO — SC 89295-000 — 000383754359S3

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARADRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081//9, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817//85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, 1 E PARAGRAFOS, ART. 54, 1, "D", ART. 76, III E ART. 79, DECRETO N. 91.406/85, ART.1, DECRETO LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3, LEI N. 7.787//89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9, LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARADRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, 1, "B", REGULAMENTADA PELO RCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, 1 E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

05 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, IV, ART. 122, VII, "A" E PARADRAFOS 1 A 4 E ART. 139, I, "B". RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 33, II, "B", ART. 41, II, PARAGRAFO 2, ART. 54, I, "D", PARAGRAFO 2 E ART.64, PARAGRAFO 3, DECRETO N.91.406/85, ART. 1, DECRETO-LEI N. 2.318/86, LEI COMPLEMENTAR N. 84, DE 18.01.96, DECRETO N. 1.826, DE 29.02.96.

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILLE, 30 de NOVEMBRO de 1998

MOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 19236

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

11

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
20 022	20 622 007	35521795164	55.743.377 0	01

DEVEDOR					
MOVEIS MULLER LTDA.					
ENDEREÇO					**CEP**
MATRÍCULA (CEI)	**CPF / CGC**	**DATA DE CÁLCULO**	**DATA DA INSCRIÇÃO**	**LIVRO**	**FOLHAS**
VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	**ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**		**JUROS**		
MULTA		**VALOR DA DÍVIDA**			
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 138, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174, LEI N. 7.256/84, ART. 19, II, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C", DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 3, LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9, LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO RCPCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145, LEI N. 7.787/89, ART. 10, II, LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS, LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1, LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 34, LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II, LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO RCPCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILE, 30 de NOVEMBRO de 1999

MOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 19296-B - Insc. 0946547

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Fls. 12

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
20-022	20-622-007	55/1/79564	55./43.377-0	01

DEVEDOR					
MOVEIS MULLER LTDA.					
ENDEREÇO					CEP
MATRÍCULA (CEI)	CPF / CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS			
MULTA	VALOR DA DÍVIDA				
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					
CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)					

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

06 - DECRETO-LEI N. 1.422//5, DECRETO N. 76.923//5, DECRETO N. 87.043/82, ART. 3 E 14, DECRETO-LEI N.1.861/81 E DECRETO-LEI N. 1.867//81. LEI N. 2.613/55, ART. 6 PARAGRAFO 4, DECRETO-LEI N. 1.146//0, ART. 2 E LEI COMPLEMENTAR N. 11//1, ART. 15, II, LEI N. 8.029/90, ART. 8, PARAGRAFOS 3 E 4 E LEI N. 8.154/90, ART.1. CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139 E ART. 155. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85,ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART. 65, ART. 66 E ART. 67. DECRETO N. 91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II. LEI N. 8.212/91, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART.94, REGULAMENTADA PELO RCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 99. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILLE, 30 de NOVEMBRO de 1992

MOACIR LUCAS PEREIRA
PROCURADOR Regional

FUNCIONARIO E MATRICULA OAB/SC 3949347

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 01

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.743.377-0 VERSAO: A. 00
DOC. ORIGEM: 000557179564 TIPO: 07 DATA: 22/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 COMCES

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

CAT: 1 CGC/CPF: 82.768.409/0001-17 MATRICULA CEI: ATIVIDADE: 1090224

ENDERECO: RODOVIA BR 280 SN

BAIRRO: VILA NOVA MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

FUND. LEGAIS: FASE: 520 DATA: 18/11/98 PARCELAS: ESPECIE: 99
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 20-622 DATA ESPECIFICA: CANAL: 036110
NUM.CO-RESP: 002 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 19/11/98

DEBITO: 32560232-8 TIPO: 07 ESPECIE: 11 FUND.LEGAIS: 2 3 5 6 DT.DOC.ORIGEM: 19/08/97

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8781	TR EM REAL	MULTA EM REAL MULTA EM UFIR	TOTAL EM REAL
08/95	9.034,99	0,00	0,00 0,0000	9034,99	0,00 7058,14	0,00	5420,99 0,00	21.514,12
09/95	11.638,04	0,00	0,00 0,0000	11638,04	0,00 8732,02	0,00	6982,82 0,00	27.352,88
10/95	10.001,93	0,00	0,00 0,0000	10001,93	0,00 7216,39	0,00	6001,15 0,00	23.219,47
11/95	9.928,44	0,00	0,00 0,0000	9928,44	0,00 6887,36	0,00	5957,06 0,00	22.772,86
12/95	9.933,05	0,00	0,00 0,0000	9933,05	0,00 6634,28	0,00	5959,83 0,00	22.527,16
13/95	7.935,77	0,00	0,00 0,0000	7935,77	0,00 5505,04	0,00	4761,46 0,00	18.202,27
01/9	8.142,37	0,00	0,00 0,0000	8142,37	0,00 5646,94	0,00	4885,42 0,00	18.674,73
02/96	7.775,85	0,00	0,00 0,0000	7775,85	0,00 4838,13	0,00	4665,51 0,00	17.279,49
03/96	9.091,75	0,00	0,00 0,0000	9091,75	0,00 5468,69	0,00	5455,05 0,00	20.015,49

*** CONTINUA ***

14

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 02

PROC EST/REB: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 35.743.377-0 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000557179564 TIPO: 07 DATA: 22/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 CONCLS

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

DEBITO: 32560232-8 TIPO: 07 ESPECIE: 11 FUND.LEGAIS: 2 3 5 6 DT.DOC.ORIGEM: 17/03/97

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR EM REAL	MULTA EM REAL.	TOTAL EM REAL.
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM UFIR	
04/96	11.000,42	0,00	0,00 0,0000	11000,42	0,00 6395,64	0,00	6400,35 0,00	23.796,31
05/96	11.981,83	0,00	0,00 0,0000	11981,83	0,00 6729,00	0,00	7189,09 0,00	25.899,92
06/96	11.645,14	0,00	0,00 0,0000	11645,14	0,00 6315,16	0,00	6987,03 0,00	24.947,33
07/9	12.899,09	0,00	0,00 0,0000	12899,09	0,00 6741,06	0,00	7739,45 0,00	27.379,60
08/96	14.477,33	0,00	0,00 0,0000	14477,33	0,00 7290,78	0,00	8686,39 0,00	30.454,50
09/96	13.768,43	0,00	0,00 0,0000	13768,43	0,00 6677,69	0,00	8261,05 0,00	28.707,17
10/96	12.589,08	0,00	0,00 0,0000	12589,08	0,00 5879,10	0,00	7553,44 0,00	26.021,62
11/96	9.755,49	0,00	0,00 0,0000	9755,49	0,00 4300,22	0,00	5853,29 0,00	19.909,00
12/96	9.755,59	0,00	0,00 0,0000	9755,59	0,00 4211,49	0,00	5853,35 0,00	19.820,43
13/96	8.147,55	0,00	0,00 0,0000	8147,55	0,00 3650,25	0,00	4888,53 0,00	16.684,33
01/97	9.597,91	0,00	0,00 0,0000	9597,91	0,00 3983,13	0,00	5758,74 0,00	19.339,78
02/97	11.035,64	0,00	0,00 0,0000	11035,64	0,00 4398,81	0,00	6621,38 0,00	22.055,83
03/97	13.027,55	0,00	0,00 0,0000	13027,55	0,00 4976,52	0,00	7816,53 0,00	25.820,60
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	233163,24	129223,84	0,00	139897,86	

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 502.284,94

*** CONTINUA ***

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 03

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.743.377-0 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000557179564 TIPO: 07 DATA: 22/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 CONCES

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

TOTAL GERAL	PRINCIPAL	JUROS	JUROS LEI	IR.	MULTA	TOTAL
	233.163,24	0,00	129.223,84	0,00	139.897,86	502.284,94

UFIR UTILIZADA PARA CONVERSAO --> 0,9611

TABELA DE MOEDAS

ATE 01/67 - CRUZEIROS
02/67 A 02/86 - CRUZEIRO NOVO/CRUZEIRO
03/86 A 12/88 - CRUZADO
01/89 A 07/93 - CRUZADO NOVO/CRUZEIRO
08/93 A 06/94 - CRUZEIRO REAL
A PARTIR DE 07/94- REAL

Cartório de ... Rio Negrinho - SC
Fls. 15

*** CONTINUACAO *** DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO FOLHA: 03

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.743.377-0 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000557179564 TIPO: 07 DATA: 22/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 CONCES

16

CPF: 450.595.439-00

NOME:SANDRA MULLER STOEBERL

ENDERECO: RUA ESMERALDA SCHROTER S/N

BAIRRO: ALEGRE MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

CPF: 383.754.359-53

NOME:GILSON PEDRO STOEBERL

ENDERECO: RUA ESMERALDA SCHROTER S/N

BAIRRO: ALEGRE MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO

DEVEDOR				
20-022	20-622-007	326359737	55.744.066-1	01

ENDEREÇO	CEP
MOVEIS MULLER LTDA.	

MATRÍCULA (CEI)	CPF/ CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
RODOVIA BR 280 SN VILA NOVA	RIO NEGRINHO			SC 89295-000	

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO		ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		JUROS		
PERIODO DIVIDA	/CGC					
04/97 A 13/97	82.768.409/0001-17	11/98		18/11/98	3	415

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
117.754,56	35.168,66

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

58.877,26 211.800,48

SANDRA MULLER STOEBERL

RUA ESMERALDA SCHROTER S/N

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

ALEGRE RIO NEGRINHO SC 89295-000 000450595439OO

GILSON PEDRO STOEBERL

RUA ESMERALDA SCHROTER S/N

ALEGRE RIO NEGRINHO SC 89295-000 000383754359S3

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

05 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, IV, ART. 122, VII, "A" E PARAGRAFOS 1 A 4 E ART. 139, I, "B". RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 33, II, "B", ART. 41, II, PARAGRAFO 2, ART. 54, I, "D", PARAGRAFO 2 E ART.64, PARAGRAFO 3. DECRETO N.91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86, LEI COMPLEMENTAR N. 84, DE 18.01.96, DECRETO N. 1.826, DE 29.02.96.

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

JOINVILLE, 30 de NOVEMBRO de 1999

MOACIR LUCAS PEREIRA
Chefe da Seção Operacional
OAB/PR 22.558 Matr. 0949347

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

18

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO

DEVEDOR				
20-022	20-622-007	326359737	55.744.066-1	01

ENDEREÇO	CEP
MOVEIS MULLER LTDA.	

MATRÍCULA (CEI)	CPF / CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

(CONTINUACAO)

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART.122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 135, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART.139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174. LEI N. 7.256/84, ART.19, II. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C". DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9. LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILLE, 30 de NOVEMBRO de 1999

MOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 15296-B - Matr. 0940347

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Cartório do Cível ... Fls 19 ... Penhor ... Registro ... SC

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO

DEVEDOR				
20-022	20-622-007	326359737	55.744.066-1	01

ENDEREÇO	CEP
MOVEIS MULLER LTDA.	

MATRÍCULA (CEI)	CPF / CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

(CONTINUACAO)

06 - DECRETO-LEI N. 1.422/75, DECRETO N. 76.923/75, DECRETO N. 87.043/82, ART. 3 E 14, DECRETO-LEI N.1.861/81 E DECRETO-LEI N. 1.867/81. LEI N. 2.613/55, ART. 6 PARAGRAFO 4. DECRETO-LEI N. 1.146/70, ART. 2 E LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, II, LEI N. 8.029/90, ART. 8, PARAGRAFOS 3 E 4 E LEI N. 8.154/90, ART.1. CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139 E ART. 155. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85,ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART. 65, ART. 66 E ART. 67. DECRETO N. 91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II. LEI N. 8.212/91, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART.94, REGULAMENTADA PELO RCCCS APROVADO ELO DECRETO N. 356/91, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 99. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JOINVILLE, 30 de NOVEMBRO de 1998

MOACIR LUCAS PEREIRA
Procurador Regional
OAB/PR 19296-B - Matr. 0949347

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 01

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.744.066-1 VERSAO: A. 00
DOC. ORIGEM: 000326359737 TIPO: 07 DATA: 26/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 17/11/98 COMCES

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

CAT: 1 CGC/CPF: 82.768.409/0001-17 MATRICULA CEI: ATIVIDADE: 1090224

ENDERECO: RODOVIA BR 280 SN

BAIRRO: VILA NOVA MUNICIPIO: RIB.NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

FUND. LEGAIS: FASE: 520 DATA: 18/11/98 PARCELAS: ESPECIE: 27
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 20-622 DATA ESPECIFICA: CNAE: 036110
NUM.CO-RESP: 002 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 19/11/98

DEBITO: 32560233-6 TIPO: 07 ESPECIE: 11 FUND.LEGAIS: 2 3 5 6 DT.DOC.ORIGEM: 17/03/97

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR EM REAL	MULTA EM REAL	TOTAL EM REAL
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM UFIR	
04/97	10.166,36	0,00	0,00	10166,36	0,00	0,00	5083,18	18.972,46
			0,0000		3722,92		0,00	
05/97	15.364,85	0,00	0,00	15364,85	0,00	0,00	7682,42	28.426,50
			0,0000		5379,23		0,00	
06/97	14.900,28	0,00	0,00	14900,28	0,00	0,00	7450,14	27.328,60
			0,0000		4978,18		0,00	
07/97	14.382,74	0,00	0,00	14382,74	0,00	0,00	7191,37	26.150,70
			0,0000		4576,59		0,00	
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	54814,23	18656,92	0,00	27407,11	

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 100.878,26

VALORES EM MOEDA DA EPOCA

*** CONTINUA ***

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

FOLHA: 02

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.744.066-1 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000326359737 TIPO: 07 DATA: 26/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 CONCLS

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

DEBITO: 32635973-7 TIPO: 07 ESPECIE: 11 FUND.LEGAIS: 2 3 5 6 21 DT.DOC.ORIGEM: 23/12/97

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR EM REAL	MULTA EM REAL.	TOTAL EM REAL.
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM UFIR	
08/97	14.470,59	0,00	0,00 0,0000	14470,59	0,00 4374,46	0,00	7235,29 0,00	26.080,34
09/97	13.626,41	0,00	0,00 0,0000	13626,41	0,00 3891,70	0,00	4813,70 0,00	24.331,81
10/97	13.077,49	0,00	0,00 0,0000	13077,49	0,00 3337,38	0,00	6538,74 0,00	22.953,61
11/9	12.589,26	0,00	0,00 0,0000	12589,26	0,00 2038,88	0,00	6294,63 0,00	21.722,77
13/97	9.176,58	0,00	0,00 0,0000	9176,58	0,00 2069,32	0,00	4588,29 0,00	15.834,19
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	62940,33	16511,74	0,00	31470,15	

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 110.922,22

VALORES EM MOEDA DA EPOCA

*** CONTINUA ***

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 03

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.744.066-1 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000326359737 TIPO: 07 DATA: 26/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 COMCES

NOME:MOVEIS MULLER LTDA.

TOTAL GERAL	PRINCIPAL	JUROS	JUROS LEI	TR.	MULTA	TOTAL
	117.754,56	0,00	35.168,66	0,00	58.877,26	211.800,48

UFIR UTILIZADA PARA CONVERSAO ---) 0,9611

TABELA DE MOEDAS

ATE 01/67 - CRUZEIROS
02/67 A 02/86 - CRUZEIRO NOVO/CRUZEIRO
03/86 A 12/88 - CRUZADO
01/89 A 07/93 - CRUZADO NOVO/CRUZEIRO
08/93 A 06/94 - CRUZEIRO REAL
A PARTIR DE 07/94- REAL

Cartório do Crime e Fazendas de Execução
Fls 22
São Ludgero-SC

*** CONTINUACAO *** DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO FOLHA: 03

PROC EST/REG: 20-022 NUMERO DO DEBITO: 55.744.066-1 VERSAO: A. 00

DOC. ORIGEM: 000326359737 TIPO: 07 DATA: 26/01/98 DATA PROCESSAMENTO: 19/11/98 COMARCA

CPF: 450.595.439-00

NOME:SANDRA MULLER STUEBERL

ENDERECO: RUA ESMERALDA SCHROTER S/N

BAIRRO: ALEGRE MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

CPF: 383.754.359-53

NOME:GILSON PEDRO STOEBERL

ENDERECO: RUA ESMERALDA SCHROTER S/N

BAIRRO: ALEGRE MUNICIPIO: RIO NEGRINHO UF: SC CEP: 89295000

Cartório de Crimes, Anexos e Fazenda - Rio Negrinho - SC

23

Cartório do Crime e Feitos da Fazenda
Fls. 24
Rio Negrinho - SC

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca
Em 25 de fevereiro de 1999
O Escrivão

Segue em anexo o seguinte despacho.

Rio Negrinho, 26 de fevereiro de 1999.

CLAUDIA INÊS MAESTRI
Juíza de Direito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

Cartório do Crime e Feitos da Fazenda
Fls 25
Rio Negrinho - SC

R.H.

Cite-se a parte executada.

Para o caso de pronto pagamento fixo provisoriamente os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa.

Rio Negrinho, 26 de fevereiro de 1999.

CLAUDIA INÊS MAESTRI
Juíza de Direito

RECEBIMENTO

Recebidos hoje, do Dra. Claudia I Maestri - Juiza Direito
Em 26 de fevereiro de 19 99
O escrivão:

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que devidamente autorizado pelo despacho supra expedi o ofício 112/99

Rio Negrinho, 10 de março de 1999

JUNTADA

Nesta data, junto o ofício 112/99 que seguem:

Em 12 de março de 1999

O Escrivão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Ofício nº 112/99 FF Comarca de Rio Negrinho, 10 de Março de 1999

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/Autarquias Federais
Exequente: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Executado: Móveis Müller Ltda.

Através da presente carta de citação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta CITADO para, querendo, em 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento do principal, acessórios, verba advocatícia e despesas processuais, ou a garantia do juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou, c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11 da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados -, facultando-se, **a posteriori**, a interposição de embargos. Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do devedor, nos termos dos arts. 10 e 11, de aludido Texto de Lei.

VALOR DO DÉBITO: R$ 833.730,48
DATA DO CÁLCULO:28.12.98
OBSERVAÇÃO: A presente citação considera-se feita na data da entrega desta carta no endereço do executado; ou se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a sua entrega à agência postal (art. 8., II, da Lei nº 8.630/80).
PRAZO: O prazo para apresentação de Embargos à Execução, querendo, é de 30 (trinta) dias, contados: a) do depósito; b) da juntada da prova da fiança bancária; ou, c) da intimação da penhora (art. 16 da Lei nº 6.830/80).

Cláudia Inês Maestri
Juiz de Direito

À
Móveis Muller Ltda
Rio Negrinho - SC

JUNTADA

Nesta data, junto aos autos o(a) ofício que segue.

Em 18 de março de 19 99

O Escrivão

CORREIOS BRÉSIL

AV. DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO
SERVICE DES POSTES

AVIS C5 (OBJETOS DE ...DOS AO EXTERIOR)

☐ DE RECEBIMENTO / DE RÉCEPCION

☐ DE PAGAMENTO / DE PAIEMENT

AGÊNCIA DE ...

Nº DO OBJETO / Nº

ER 3 8 9 7 4 7 8 0 1 BR

DATA POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

MOVEIS MULLER LTDA

ENDEREÇO / ADRESSE

RODOVIA BR 280, S/N

CEP / CODE POSTAL: 89.295-000

CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS: RIO NEGRINHO - SC.

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

CARTORIO DOS FEITOS DA FAZENDA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CAIXA POSTAL 251

CEP / CODE POSTAL: 89.295-000

CIDADE / LOCALITÉ: RIO NEGRINHO

UF: SC

BRASIL

Cartório ... Rio Negrinho ... Santa Catarina

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT

SERGIO NORBERTO AUGUSTIN

75170392-3

Carteiro !

A6 = 105 x 148 mm

UNIDADE DE POSTA
BUREAU DE DÉPÔT

SEED
15 MAR 1999
ACRIO NEGRINHO SC
CARIMBO

NATUREZA

- ☐ CARTA / LETTRE
- ☐ IMPRESSO / IMPRIMÉ
- ☐ ENCOMENDA / COLIS POSTAL
- ☐ CECOGRAMA / CECOGRAMME
- ☐ .....

SERVIÇO

- ☐ REEI SO POSTAL
- ☐ VALE / MANDAT DE POSTE
- ☐ MÃO PRÓPRIA / MAIN PROPRE
- ☐ SEDEX / EMS
- ☐ .....

VALOR DECLARADO / VALEUR DÉCLARÉE

VALOR DO VALE / MONTANT

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

Ofício 142/99 055.99.173-8

(OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) CET AVIS DOIT ÊTRE SIGNÉ PAR LE DESTINATAIRE ET, SI CELA N'EST PAS POSSIBLE, PAR UNE AUTRE PERSONNE Y AUTORISÉE EN VERTU DES RÉGLEMENTS DU PAYS DE DESTINATION OU, SI CES RÉGLEMENTS LE PRÈVOIENT, PAR L'AGENT DU BUREAU DE DESTINATION ET RENVOYÉ PAR LE PREMIER COURRIER DIRECTEMENT À L'EXPÉDITEUR.

UNIDADE DE DESTINO /
BUREAU DE DESTINATION

RIO NEGR
DH 16 MAR 99
SC

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI MENTIONNÉ CI-DESSUS A ÉTÉ DÛMENT

☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ

ASSINAR NO ANVERSO / SIGNER AU RECTO

DATA / DATE

16/03/99

DEVOLVER PELA VIA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE / A RENVOYER PAR LA VOIE LA PLUS RAPIDE (AÉRIENNE OU DE SURFACE) À DESCOUVERT ET EN FRANCHISE DE PORT.

CARIMBO


Cartório do Cível
Fls: 28

JUNTADA

Nesta data, junto petição
que seguem.
Em 23 de março de 19 99
O Escrivão

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza – OAB/SC 11.629
Dra. Janaina Lenhardt – OAB/SC 13.126B
Dra. Marga Thiem – OAB/SC 10.304

29

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRINHO/SC.

Execução Fiscal nº 055.99.000173-8
Exqte: INSS
Extda: MÓVEIS MÜLLER LTDA.

MÓVEIS MÜLLER LTDA., já qualificada nos autos da ação de **Execução Fiscal nº 055.99.000173-8**, que lhe move o **INSS**, igualmente qualificado, através de seus procuradores firmatários (mandato incluso), vem, mui respeitosamente perante V. Exª., informar que protocolou junto à exeqüente, processo de dação em pagamento, conforme cópia anexa, sob nº 44000.002295/98-10, oferecendo em troca de seu débito o seguinte imóvel: um lote de terras rurais, localizado na gleba Abunã, Projeto Fundiário Alto madeira, denominado "Fazenda Presidente prudente – I ", com área total de 14.639,9500 há (quatorze mil, seiscentos e trinta e nove hectares e noventa e cinco ares), cadastrado sob o nº 001.023.067.121-0, devidamente registrado sob o nº AV-02, matrícula nº 010919, página 1, do livro 2 de Registro Geral do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza – OAB/SC 11.629
Dra. Janaina Lenhardt – OAB/SC 13.126B
Dra. Marga Thiem – OAB/SC 10.304

Ante aos fatos ora relatados, vem ofertar em garantia da presente execução os imóveis acima descritos, requerendo seja lavrado o competente termo de nomeação e intimada a executada, através de seus procuradores ora signatários para firmá-la, sendo-lhe deferido prazo para a apresentação dos competentes embargos, bem como seja o exeqüente intimado da nomeação ora efetuada.

Requer, ainda, a juntada dos comprovantes de protocolo anexos, referentes aos processos de dação em pagamento referidos.

Espera deferimento.

Rio Negrinho, 22 de Março de 1.999.

ROBERTO ANTÔNIO DE SOUZA
OAB/SC 11.629

JANAINA LENHARDT
OAB/SC 13.126B

MARGA THIEM
OAB/SC 10.304

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza - OAB/SC 11.629
Dra. Janaina Lenhardt - OAB/SC 13.126B
Dra. Marga Thiem - OAB/SC 10.304

Cartório do Cível e Comércio - SC
Fls. 31

PROCURAÇÃO *"AD JUDICIA"*

MÓVEIS MÜLLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 82768409/0001-17, estabelecida à Rodovia BR 280, nº 1.786, bairro Vila Nova, Rio Negrinho/SC, através de seu representante legal, Sr. **GILSON PEDRO STOEBERL**, inscrito no CPF sob o nº 383 754 359/53

Nomeia e constitui seus bastante procuradores os Advogados, Dr. **ROBERTO ANTONIO DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/SC sob n° 11.629, Dra **MARGA THIEM**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/SC sob o n° 10.304, e Dra. **JANAINA LENHARDT,** brasileira, solteira, inscrita na OAB/SC sob o nº 13.126B, com escritório profissional à Av. Brasil, nº 2.137, esquina com à rua 2.000, sobreloja, fone/fax (047) 367-3204, Balneário Camboriú/SC, onde recebem intimações, a quem confere amplos poderes para o foro em geral com a cláusula ***ad judicia*** para representá-lo(s) em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo-se umas às outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre os quais se funda a ação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, substabelecer a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso enfim, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, na conformidade do artigo 38 do Código de Processo Civil (exceto receber citação inicial) e ainda usar dos poderes contidos na cláusula ***"extra"***, § 4º do art. 70, da Lei 4.215/63 (Estatuto da OAB) e, especialmente para **representá-la em juízo, especialmente nos autos da ação de Execução Fiscal nº 055.99.000173-8, movida pelo INSS.**
Balneário Camboriú, 19 de Março de 1999.

Avenida Brasil, 2.137 - 1° andar - CEP 88.330-000 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC - Fone/fax (047)367-3204

Fls. 32

20ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE "MÓVEIS MÜLLER LTDA"
CGC/MF 82.768.409/0001-17

MÓVEIS MULLER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com contrato social registrado na JUCESC sob nº 60.404 em 10/10/72 e alterado sob nº 70.928 em 30/09/74, 85.014/75 em 03/07/75, 90.773/76 em 18/05/76, 92.686/76 em 10/08/76, 99.040/77 em 01/09/77, 2866-1-78 em 26/01/78, 2866-1-83 em 28/03/83, 2666-2-83 em 08/07/83, 2866-1-84 em 03/08/84, 2866-1-87 em 05/08/87, 2866-1-88 em 28/07/88, 422.0002866-3 em 24/05/89 em 24/05/89, 4220002866-3 em 09/07/90, 4220002866-326/08/91, 4220002866-3 em 25/11/92, 4220002866-3 em 27/09/94, 4220002866-3 em 09/03/95, 4220002866-3 em 24/10/95 e 4220002866-3 em 07/05/96, por seus sócios: Gilson Pedro Stoeberl, brasileiro, casado, industrial, CPF 383.754.359-53, C.I. 22/R 2.373.470 SSP/SC, Sandra Muller Stoeberl, brasileira, casada, industrial, portadora da C.I. 4.104.178-1 SSP/PR e CPF 450.595.439-00 ambos residentes e domiciliados à rua Esmeralda Schroter, s/nº, bairro Alegre, na cidade de Rio Negrinho/SC, conforme qualificação acima, abaixo assinados resolvem:

a) Gilson Pedro Stoeberl - Permanece com 1.000.000 (Hum milhão) quotas.

b) A Sócia Sandra Muller Stoeberl, com a anuência do Sócio Gilson Pedro Stoeberl, cede e transfere, a título de doação, 20.000 (vinte mil) quotas, dando plena, geral e rasa quitação de seus direitos e haveres, ao Sr. Paulo Sykora, abaixo identificado, permanecendo ainda com 980.000 (novecentos e oitenta mil) quotas.

c) O Sócio Paulo Sykora, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito no CPF sob o nº 544.078.268-00, RG nº 5.362.234/SSP/SP, residente e domiciliado à rua 13 de junho, nº 915, apto 15, na cidade de Campo Grande/MS, que ingressa neste ato na sociedade, recebendo, 20.000 (vinte mil) quotas, da Sócia Sandra Muller Stoeberl.

Resumo das Participações

Quotistas	Perc. Capital	Valor de Partic. R$
Gilson Pedro Stoeberl	50%	1.000.000,00
Sandra Muller Stoeberl	48%	980.000,00
Paulo Sykora	2%	20.000,00
Total do Capital	100%	2.000.000,00

I) Os sócios declaram não estar incursos em nenhum dos crimes previstos que os impeçam de exercer atividades mercantis.

II) As demais cláusulas do contrato social, não conflitantes com a presente alteração, permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Rio Negrinho/SC, 30 de abril de 1998

Testemunhas

VALMIR LUIZ BATISTA
C.I. 9/R 1.649.867 SSP/SC

FÁBIO JOSÉ AUGUSTIN
C.I. 9/R 979.633 SSP/SC

SANDRA MULLER STOEBERL

PAULO SYKORA

GILSON PEDRO STOEBERL

1º TABELIONATO
Harrison M. B. dos Santos
TABELIÃO
Wilson V. dos Santos Filho
TABELIÃO SUBSTITUTO

RECONHEÇO A FIRMA de Paulo Sykora
Bal. Camboriu 06/05/98
Em Test.ª _____ da Verdade

42200028663

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE ESTE DOCUMENTO FOI REG/ARQ. SUB NÚMERO E DATA ESTAMPADOS ATRAVÉS DE CARIMBO.

11 MAI 1998

JUCESC

Secretária Geral

Rosemeri Maria Zipperer Kellner
Mat. 172.015.5
JUCESC/São Bento do Sul

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

ASSESSORIA TÉCNICA / SECRETARIA EXECUTIVA
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - BRASÍLIA /DF.

PROTOCOLO - MPAS
DIVISAO DE COMUNIC. ADM.
E TELECOMUNICACOES - DCAT
44000.002295/98-10

28 MAI 1998

REQUERIMENTO: DAÇÃO EM PAGAMENTO
REQUERENTE (S): 1. MOVEIS MULLER LTDA
2. EVARISTO ACABAMENTO DE MÓVEIS LTDA.
3. MADEIREIRA EVARISTO LTDA.
4. TRANSPORTADORA EVARISTO LTDA.
5. NACEO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ORIGEM: RIO NEGRINHO/SC.

MÓVEIS MULLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CGC/MF nº 82768409/0001-17, estabelecida a Rodovia BR 280, 1786 - Bairro Vila Nova, Rio Negrinho - SC, por seu representante legal, **GILSON PEDRO STOEBERL**, inscrito no CPF sob nº 383 754 359-53, residente e domiciliado à Rua Esmeralda Schroeter, nº 2.134, bairro Alegre, Rio Negrinho-SC.

EVARISTO ACABAMENTO DE MÓVEIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CGC/MF 79654711/0001-30, estabelecida a Rua Nereu de Assis, s/nº, bairro

Fls. 34

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

Ceramarte, Rio Negrinho - SC, por sua representante legal **SIMONE APARECIDA STOEBERL WANTOVSKY**, inscrita no CPF sob o nº 807 581 269-72, residente e domiciliada à Rua Matin Zipperer, S/Nº, bairro Alegre, Rio Negrinho-SC.

MADEIREIRA EVARISTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 765438883/0001-48, estabelecida na Estrada Rio dos Bugres, s/nº Rio Negrinho - SC, neste ato representada por seu representante legal **ALMIR ORLANDO ESSIG**, CPF nº 311 006 199-68, residente e domiciliado à Rua Prefeito Hugo Fischer, nº 465, bairro Bela Vista, Rio Negrinho-SC.

TRANSPORTADORA EVARISTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 85 907 186/0001-10, estabelecida à Rua Lucas Antenor Stoeberl, nº 107 - Bairro Vila Nova, Rio Negrinho - SC, por seu representante legal, **ERNANI ALBERTO STOEBERL**, CPF 452.316.059-72, residente e domiciliado à Rua Leoberto Leal nº 65, bairro Centro, Rio Negrinho-SC.

NACEO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 82 768 060/0001-13, estabelecida à Rua Martin Zipperer, nº 14, Centro, Rio Negrinho - SC, por seu representante legal **MÁRIO BENJAMIN STOEBERL**, residente e domiciliado à Rua Helmut Krambeck, nº 1.138, centro, Rio Negrinho-SC.

através de seus Procuradores constituídos, conforme documento assinado, para receber citações, e demais atos **administrativos e judiciais**, vem respeitosamente ante V.Sª., apresentar

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

35

DAÇÃO EM PAGAMENTO

Em favor do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - Procuradoria Geral do INSS**, Autarquia Federal, com sede na SAS Quadra 2, Bloco "O", 5º andar, Brasília/DF, pêlos fundamentos e motivos que passa expor:

1 - O Requerente nº 1, no dia 17/05/96, confessou e parcelou sua dívida junto ao Setor de Arrecadação da Graf/Posto de Arrecadação e Fiscalização INSS em São Bento do Sul/SC., no valor de R$ 89.831,21 (Oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e um centavos), referente ao período de 12/94 a 07/95, sob nº 55.644.166-4, em 96 (noventa e seis) parcelas de R$ 935,73 (Novecentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos). (doc. anexo)

2 - O Requerido protocolou e concedeu o parcelamento conforme consta da CDF sob nº 24/96, no dia 14/06/96;

3 - O Requerente nº 1, pagou 16 (dezesseis) parcelas, relativas ao período de 20/07/96 a 20/10/97, totalizando R$ 16.043,82 (Dezesseis mil, quarenta e três reais e oitenta e dois centavos) conforme comprova doc. anexo;

4 - Em 28/08/97, o Requerente nº 1, retornou ao Posto de Arrecadação do INSS, para requerer um novo parcelamento, agora, referente ao período de 08/95 a 07/97, parcelando a dívida de R$ 427.617,26 (Quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e dezessete reais e vinte e seis centavos) em 60 (sessenta) vezes, sob nº 55.717.956-4 e CDF nº 111/97, o qual foi concedido em 30/09/97, conf. doc. anexo;

5 - Que o Requerente, possui uma gleba de terras de nome Abunã, na Fazenda Presidente Prudente I, com a área de 14.639,95 hectares, situado no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

6 - Atualmente se confronta, ao Norte com Gleba Abunã, ao Sul com terras de Pedro Luiz Sykora e terras da União, ao Leste com terras de Nelson Sykora e a Oeste com o Rio São Sebastião e a Gleba Marmelo.

7 - Que as terras estão desmembradas da seguinte forma e conforme constatamos nos doc. em anexo:

8 - Um terreno rural com a área de 14.639,95 hectares, matrícula nº 010925, fls 1-22/11/95.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (Matrícula Nº 14.679)

O imóvel a seguir descrito, pertence ao Sr. Paulo Sykora, que na qualidade de sócio da empresa Móveis Muller Ltda (portanto, comunicando-se com as demais empresas através do contrato social), e legítimo proprietário da área de terras representada pela matrícula nº 14.679, oferece parte de seu imóvel quando da avaliação, a quantidade ofertada a seu ideal valor assim corresponder o montante de seu débito junto a este órgão.
Portanto, quando da avaliação, fração da área abaixo descrito, destina-se à quitação dos débitos devidos ao Instituto Nacional de Previdência Social, oferecida neste processo de Dação em Pagamento, pelas empresas acima identificadas:
"Lote de terras rural localizado na Gleba Abunã, Projeto Fundiário Alto Madeira, denominado "Fazenda Presidente Prudente - I", com área total de 14.639,9500 ha (quatorze mil, seiscentos e trinta e nove hectares, noventa e cinco ares), cadastrado sob o nº 001.023. 067.121-0 possuindo os seguintes limites e confrontações: começa a divisa da propriedade no Marco principal MP que está cravado na margem esquerda do Rio São Sebastião e que está em comum com terras do interessado Pedro Luiz Sykora; neste marco o alinhamento toma vários azimutes verdadeiros e percorre a montante do Rio São Sebastião por várias distâncias até encontrar o Marco M-09 do levantamento geral, limitando do Marco MP ao Marco M-09 pelo Rio São Sebastião; no Marco M-09 o alinhamento deflete a direita, toma o azimute verdadeiro de 89º 16'20" e percorre uma distância em linha reta de 12.406,71 m, até encontrar o Marco M-D, confrontando do Marco M-09 ao Marco M-D com terras da Gleba Abunã; no Marco M-D o alinhamento deflete novamente a direita, toma o azimute verdadeiro de 181º 14'40" e percorre em linha reta a distância de 13.987,820 m até encontrar o Marco M-C que está cravado ao lado da Rodovia BR-364, sentido Porto Velho/Rio Branco, confrontando no Marco M-D ao Marco M-C com terras do interessado Nelson Sykora; no Marco M-C o alinhamento deflete outra vez a direita, toma o azimute verdadeiro de 286º 23'32" e percorre acompanhando o lado direito

37

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

da Rodovia BR 364, sentido Porto Velho/Rio Branco por uma distância de 312,71 m até o ponto D-06 do levantamento geral, neste ponto o alinhamento deflete ligeiramente à esquerda, toma o azimute 282º 50'54"e percorre a distância de 1.461,13 m, até encontrar o ponto D-05; neste ponto o alinhamento toma o azimute de 274º 07'21"e percorre ainda acompanhando a referida Rodovia por uma distância de 444,57 metros até encontrar o ponto NZ-10 neste ponto o alinhamento deflete ligeiramente a direita, toma o azimute de 280º 31'12" e percorre a distância de 657,04 metros até encontrar um ponto sem identificação; neste local o alinhamento deflete ligeiramente a direita e toma o azimute verdadeiro de 284º 14'27" e percorre a distância de 805,33 metros até encontrar o ponto D-04 do levantamento geral; neste ponto o alinhamento toma o azimute de 277º 31'12"e percorre a distância de 731,86 metros até encontrar o ponto D-03 do levantamento geral; neste mesmo ponto o alinhamento deflete a esquerda, toma o azimute de 270º 00'00" e percorre a distância de 525,00 metros até encontrar o ponto D-02; neste ponto o alinhamento deflete ligeiramente a direita, toma o azimute verdadeiro de 287º 49'08" e percorre a distância de 735,27 metros até encontrar o ponto D-01; neste mesmo ponto o alinhamento deflete ligeiramente à esquerda, toma o azimute de 270º 09'05"e percorre ainda margeando o lado direito da referida rodovia por uma distância de 533,92 metros até encontrar o ponto NZ-04 do levantamento geral; neste ponto o alinhamento deflete ligeiramente a direita, toma o azimute verdadeiro de 278º 31'32" e percorre a distância de 406,58 metros até encontrar o Marco M-B que está cravado na margem do Rio Marquite e ao lado direito da Rodovia BR-364, limitando do marco M-C com o Marco M-B com a Rodovia BR 364; no Marco M-B o alinhamento deflete mais uma vez a direita, toma o azimute verdadeiro de 00º 00'01" e percorre uma distância em linha reta de 2.749.557 metros até encontrar o marco M-A; neste marco o alinhamento deflete a esquerda, toma o azimute verdadeiro de 271º 10'11" e percorre em linha reta a distância de 4.679,884 metros até encontrar o marco principal MP que é o ponto inicial deste roteiro, confrontando do Marco M-B ao Marco M-P com terras do interessado Pedro Luiz Sykora, devidamente registrado sob o nº AV-02, matrícula nº 010919, página 1, do Livro 2 de registro Geral do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis".

PROPRIETÁRIO: **PAULO SYKORA,** brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 5.362.234-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 544.078.268-00, residente e domiciliado à Rua 13 de Junho, nº 915, apto 15, na cidade de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

TÍTULO AQUISITIVO: Transcrito no Registro de Imóveis, 2º Ofício, da cidade de Porto Velho, estado de Rondônia, sob nº. 10.925, fls. 1, em 22/11/95.

9 - Que as terras foram avaliadas por perito local credenciado: Vander da Silva Almada, inscrito no CREA sob o nº 2805/D - 12ª Região. Foi considerado uma valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por hectare para as áreas de mata pesada e R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) por hectare para as áreas de mata mais leve.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel ora oferecido em dação, está representada por parte da Gleba Abunã, Fazenda Presidente Prudente I, no município de Porto Velho/RO, encontra-se localizado a uma distância cerca de 236,35 quilômetros, da sede do Município e Comarca de Porto Velho, e seu acesso principal é realizado através da Rodovia BR 364, que demanda ao Estado do Acre.

O clima é tropical, com ocorrência de chuvas em dois períodos distintos, seca e águas, com precipitação média em torno de 1.600 mm anuais, tornando as estações bem definidas e altamente propícias ao manejo agrícola e pecuário. Podendo-se ainda, realizar programação de cultivo anualmente, sem surpresas, em função da definitiva ocorrência climática.

A composição do solo é basicamente formada por latossolo vermelho amarelado, fertilidade média, solos profundos e porosos, mecanizáveis em quase toda sua extensão. Reservando-se áreas de obrigatória preservação natural.

Quanto à hidrografia a região é bem servida pelos rios São Sebastião, pelo Rio Marquite e por vários mananciais de bom volume e perenes. Mantendo considerável constância de volume mesmo em períodos de seca.

A principal destinação do potencial produtivo da área se constitui em agricultura, pecuária e exploração de madeira industrial.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

Fls. 39

Cobertura vegetal por mata tropical pesada em 80% de sua área e 20% em área de mata de porte mais leve.

Dispondo dos mais importantes equipamentos públicos e serviços comunitários, a propriedade está estrategicamente situada às margens da rodovia BR 364, em área de grande valorização dado à procura.

Trata-se de um relevo com topografia plana com pequenos pontos elevados.

DECLARAÇÃO

Os Requerentes declaram expressamente que o bem imóvel dado em pagamento são de sua única e exclusiva propriedade e acha-se livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus convencionais, legais, judiciais e extra-judiciais, conforme comprovante municipal, estadual e federal (doc. anexo);

Se obrigam a não hipotecar o bem dado em pagamento, nem fazer qualquer transação com os mesmos;

DO DIREITO

*A **ORDEM DE SERVIÇO CONJUNTA MPS/INSS Nº 1, DE 03.11.93,** disciplina os procedimentos para a operacionalização da resolução de serviço INSS nº 183, de 15 de outubro de 1993, que dispões sobre a **dação** em pagamento de dívida previdenciária conforme abaixo descrita:*

A Procuradoria-Geral, o Diretor de Administração e Fiscalização e o Diretor de Administração financeira do INSS, no uso das atribuições que lhes conferem os inciso II e II, do artigo 175, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 458, de 24 de setembro de 1992, resolvem:

1 - Estabelecer os procedimentos necessários à operacionalização do processo de dação em pagamento de dívida previdenciária.

o terreno.

Avenida Brasil, n.º 2.137, 1.º andar, Centro
Balneário Camboriú/SC - 88.330-000 - Fone/ Fax - (047) 367-3204

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

40

2 - Os requerimentos serão encaminhados ao Superintendente do INSS nos Estados ou ao Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no Distrito Federal, instruídos com os seguintes documentos:

a) cópia do cartão do Cadastro Geral de Contribuintes - CGC;

b) estimativa elaborada pelo devedor, do valor atualizado do débito para como o INSS;

c) último balanço patrimonial, devidamente registrado na Junta Comercial ou publicado na imprensa e demonstrativo financeiro, no caso de Empresa e demonstrativo financeiro, no caso de ser devedor empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa privada, para comprovação da dificuldade financeira;

d) escritura de compra e venda do imóvel oferecido;

e) certidão atualizada de registro no Registro Geral de Imóveis - RGI, com negativa de ônus e alienação;

f) plantas, fotografias e outros elementos informativos do imóveis e do bairro, cidade ou local onde está situado;

g) cópia do comprovante de pagamento de custas judiciais ou certidão judiciária de inteiro teor, no caso de indeferimento do pedido de antecipação do arbitramento das mesmas;

h) cópia do comprovante do pagamento dos honorários advocatícios.

2.1 - Os documentos das alíneas d a f só cabem quando a dação em pagamento recair sobre terreno edificado ou não edificado com construção de unidade de serviço do INSS, não sendo necessários quando a dação recair apenas sobre construção de unidade de serviço do INSS, não envolvendo o terreno.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

41

2.2 - Os documentos relacionados nas alíneas g e h, só serão necessários quando a dação em pagamento for objeto de débito ajuizado, qualquer que seja o caso.

2.3 - Não satisfeitas as exigências deste item, o requerimento será indeferido de plano, pelas autoridades indicadas no item 2.

3 - Aceito o requerimento, será o mesmo atuado e submetido, sucessivamente, ao exame dos órgãos estaduais de Planejamento, Seguro Social e Recursos Humanos, para manifestarem-se quanto à conveniência, necessidade e viabilidade da aceitação da proposta.

4 - À vista das manifestações daqueles setores, o Superintendente Estadual/Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF decidirá quanto ao prosseguimento do processo.

5 - No caso d a dação em pagamento recair sobre terreno edificado ou não, bem como sobre terreno não edificado com construção de unidade de serviço do INSS, serão extraídas cópias da documentação dominial e de outros documentos pertinentes, encaminhando-se os mesmos ao órgão estadual de Engenharia e Patrimônio, com vistas à avaliação do imóvel oferecido.

5.1 - Em recaindo sobre construção de unidade de serviço do INSS, o Superintendente Estadual/Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF, solicitará ao órgão estadual de engenharia e Patrimônio a elaboração do orçamento da obra.

6 - Simultaneamente, o processo será encaminhado ao órgão estadual de Arrecadação e Fiscalização para levantamento do débito do devedor, bem como para análise e parecer conclusivo sobre o balanço patrimonial e demonstrativo financeiro.

6.1 - O setor de cobranças fará a análise da situação econômica- financeira da empresa, através do balanço patrimonial

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

apresentado, utilizando-se dos formulários que constituem os ANEXOS I, II e III, desta Ordem de Serviço.

6.2 - Os índices de liquidez resultantes da referida análise determinarão a aprovação do pedido no setor de Cobrança, em função do grau mínimo necessário, que é 0,5.

6.3 - As Gerências Regionais de Arrecadação e Fiscalização - GRF e/ou os Postos de Arrecadação - PA, informarão o valor do débito administrativo consolidado na data do requerimento, em despacho fundamentado, instruído com o respectivo extrato do débito.

6.4 - Os débitos referentes à contribuição dos empregados não poderão, em nenhuma hipótese, ser objeto de dação em pagamento.

6.5 - Os débitos objeto de defesa à GRAF, de recurso à Junta de Recursos e à Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social, bem como os com embargos à execução fiscal, poderão ser incluídos em dação em pagamento desde que haja desistência expressa do devedor junto ao respectivo órgão administrativo e/ou Procuradoria e ao Juízo competente.

6.6 - A desistência de que trata o subitem anterior, devidamente homologada, será obrigatoriamente anexada, por cópia, ao pedido de dação em pagamento, fazendo referência ao número do processo do recurso do qual está desistindo, não sendo admitida desistência de contra-razões a recursos do INSS.

7 - De posse da avaliação do imóvel e/ou do orçamento da obra, bem como do valor do débito, o Superintendente Estadual/Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF submeterá o processo ao exame da Procuradoria Estadual, para verificação da regularidade da documentação dominial do imóvel e das providências até então adotadas, bem como para informar o valor dos débitos inscritos em dívida ativa, em despacho fundamentado, instruído com o respectivo extrato do débito.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

43

8 - Aprovados os procedimentos, o Superintendente Estadual/Chefe do Núcleo Executivo Administração Patrimonial no DF submeterá o processo ao Presidente do INSS para a competente autorização da dação em pagamento.

8.1 - No caso de ser o devedor Órgão ou Entidade de direito público federal, estadual ou municipal, o mesmo deverá ser comunicado que deverá apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a autorização legislativa para proceder à dação em pagamento.

9 - Autorizada a dação em pagamento, o processo será encaminhado à Superintendência Estadual/Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF para a efetivação da mesma.

10 - O Superintendente Estadual/Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF, encaminhará o processo ao órgão, estadual de Arrecadação e Fiscalização e/ou Procuradoria Estadual, conforme o caso informando que a dação em pagamento foi autorizada.

10.1 - No caso de débito inscrito, a Procuradoria Estadual (PE)/procuradoria Regional (PR) providenciará a marcação, na tela CDDAÇÃO do Sistema ATARE, de quais parcelamentos/débitos serão liquidados, total ou parcialmente, quando da efetivação da dação, adotando os seguintes procedimentos:

a) acessar o Sistema ATARE, na tela CDDAÇÃO;

b) informar CGC-raiz (08 posições);

c) informar matrícula CEI, se for o caso;

d) somar os valores dos débitos/parcelamentos até atingir o valor da dação em pagamento, efetivando a respectiva marcação.

10.2 - A PE/PR solicitará em juízo a suspensão do feito até sua liquidação, quando será solicitada a extinção do mesmo e encaminhará

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

o processo à GRAF/PA, quando valor da dação em pagamento for superior ao dos débitos inscritos.

10.3 - Recebido o processo, a GRAF/PA adotará os mesmos procedimentos descritos no subitem 10.1., até o valor do saldo remanescente da dação em pagamento e encaminhará o processo ao órgão estadual de Engenharia e Patrimônio.

10.4 - A vista desses procedimentos, a DATAPREV identificará no cadastro de débitos do Sistema ATARE, com a fase 400, os processos que ficarão sobrestados até a efetivação da dação em pagamento.

11 - Nos casos terreno edificado ou não (alínea a e b, do item 5, da RS/INSS nº 183, de 15 de outubro de 1993), o órgão estadual de Engenharia e Patrimônio, juntamente com a Procuradoria estadual, procederão à lavratura da escritura de dação em pagamento.

11.1 - Incumbem ao devedor todas as providências e ônus quanto à lavratura da escritura e ao competente registro no RGI.

12 - de posse da escritura de propriedade do imóvel e da respectiva certidão do RGI, o órgão estadual de Engenharia e Patrimônio adotará as medidas necessárias à inclusão do mesmo no Cadastro de Imóveis, preencherá a GRPS-3, conforme modelo constante do ANEXO IV desta OS, anexará a mesma ao processo que será encaminhado ao órgão estadual de Administração Financeira.

13 - O órgão estadual de Administração Financeira, procederá a liquidação da GRPS-3, preencherá a GEA e DC-GEA (sem valor), código 183 e as encaminhará, juntamente com GRPS-3 à DATAPREV para digitação.

14 - Providenciados os procedimentos para liquidação do débito junto à DATAPREV, o órgão estadual de Administração Financeira utilizará o evento nº 540810, classificação contábil de acordo com o bem envolvido na transação, ou seja, conta 14212XXOO, O valor da incorporação deverá ser o informado na GRPS-3. Após o registro, o processo será instruído com a

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

respectiva Nota de Lançamento (NL) e encaminhado dá Procuradoria Estadual/Regional.

15 - De posse do processo, a PE/PR substituirá a segunda via da GRPS-3, que está anexada no processo, por uma cópia, entregando- a ao devedor, A PE/PR informará o valor e a data da efetivação da dação, na tela CDDAÇÃO do Sistema ATARE e encaminhará à GRF/PA o processo de dação e os de parcelamento/débito líquidos.

15.1 - A GRAF/PA providenciará a baixa em registro de Processo de Infração (RPI) e o arquivamento dos processos de débito/parcelamento liquidados, e encaminhará o processo de dação ao Superintendente Estadual/Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF para anotações que se fizerem, necessárias e posterior arquivamento.

15.2 - A PE/PA e/ou a GRAF/PA providenciará cópia do processo de dação em pagamento que será anexada a todos os processo de débito/parcelamento liquidados, total ou parcialmente pela mesma.

16 - Os valores provenientes da dação em pagamento serão apropriados pela DATAPREV na seguinte ordem:

a) para os parcelamentos na área de Procuradoria, por ordem de data de documento mais antigo;

b) para os débitos inscritos ajuizados ou não, por ordem de data de documento mais antiga;

c) para os parcelamentos administrativos, por ordem de data de documento mais antiga;

d) para os débitos administrativos, por ordem de data de documento mais antiga, até que se esgotem todos os débitos, se for o caso.

17 - Em se tratando de parcelamento, a DATAPREV apropriará os valores informados, liquidando a quantidade de parcelas

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

correspondentes e não havendo liquidação total de uma parcela, será emitida guia suplementar, dando-se prosseguimento ao parcelamento em manutenção.

18 - Em se tratando de débito, a DATAPREV apropriará os valores informados, liquidando-o total ou parcialmente.

19 - No caso em que a dação em pagamento recair apenas sobre construção de unidade de serviço do INSS (alínea c, do item 5, da referida RS), o órgão estadual de Engenharia e Patrimônio providenciará junto ao Superintendente Estadual/Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF a assinatura do Termo de Dação em Pagamento, cuja minuta-padrão constitui o ANEXO V desta ORDEM de Serviço, o qual estipulará as condições do acordo, prazo e obrigações de ambas as partes.

20 - Durante o decorrer da obra, o órgão estadual de Engenharia e Patrimônio fiscalizará o fiel cumprimento das obrigações acordadas, especificações e cronograma.

20.1 - A cada 30 (trinta) dias, o mesmo procederá à medição dos serviços executados, de acordo com o cronograma físico da obra e autorizará o devedor, caso os serviços sejam aceitos, a emitir a respectiva fatura, observado o cronograma financeiro.

20.2 - Emitida a fatura, será a mesma atestada e anexada ao processo, cumprindo ao órgão estadual de Engenharia e Patrimônio informar ao órgão estadual de Arrecadação e Fiscalização e/ou Procuradoria Estadual, através de memorando, que o referido devedor está com processo de dação em pagamento através da construção de obra, bem como o valor total da fratura e a data de sua missão.

21 - Quando houver parcelamento em manutenção, o setor de Cobrança e/ou Divida Ativa abaterá, manualmente, da próxima parcela vincenda, o valor total da fatura, convertida em UFIR, na data de sua emissão.

21.1 - estando o parcelamento em cobrança no Banco do Brasil, o setor de Cobrança e/ou Dívida Ativa providenciará o recolhimento do

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

bloqueto e o substituirá pela GRPS-3, preenchida manualmente, na qual far-se-á a dedução, cujo valor não será apropriado no sistema.

21.2 - Sendo o valor da fatura superior ao da parcela vincenda, o bloqueto será encaminhado à Coordenação de Dívida Ativa/Coordenação-Geral de Cobrança para cancelamento.

21.3 - Serão mantidos todos os prazos do parcelamento.

22 - Terminada a obra, o devedor providenciará a averbação da mesma no RGI, fornecerá a respectiva certidão ao INSS, que adotará os procedimentos descritos nos itens 12 a 18.

23 - Em se tratando de parcelamento, a DATAPREV apropriará os valores informados da seguinte maneira:

a) no caso em que os valores das faturas da obra forem superiores aos das parcelas, serão quitadas tantas parcelas quantas forem necessárias, até atingir o valor total da obra, e não havendo liquidação total de uma parcela, será emitida guia suplementar, dando-se prosseguimento ao parcelamento em manutenção;

b) no caso em que os valores das faturas da obra forem inferiores aos das parcelas , dar-se-á efetiva quitação dos valores deduzidos, dando-se prosseguimento ao parcelamento em manutenção.

24 - Em se tratando de débito, a DATAPREV apropriará os valores informados, liquidando-o total ou parcialmente.

25 - Nos casos em que a dação em pagamento recair sobre terreno não edificado de propriedade do devedor com construção de unidade de serviço de INSS (alínea d, do item 5, da referida RS), a quitação do débito correspondente ao valor do terreno será processada antes do início da obra, obedecendo os mesmos procedimentos descritos nos itens 11 a 18 e a correspondente à construção da unidade de serviço do INSS só será processada

48

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

no momento da efetiva entrega da mesma, devidamente averbada no RGI, obedecendo os mesmos procedimentos descritos nos itens 19 a 24.

26 - Em não havendo a conclusão da obra no prazo acordado, o devedor sujeitar-se-á aos acréscimos legais da mora, ficando a critério do INSS conceder prorrogação do prazo acordado, nas mesmas condições preestabelecidas.

27 - Constatada pelo INSS a inexecução da obrigação por parte do devedor, o acordo será prescindido, estabelecendo-se, integralmente, o valor total do débito correspondente ao custo da obra, sem prejuízo do recebimento da mesma, no estágio em que se encontrar, dando-se prosseguimento à cobrança da dívida.

28 - Também ensejará rescisão do acordo o não-recolhimento das contribuições previdenciárias vincendas, devidas ao INSS.

29 - Os procedimentos específicos de cada área envolvida no processo de dação em pagamento serão disciplinados através de Orientação Normativa, expedida para cada uma delas.

30 - Esta Ordem de Serviço Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A RESOLUÇÃO MPS/INSS Nº 183, DE 15.10.93:

Dação de imóveis urbanos desonerados, em Pagamento de Débitos Previdenciários em favor do INSS.

Fundamentos legais:
Lei nº 6.944, de 14 de setembro de 1981 e
Portaria/MPAS nº 3.171, de 21 de junho de 1983.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

Fls. 49

O Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 165, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MPS nº 458, de 24 de setembro de 1992.

Considerando as disposições da Portaria/MPS nº 3.171, de 21 de junho de 1983,

Considerando as restrições previstas no Programa de Ação 93/94, do Ministério da Previdência Social, relativas a novas construções e reformas em prédios não pertencentes à Previdência Social, bem como à renovação ou à contratação de novas locações de imóveis de terceiros, resolve:

1 - A dação em pagamento somente será admitida e processada quando os imóveis urbanos e desonerados oferecidos forem comprovadamente necessários à instalação de unidades de serviço do INSS, prioritariamente para as localidades onde o Instituto esteja instalado em imóveis locados ou cedidos de terceiros.

2 - Poderão valer-se da dação em pagamento os órgãos ou entidades de direito público federal, estadual ou municipal que obtiverem prévia autorização legislativa, bem como as empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas, em dificuldade financeira comprovada através de seu último balanço patrimonial.

3 - A Autorização para aceitação de imóvel em dação em pagamento de dívida previdenciária é de competência exclusiva do Presidente do INSS e será precedida de parecer conclusivo das áreas estaduais envolvidas no processo (Planejamento, Administração Patrimonial, Recursos Humanos, Procuradoria, Seguro Social e Arrecadação e Fiscalização), que será emitido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para cada área.

4 - A avaliação dos bens oferecidos será efetuada, prioritariamente, por engenheiros pertencentes ao Quadro de Pessoal do INSS, a critério do Instituto.

5 - A dação em pagamento poderá recair sobre:

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

50

a) terreno edificado de propriedade do devedor, para quitação do débito equivalente ao valor do imóvel;

b) terreno não edificado de propriedade do devedor, para quitação do débito equivalente ao valor do imóvel;

c) construção de unidade de serviço do INSS em terreno de propriedade do Instituto, para quitação do débito equivalente ao valor da obra;

d) terreno não edificado de propriedade do devedor com a construção de unidade de serviço do INSS, para quitação do débito equivalente ao valor do imóvel.

6 - Nos casos descritos nas alíneas do item 5, poderá ser dada quitação do valor correspondente aos débitos oriundos única e exclusivamente de contribuição patronal.

7 - No caso descrito na alínea c do item 5, que é restrito a prefeituras municipais, a quitação só será processada no momento da efetiva entrega da obra, devidamente averbada no Registro Geral de Imóveis - RGI.

8 - No caso descrito na alínea d do item 5, que é restrito aos Órgãos ou entidades de direito público federal, estadual ou municipal, a quitação do débito correspondente ao valor do terreno será processada antes do início da obra e a correspondente à construção da unidade de serviço do INSS só será processada no momento da efetiva entrega da mesma, devidamente averbada no RGI.

9 - Quando a dação em pagamento recair sobre construção de unidade de serviço do INSS, a mesma observará projeto-padrão fornecido pelo Instituto, devendo o débito ser abatido no valor correspondente ao custo da obra encontrado no orçamento elaborado pelo INSS. Nesse caso, as condições acordadas serão formalizadas através de instrumento, a ser definido em Ordem de Serviço, assinado entre o INSS, e o devedor, nos termos da minuta-padrão aprovada pelo Instituto.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

51

10 - Durante o período da construção da obra, observado o cronograma elaborado pelo INSS, a cobrança do débito correspondente será sustada.

11 - Em não havendo a conclusão da obra no prazo acordado, o devedor sujeitar-se-á aos acréscimos legais da mora, ficando a critério do INSS conceder prorrogação do prazo acordado, nas mesmas condições pré-estabelecidas.

12 - Constatada pelo INSS a inexecução da obrigação por parte do devedor, o acordo será rescindido, restabelecendo-se integralmente, o valor total do débito correspondente ao custo da obra, sem prejuízo do recebimento da mesma, no estágio em que se encontrar, dando-se prosseguimento à cobrança da dívida.

13 - Valendo-se o devedor da contratação de terceiros para execução da obra, o INSS não se responsabilizará por quaisquer encargos decorrentes dessa contratação.

14 - Também, ensejará rescisão do acordo o não recolhimento das contribuições previdenciárias vincendas, devidas ao INSS.

15 - Os procedimentos necessários à operacionalização desta Resolução de Serviço serão disciplinados por Ordem de Serviço Conjunta das áreas envolvidas no processo.

16 - Os devedores interessados terão um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência da Ordem de Serviço Conjunta, para protocolarem os seus requerimentos, nas Superintendências Estaduais do INSS ou, no caso de Brasília/DF, no Núcleo Executivo de Administração Patrimonial.

17 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a RS nº 156, de 18 de março de 1983 e a RS nº 03, de 10 de julho de 1990.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

52

RESOLUÇÃO Nº 244, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1994, *trata da Prorrogação do prazo de que trata o item 16 da Resolução/INSS nº 183, de 15 de outubro de 1993.*

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 165, Inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MPS nº 458, de 24/09/92, resolve:

1 - Prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 07 de outubro de 1994, o prazo previsto no item 16 da Resolução/INSS nº 183, de 15 de outubro de 1993, para os devedores interessados protocolarem os requerimentos de dação de imóveis em pagamento de débitos previdenciários junto ao INSS.

2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUCAO 262/95

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL RESOLUÇÃO INSS/PR/Nº 263, DE 23 DE MARÇO DE 1995. (DOU - 27.03.95 e RETIFICAÇÃO DOU - 29.03.95) Prorrogação do prazo de que trata o item 16, da Resolução INSS nº 183, de 15 de outubro de 1993.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 165, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MPS nº 458, de 24 de setembro de 1992, resolve:

01 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 04 de abril de 1995, o prazo previsto no item 16, da Resolução INSS Nº 183, de 15 de outubro de 1993, para os devedores interessados em protocolar os requerimentos de dação de imóveis em pagamento de débitos previdenciários junto ao INSS.

02 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

Cartório do Cível Rio Negrinho SC

RESOLUÇÃO Nº 350, DE 02 DE MAIO DE 1996

Previdência Social - Dação de imóveis em pagamento - Prazo previsto no item 1 da Resolução/INSS/PR nº 262/95 - Prorrogação por 2 anos a partir de 04.04.96.

Assunto: Prorrogação do prazo de que trata o item 1 da Resolução INSS/PR nº 263, de 23 de março de 1995.

O Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, art. 165, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MPS nº 458, de 24 de setembro de 1992,

Resolve:

1 - Prorrogar por 2 (dois) anos, a partir de 04 de abril de 1996, o prazo previsto no item 1 da Resolução INSS/PR nº 263, de 23 de março de 1995, para os devedores interessados protocolarem os requerimentos de dação de imóveis em pagamento de débitos previdenciários junto ao INSS.

2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A Medida Provisória nº 1.586 de 11 de setembro de 1997, que dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a utilização de Títulos da Divida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, e dá outras providências:

ART. 1º (...)

§ 1º - Os Títulos da Dívida Agrária a que se refere este artigo serão recebidos pelo INSS com desconto, sobre o valor de face, estabelecido em portaria conjunta dos Ministros de Estado da Fazenda e da Previdência e Assistencia Social.

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

54

COMUNICADO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Comunicado do dia 16/04/97 - IMPRENSA NACIONAL - Assessoria de Comunicação Social.

"O Ministério da Previdência e Assistência Social vai repassar 500 mil hectares de terra ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Isso é o que foi firmado, ontem, entre os ministros Reinhold Stephanes e Raul Jungmann, perante a assinatura do Protocolo de Cooperação e de Trabalho, em que fica assegurado que as terras recebidas, pelo INSS, como pagamento da dívidas serão repassadas ao Incra.

*Segundo o ministro Reinhold Stephanes, a Previdência vai dispor de terras no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *A estimativa é de que, ao final de um ano, tenhamos recebido mil propriedades, totalizando meio milhão de hectares", ressaltou.*

As terras, entretanto, só serão recebidas pelo INSS como pagamento de dívidas; caso sejam férteis e estejam em condições de receber famílias de trabalhadores sem-terra. Dentro de 80 dias, um grupo de trabalho, a ser formado por técnicos do INSS e do Incra, apresentará um relatório com a avaliação das terras oferecidas até agora à Previdência.

Para o ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária, na hipótese da utilização do meio milhão de hectares, o Incra terá condições de assentar entre 35 a 40 mil famílias. A vantagem do protocolo, segundo ele, é que o governo poderá assentar famílias sem burocracia e sem conflitos".

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.571-6, DE 25 DE SETEMBRO DE 1997. (D.O.U - 26.09.97) que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

Art.6º - Até 31 de março de 1998, as dívidas oriundas de contribuições sociais da parte patronal e de obrigações acessórias devidas ao INSS, até a competência março de 1997, pelas entidades ou hospitais contratados ou conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS, bem como pelas entidades ou hospitais da Administração Pública direta e indireta, integrantes desse Sistema, poderão ser parceladas em até 96 meses, mediante cessão de créditos que tenham junto ao SUS, na forma do disposto nos arts. 1065 a 1077, do Código Civil.

Cartório do Cível Rio Negrinho - SC
55

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

§ 7º - Para os efeitos do parcelamento a que se refere este artigo, ressalvado o disposto no § 1º, as importâncias devidas a título de multa moratória serão reduzidas, atendidos aos seguintes prazos contados a partir do dia 1º de abril de 1997, inclusive:

a) oitenta por cento, se o parcelamento for requerido até o terceiro mês;

b) quarenta por cento, se requerido até o sexto mês;

c) vinte por cento, se até o nono mês;

d) dez por cento, se até o 12º mês, inclusive.

§ 8º - As multas moratórias reduzidas em razão de parcelamentos especiais em manutenção serão restabelecidas se os respectivos créditos forem objeto de reparcelamento na forma deste artigo, aplicando-se, após o restabelecimento, a redução prevista no parágrafo anterior.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.586-6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998
(D.O.U. - 27/02/98)

(ESTA MEDIDA PROVISÓRIA REEDITOU A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.586-5/97, COM A SEGUINTE ALTERAÇÃO:
- ACRESCE INCISO III AO ART. 1º QUE DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO INSS PARA RECEBER TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA, ESPECIFICAMENTE PARA AQUISIÇÃO, PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS PERTENCENTES AO INSS.)

DISPÕE SOBRE A RECUPERAÇÃO DE HAVERES DO TESOURO NACIONAL E DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS E A UTILIZAÇÃO DO INSS PARA RECEBER TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL, NA QUITAÇÃO DE DÉBITOS COM O INSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

Art. 1°. - O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS fica autorizado a receber, até 31 de dezembro de 1998, Títulos da Dívida Agrária a serem emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, por solicitação de lançamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, especificamente, para aquisição, para fins de reforma agrária:

I - de imóveis rurais pertencentes a pessoas jurídicas responsáveis por dívidas previdenciárias de qualquer natureza, inclusive oriundas de penalidades por descumprimento de obrigação fiscal acessória;

II - de imóveis rurais pertencentes a pessoas físicas integrantes de quadro societário ou a cooperados, no caso de cooperativas, com a finalidade única de quitação de dívidas das pessoas jurídicas referidas no inciso anterior;

III - de imóveis rurais pertencentes ao INSS.

Parágrafo 1°. - Os Títulos da Dívida Agrária a que se refere este artigo serão recebidos pelo INSS com desconto, sobre o valor de face, estabelecido em portaria conjunta dos Ministros de Estado da Fazenda e da Previdência e Assistência Social.

Parágrafo 2°. - Os valores pagos em títulos e em moeda corrente pela aquisição de imóveis rurais, na forma deste artigo, serão utilizados, até o limite da dívida, para amortização ou quitação de dívidas previdenciárias, na seguinte ordem de preferência:

a) valores em moeda corrente;
b) Títulos da Dívida Agrária, até o limite restante da dívida.

Parágrafo 3°. - Para os efeitos deste artigo, serão consideradas as dívidas previdenciárias cujos fatos geradores tenham ocorrido até março de 1997.

Art. 2°. Os Títulos da Dívida Agrária recebidos pelo INSS, na forma do art. 1°., serão resgatados antecipadamente pelo Tesouro Nacional, conforme estabelecido no parágrafo 1°. do artigo anterior.

Art. 3°. - A União poderá promover leilões de certificados da dívida pública mobiliária federal a serem emitidos com a finalidade exclusiva de amortização ou quitação de dívidas previdenciárias, em permuta por títulos de responsabilidade da Secretaria do

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

57

Tesouro Nacional ou por créditos decorrentes de securitização de obrigações da União.

Parágrafo 1°. - A emissão de certificados de que trata o caput processar-se-á sob a forma escritural, mediante registro dos respectivos direitos creditórios em sistema centralizado de liquidação e custódia.

Parágrafo 2°. - Portaria conjunta dos Ministros de Estado da Fazenda e da Previdência e Assistência Social estabelecerá as condições para a efetivação de cada leilão previsto no caput, tais como:

a) a quantidade de certificados a serem leiloados;

b) definição dos títulos ou créditos a serem aceitos em permuta pelos certificados, bem como a quantidade mínima por unidade de certificado;

c) natureza, período e situação dos débitos previdenciários que poderão ser amortizados ou quitados com os certificados.

Art. 4°. - O Tesouro Nacional efetuará o resgate dos certificados de sua emissão, contra apresentação pelo INSS, ao preço que mantenha a equivalência econômica do leilão previsto no caput do artigo anterior.

Art. 5°. - Fica a União autorizada, a exclusivo critério do Ministério da Fazenda, a promover a compensação de créditos vencidos de natureza não tributária, observadas às seguintes condições:

I - o encontro de contas somente poderá ser realizado com quem for devedor da União e, simultaneamente, contra ela detiver, em 31 de julho de 1997, créditos líquidos, certos e exigíveis;

II - não poderão ser utilizados no presente mecanismo os créditos contra a União originários de títulos representativos da dívida pública federal.

Art. 6°. - Fica a União autorizada, a exclusivo critério do Ministério da Fazenda, a promover a compensação de créditos vincendos não tributários, mantida, no mínimo,

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

a equivalência econômica dos créditos recíprocos, com abatimentos sempre das parcelas finais para as mais recentes.

Art. 7º. - Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1586-5, de 29 de janeiro de 1998.

Art. 8º. - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

DO REQUERIMENTO

Diante de todo exposto, requer:

a) seja recebida e aceita a presente **DAÇÃO EM PAGAMENTO** das terras acima mencionadas, para pagamento das dívidas das empresas Requerentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

b) seja concedida a **QUITAÇÃO TOTAL** das dívidas referente aos períodos de 12/94 a 07/95 e 08/95 a 07/97, da empresa requerente nº 1, Móveis Muller, e que sejam analisados os débitos das demais empresas pela ordem descrita na qualificação, e que estes sejam quitados até o seu final pelo valor da avaliação do imóvel ora oferecido em pagamento, tendo em vista que todas as empresas acima qualificadas se comunicam pelo contrato social (doc. anexo);

c) seja deduzido os valores pagos a maior referentes a Empresa nº 1, "Móveis Müller", tendo como divida confessada R$ 10.639,36 conforme demonstrativo do INSS, sendo que o valor da dívida apurado nas GRPSs, é de R$ 3.084,39 referente ao período abaixo representado :

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

Rio Negrinho - SC

VALOR REAL DO CALCULO DA GRPS

COMPETÊNCIA	SAL. CONTRI.	EMPRESA 20%	EMPREGADO 7,84% +-	TERCEIROS 5.8%	SAT 3%
12/94	23.529,18	4.705,83	1.844,68	1.364,69	705,84
01/95	26.950,60	5.390,12	2.112,92	1.563,13	808,50
02/95	29.545,87	5.909,17	2.316,39	1.713,66	886,37
TOTAL		**16.005,12**	**6.273,99**	**4.641,48**	**2400,71**

VALOR PAGO PELA EMPRESA

COMPETÊNCIA	SAL. CONTRI.	EMPRESA 20%	EMPREGADO 7,84% +-	TERCEIROS 5.8%	SAT 3%
12/94	23.529,18	5.411,67	1.916,50	423,51	-
01/95	26.950,60	6.198,63	2.193,21	485,10	-
02/95	29.545,87	6.705,64	2.377,84	524,78	-
TOTAL		**18.315,94**	**6.487,55**	**1433,39**	

DIFERENÇA DO VALOR REAL E O PAGO

COMPETÊNCIA	SAL. CONTRI.	EMPRESA 20%	EMPREGADO 7,84% +-	TERCEIROS 5.8%	SAT 3%	TOTAL da divida
12/94 01 E 02/95		+ 2.310,82	+ 213,56	- 3.208,09	- 2.400,71	**3.084,39**

d) Conforme o demonstrativo acima podemos constatar que a dívida real é de R$ 3.084,39, e a dívida confessada pelo Requerente é de R$ 10.639,36 verificando-se uma diferença a maior no valor apurado pelo INSS de R$ 7.554,97;

e) seja deduzido o valor de R$ 7.554,97 confessado a maior e as 16 parcelas já pagas pelo Requerente nº 1, no valor de R$ 16.043,82 (Dezesseis mil, quarenta e três reais e oitenta e dois centavos) da sua dívida total de R$ 517.448,47 (quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais, quarenta e sete centavos); restando uma dívida real de R$ 493.849,68 (quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais, sessenta e oito centavos);

f) seja avaliada pelo órgão competente as terras em questão para comparação com os laudos em anexo;

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

g) seja feita vistoria no imóvel para constatação e averiguação do que foi discriminado nos autos;

h) sejam concedidos os benefícios da Medida Provisória nº 1.571-6, de 25 de setembro de 1997 (D.O.U. - 26/09/97);

i) finalmente, após concedido o benefício da Medida Provisória 1571/97, seja reduzido o valor total das multas, mais as diferenças apuradas e as parcelas já pagas.

Nestes termos,
pede Deferimento.

Balneário Camboriú/SC, 25 de maio de 1998.

ROBERTO ANTÔNIO DE SOUZA
OAB/SC - 11.629

Avenida Brasil, n.º 2.137, 1.º andar, Centro
Balneário Camboriú/SC - 88.330-000 - Fone/Fax - (047) 367-3204

ROBERTO & THIEM ADVOGADOS
Dr. Roberto Antônio de Souza OAB/SC 11.629
Dra. Marga Thiem OAB/SC 10.304

Rio Negrinho - SC
61

Rol de documentos:

1. Procurações;
2. Documentação pessoal do sócio diretor;
3. Contrato Social e Alterações das empresas Requerentes;
4. Cartão C.G.C.;
5. Confissão de Dívida 12/94 a 07/95;
6. Guias das parcelas pagas (16);
7. Confissão de Dívida 08/95 a 07/97;
8. Documentação pessoal do sócio, proprietário das terras;
9. Escritura;
10. Vintenárias;
11. Laudo de Avaliação
12. CND estadual, municipal e federal;

Avenida Brasil, n.º 2.137, 1.º andar, Centro
Balneário Camboriú/SC - 88.330-000 - Fone/Fax - (047) 367-3204

62

Rio Negrinho - SC

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca
Em 29 de março de 1999
O Escrivão

R.H.

Manifeste-se a Fazenda Pública sobre o REQUERIMENTO retro, no prazo de 10 dias, requerendo no mesmo prazo, o que lhe convier.

Rio Negrinho, 31 de março de 1999.

CLAUDIA INÊS MAESTRI
Juíza de Direito

RECEBIMENTO

Recebidos hoje, do Dra Claudia I. Maestri - Juiza de Direito
05 de abril de 1999
Escrivão:

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei, em cartório, o Dr. [illegible] o conteúdo do despacho retro do que bem ciente ficou.

Rio Negrinho, 10 de maio de 99

ESCRIVÃO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que juntamente ao presente processo, o ofício FF-771/99 expedido nesta data sob o nº 108.

Rio Negrinho, 11 de 11 de 1999

JUNTADA

Nesta data, Junto cópia ofício FF-771/99 que seguem

Em 11 de novembro de 1999

O Escrivão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Cartório do Cível • Comarca Fls. 63 Rio Negrinho SC

Ofício nº ff-771/99 Comarca de Rio Negrinho,08 de Novembro de 1999

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/Autarquias Federais
Exequente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO por todo conteúdo do r.despacho de fls. 62, a seguir transcrito: RH. Manifeste-se a Fazenda Pública sobre o REQUERIMENTO retro, no prazo de 10 dias, requerendo no mesmo prazo, o que lhe convier.

Candida Inês Zoellner
Juiz(a) de Direito

ILMO SR.
DR. MOACIR LUCAS PEREIRA
PROCURADOR REGIONAL DO INSS
JOINVILLE - SC

Cobrança de Fotocópias	
Data	12/11/99
Quantidade	trinta e duas
Solicitante	Freeza

Data	/ /
Quantidade	
Solicitante	

Data	/ /
Quantidade	
Solicitante	

Data	/ /
Quantidade	
Solicitante	

Data	/ /
Quantidade	
Solicitante	

Data	/ /
Quantidade	
Solicitante	

JUNTADA

Nesta data, Junto o A.R.

que seguem

Em 18 de novembro de 1999

O Escrivão

18/01/99

CORREIOS BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO
SERVICE DES POSTES

AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)
☐ DE RECEBIMENTO / DE RÉCEPGION
☐ DE PAGAMENTO / DE PAIEMENT

AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
Nº DO OBJETO / Nº
ER 3 5 0 1 3 3 2 2 9 BR
DATA POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
DR. MOACIR LUCAS PEREIRA
ENDEREÇO / ADRESSE
DD. PROCURADOR DO I.N.S.S.
CEP / CODE POSTAL
89.201-903
CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS
JOINVILLE - SC

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
CARTÓRIO DOS FEITOS DA FAZENDA
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
RUA CARLOS HANTSCHEL, S/Nº BELA VISTA
CEP / CODE POSTAL
89.295-000
CIDADE / LOCALITÉ
RIO NEGRINHO
UF
BRASIL

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT
JOÃO OSNI ALZA
8 705 742-5

75170392-3

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AC RIO NEGRINHO 16. 11. 99 SC
CARIMBO

NATUREZA
☐ CARTA / LETTRE
☐ IMPRESSO / IMPRIMÉ
☐ ENCOMENDA / COLIS POSTAL
☐ CECOGRAMA / CECOGRAMME
☐ .....

SERVIÇO
☐ REEMBOLSO POSTAL
☐ VALE / MANDAT DE POSTE
☐ MÃO PRÓPRIA / MAIN PROPRE
☐ SEDEX / EMS
☐ .....

VALOR DECLARADO / VALEUR DÉCLARÉE

VALOR DO VALE / MONTANT

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) Of. FF-795/99 - Ex.F. 55-98.1786-0
Of. FF-771/99 - Ex.F. 55-99.173-8

(OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) CET AVIS DOIT ÊTRE SIGNÉ PAR LE DESTINATAIRE ET, SI CELA N'EST PAS POSSIBLE, PAR UNE AUTRE PERSONNE Y AUTORISÉE EN VERTU DES RÉGLEMENTS DU PAYS DE DESTINATION OU, SI CES RÉGLEMENTS LE PRÉVOIENT, PAR L'AGENT DU BUREAU DE DESTINATION ET RENVOYÉ PAR LE PREMIER COURRIER DIRECTEMENT À L'EXPÉDITEUR.

UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
JOINVILLE
17 NOV 1999
SC
CARIMBO

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI MENTIONNÉ CI-DESSUS A ÉTÉ DÛMENT
☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ
ASSINAR NO ANVERSO / SIGNER AU RECTO
DATA / DATE

DEVOLVER PELA VIA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE / A RENVOYER PAR LA VOIE LA PLUS RAPIDE (AÉRIENNE OU DE SURFACE) À DESCOUVERT ET EN FRANCHISE DE PORT.

JUNTADA

Nesta data, Junto o e-mail

que seguem.

Em 15 de dezembro de 19 99

O Escrivão

fls. 29

Cartório do Cível e Comércio - Rio Negrinho - SC
65

Assunto: PROTOCOLO UNIFICADO NR 161438-30/11/99
Data: Wed, 01 Dec 1999 09:44:27 -0200
De: Distribuição Judicial <jvedist@tj.sc.gov.br>
Empresa: Comarca de Joinville
Para: rindist@tj.sc.gov.br

Destino: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRINHO SC

Protocolo nr 161438 recebido em 30/11/99
Autos de nr 055.99.000173-8

Autor: INSS
Réu: Móveis Muller Ltda
Procurador Moacir Lucas Pereira

Escreveu- Gilson
Cartório de Distribuição da Comarca de Joinville

Favor acusar o recebimento

JUNTADA

Nesta data, Junto a petição
que seguem.
Em 15 dezembro de 19 99.
O Escrivão

Prazo 2?

Cível e Comércio 66 Rio Negrinho SC

INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOLCIA
PROCURADORIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM JOINVILLE

EXMA. SRA. JUÍZA DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO – SC.

AUTOS: Nº 055.99.000173-8
EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
EXECUTADO: MÓVEIS MÜLLER LTDA

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – já qualificado nos autos em epígrafe, vem á presença de Vossa Excelência, por seu procurador signatário, em atenção ao despacho de fls. informar que, após consulta ao INSS em Porto Velho, recebemos informações que o imóvel dado em garantia esta localizado em local de pouca demanda imobiliária. Assim, o imóvel é identificado como de pouco valor e de difícil alienação.

Por oportuno, informamos que o processo de dação em pagamento referido, ainda não recebeu manifestação do INCRA órgão responsável pela seleção e aceitação dos imóveis para fins de desapropriação para Reforma Agrária.

Neste sentido, dispõe a Ordem de Serviço INSS.PG.DEI.DAF 88, de 09 outubro de 1988, que, no item 7, reza:

7. Tratando-se de processos referentes a créditos inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, abrangidos pela dação em pagamento, terão eles, a partir do conhecimento da manifestação expressa do INCRA-DG de aceitação do imóvel rural e de sua avaliação, o andamento suspenso pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Na hipótese em comento não ocorreu a manifestação expressa do INCRA de que trata o dispositivo acima, não se pode aceitar como certa a oferta de dação em pagamento.

Cartório 2º Cível e Comércio
Fls. 67
Rio Negrinho - SC

Deste modo, o INSS não aceita a nomeação e requer que a penhora recaia em outros bens da executada, incluindo imóveis no Município de Rio Negrinho de propriedade da executada, máquinas, veículos e outros bens de fácil alienação.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

De Joinville , 25 de novembro de 1999-11-25

Moacir Lucas Pereira
Procurador Chefe do INSS

Cartório do Cível e Comércio de Rio Negrinho
Fls. 68

CONCLUSÃO
Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.-
Em 17 de dezembro de 1999
O Escrivão

RH

Justificada a recusa do credor, eis que inexiste nos autos manifestação expressa do INCRA de aceitação do imóvel oferecido em dação de pagamento, nos termos exigidos pela Ordem de Serviço INSS-DEI-DAF 88, de 09/10/88.

Destarte, defiro-se mandado de penhora, observando-se a indicação de fl. 67.

Em, 20/12/99.

Ines Zoellner
Juíza Substituta

RECEBIMENTO
Recebido hoje, do Dra Candida Zoellner
Em 21 de 12 de 1999
P/O Escrivão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL **GRJ**

DATA	17/03/2000	TRX 355
Nº	1002291-07	UNIDADE 07201-00
		TOTAL R$ 5,30

DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO

Nome : INSS
Endereço : São Bento do Sul - SC.

CARTÓRIO CÍVEL E COMERCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 69

DADOS DO PROCESSO

Número : 055.99.000173-8 — Tipo de custas : **Custas Intermediárias**
Requerente : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS — Requerido : Móveis Müller Ltda.
Nome da ação : Execução Fiscal - União/Autarquias Federais
Procedimento : Execução — Valor da causa : R$ 833.730,48
Comarca : Rio Negrinho — Cartório : Cartório Cível/Criminal

DOS SERVENTUÁRIOS E AUXILIARES - GRUPO 2	**299**			**TOTAL R$ 5,30**	
	CÓDIGO	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	VALOR
Do Oficial de Justiça Daniel Ludwinsky	212.1	27	138/4	14603-5	5,30

AUTENTICAÇAO MECÂNICA

TOTAL
R$ 5,30

8580680024013062000 5,30 355004C00193

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que devidamente autorizado pelo despacho retro, expedi o mandado de Penhora e Intimação

Rio Negrinho, 29 de junho de 2000

Ab:

JUNTADA

Nesta data, junto mandado de Penhora e Intimação/Auto de Penhora e Dep. que seguem.

Em 26 de outubro de 2000

O ESCRIVÃO: Ab:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 70

8998

MANDADO DE PENHORA E INTIMAÇÃO

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/Autarquias Federais
Exequente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.
Oficial de Justiça: Daniel Ludwinsky
Mandado nº 001

O(A) Doutor(a) Rubens Sérgio Salfer, Juiz(a) de Direito,

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A PENHORA** em bens de propriedade do Executado, suficientes para assegurar o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios. Efetivada a constrição, **INTIME-SE** o devedor da penhora, bem assim para oferecer **EMBARGOS DO DEVEDOR**, querendo, dentro de 10 (dez) dias, contados da data da juntada do mandado.

VALOR DO DÉBITO: R$ 833.730,48 (oitocentos e trinta e tres mil, setecentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)
DATA DO CÁLCULO: 28/12/1998

OBSERVAÇÃO: Recaindo a penhora em bens imóveis, deverá ser procedida, igualmente, à intimação do cônjuge do devedor.

Destinatário e Bens

MÓVEIS MULLER LTDA, BR-280, s/nº, Vila Nova, nesta cidade, tantos quantos bastem para garantir a presente execução, tudo conforme petição de fls.66/67 e despacho de fls.68, cujas cópias seguem anexa.

Eu, Mafalda Schiessl - TJA - Matrícula 2165, o digitei, e eu, _____, Amauri Milton Graf - Matrícula 3852, Escrivã(o) Judicial, o conferi e subscrevi. Comarca de Rio Negrinho (SC), 29 de Junho de 2000.

Rubens Sérgio Salfer
Juiz(a) de Direito

Mod. 055 - Endereço: Rua: Carlos Hantschel, 425, Bairro Bela Vista, CEP 89295-000, Rio Negrinho (SC).

AUTO DE PENHORA E DEPÓSITO

Aos 25 dias do mês de Outubro do ano de 2000, em cumprimento ao mandado retro, me dirigi:

☒ Ao endereço indicado

☐ _____

Verificado em cartório que o devedor não se manifestou, após as formalidades legais, penhorei o(s) bem (ns) descrito (s) no auto em anexo. Em seguida depositei-o(s) em mãos de: Gilson Pedro Stoeberl, que prestou compromisso, ficando ciente dos encargos, sob as penas da lei. De tudo lavrei este auto.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE.

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA Rio Negrinho
JUÍZO DE DIREITO Vara Única

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 71

AUTO DE ...Penhora e Depósito.....

Aos .25(Vinte e Cinco)..... dias do mês de ....Outubro.....
do ano de ~~mil novecentos e oitenta e~~ Dois Mil ..., -SC, na .Rodovia BR-280
Vila Nova ..... No. 1786....., em cumprimento ao mandado expedido
na Ação .055.99.000173-8....., movida por .Instituto Nacional do
Seguro Social-INSS....., contra .Móveis Muller Ltda.....
....., em curso perante o Juízo de Direito da única . Vara Cível,
nós, Oficiais de Justiça, abaixo assinados, ~~procedemos a~~ Procedí a Penhora do Seguinte bem:-
Um terreno rural,de caíva,situado no lugar Colonia Olsen,neste Município e -
Comarca,confrontando-se com terras de Deoclécio Batista ou quem de direito,-
por um lado com terras de Ambrosio Kohlbeck,por outro lado com terras de Eva-
risto Stoeberl e finalmente com o rio dos Bugres,Contendo a área de 193,000-
(Cento e noventa e treis mil metros quadrados).Cadastrado no INCRA sob nº816
116 000 175-8,área total 25,0 ha.Matrícula no Cartório de Registro de Imó -
veis desta cidade e Comarca sob nº 4.375
Avaliação:-R$ 61.475,89

Feita .Penhora..... de acordo com as
normas legais, depositamos os bens em mãos do Sr. .Gilson Pedro Stoeberl.....
....., o qual se obrigou como depositário, na forma e sob as penas da lei,
do que para constar, lavramos o presente auto, que é assinado por nós e pelo depositário, do que damos fé.

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

....
Oficial de Justiça Oficial de Justiça

.....
Depositário

SIPJ/513

CIENTE. 25 de Outubro de 1999.

.....

(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....

(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ..... de ..... de 19.....

.....

(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....

(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ..... de ..... de 19.....

.....

Assinatura

.....

Assinatura

Certifico e dou fé que, nesta data, após a . . Penhora e Depósito.....

a que se refere o auto retro, intimei para que desses atos tenha .....ciência

e, se quiser .....ofereça defesa, o .....réu Móveis Muller Ltda.

.....e sua .....mulher .....

..... abaixo nomeados:

1 – .....

2 – .....

3 – .....

(SC), em 25.... de .... Outubro ..... de 19 xx 2000

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

.....

Oficial de Justiça

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA Rio Negrinho
JUIZO DE DIREITO Vara Única

CARTÓRIO DE COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
fls. 72

AUTO DE Penhora e Depósito

Aos 25(Vinte e Cinco) dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e oitenta e ~~x~~ Dois. Mil..., -SC, na Rodovia BR-280 Vila Nova No. 1786., em cumprimento ao mandado expedido na Ação 055.99.000173-8., movida por Instituto Nacional do Seguro Social-INSS., contra Móveis Muller Ltda. ., em curso perante o Juízo de Direito da única Vara Cível, nós, Oficiais de Justiça, abaixo assinados, ~~procedemos a~~ procedí a Penhora do seguinte bem:- Um terreno rural com a área de 264.750,00 metros quadrados,situado no lugar- Rio dos Bugres,neste Município e Comarca de Rio Negrinho,distante cerca de - 4.500,00 metros da Capela Nossa Senhora de Fátima,sita em Rio dos Bugres, - confrontando-se o terreno do seguinte modo:ao Sul,com terras de Erico Streit por 1.118,00 metros,ao Norte com terras da CIFSUL por 1.000,00 metros,ao Les te com o rio dos Bugres,por 250,00 metros e ao Oeste com terras da CIFSUL, - por 250,00 metros,cadastrado no INCRA sob nº 816 116 008 648,área total 26,4 ha.Matrícula no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade e Comarca sob - nº 747

Avaliação:-R$ 52.658,63

Feita Penhora de acordo com as normas legais, depositamos os bens em mãos do Sr. Gilson Pedro Stoeberl, o qual se obrigou como depositário, na forma e sob as penas da lei, do que para constar, lavramos o presente auto, que é assinado por nós e pelo depositário, do que damos fé.

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

Oficial de Justiça

Oficial de Justiça

Depositário

SIPJ/513

CIENTE. 25 de Outubro de 19 00

.....
(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....
(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ,.....de.....de 19.....

.....
(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....
(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ,.....de.....de 19.....

.....
Assinatura

.....
Assinatura

Certifico e dou fé que, nesta data, após a ..Penhora e Depósito.....
a que se refere o auto retro, intimei para que desses atos tenha .....ciência
e, se quiser .....ofereça defesa, o .....réu .Móveis Muller Ltda.
.....e sua .....mulher .....
..... abaixo nomeados:
1 – .....
2 – .....
3 – .....

(SC), em .25.. de ...Outubro..... de 19.2000

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

.....
Oficial de Justiça

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA Rio Negrinho
JUÍZO DE DIREITO Única

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 13

AUTO DE Penhora e Depósito

Aos 25(Vinte e Cinco) dias do mês de Outubro do ano de ~~mil novecentos e oitenta e~~ Dois Mil., -SC, na Rodovia BR-280 Vila Nova No. 1786, em cumprimento ao mandado expedido na Ação 055.99.000173-8, movida por Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, contra Móveis Muller Ltda. , em curso perante o Juízo de Direito da Única. Vara Cível, nós, Oficiais de Justiça, abaixo assinados, ~~procedemos a~~ procedí a penhora do seguinte bem:- Um terreno rural com a área de 163.845,22 metros quadrados, situado á estrada Rio dos Bugres, fundos, em Rio Negrinho, com acesso pelo terreno de Evaristo - Stoeberl, para o qual faz frente e confinando aos fundos com terreno de Ro - dolfo Krainz, de um lado divide com terras de Evaristo Stoeberl e de Osvaldo- Pscheidt e do outro lado extrema com terras de Rodolfo Krainz, cadastrado no- INCRA sob nº 816.116.004.000-0 área total 16,3 ha. Matrícula no Cartorio de - Registro de Imoveis desta cidade e Comarca sob nº 1.052

Avaliação:-R$ 87.315,37

Feita Penhora de acordo com as normas legais, depositamos os bens em mãos do Sr. Gilson Pedro Stoeberl, o qual se obrigou como depositário, na forma e sob as penas da lei, do que para constar, lavramos o presente auto, que é assinado por nós e pelo depositário, do que damos fé.

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

Oficial de Justiça

Oficial de Justiça

Depositário

SIPJ/513

CIENTE. 25 de Outubro de 19 00

.....
(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....
(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ,.....de.....de 19.....

.....
(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....
(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ,.....de.....de 19.....

.....
Assinatura

.....
Assinatura

Certifico e dou fé que, nesta data, após a . . Penhora e Depósito .....
a que se refere o auto retro, intimei para que desses atos tenha .....ciência
e, se quiser .....ofereça defesa, o .....réu Móveis Muller Ltda.
.....e sua .....mulher .....
..... abaixo nomeados:
1 – .....
2 – .....
3 – .....

(SC), em . 25 . . de . Outubro .....de 19 XX 2000

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

.....
Oficial de Justiça

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA Rio Negrinho
JUÍZO DE DIREITO Vara Única

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 14
Alp.

AUTO DE Penhora e Depósito

Aos 25(Vinte e Cinco) dias do mês de Outubro do ano de ~~mil novecentos e oitenta e~~ Dois. Mil..., -SC, na Rodovia BR-280 Vila Nova No. 1786., em cumprimento ao mandado expedido na Ação 055.99.000173-8., movida por Instituto Nacional do Seguro Social-INSS., contra Móveis Muller Ltda. ....., em curso perante o Juízo de Direito da Única. Vara Cível, nós, Oficiais de Justiça, abaixo assinados, ~~procedemos a~~ procedí a Penhora do seguinte bem:- -Um terreno urbano com a área de 17.360,00M2, situado á rodovia BR-280, antes denominada rodovia SC-21, nesta cidade e Comarca de Rio Negrinho, fazendo frente a referida rodovia BR-280, por 165,00 metros, confrontando por um lado com uma rua sem nome, antes rua projetada, por 101,00 metros, por outro lado com o lote nº5, por 160,00 metros e finalmente com o lote nº6, por 123,00 metros, edificado com um galpão industrial de alvenaria medindo 1.917,36M2. de área construída. O proprietário construiu treis(03) ampliações em alvenaria com as áreas de 654,52M2, 525,00M2 e 94,37M2, conforme requerimentos, Certidão da Prefeitura Municipal, bem como Certidões Negativas de Débitos-CNDs, do IASPAS, sob nº 736.192, 736.193 e 836.194 de 12/12/88. Matrícula no. Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.753.

Avaliação Terreno:-	R$ 251.720,00
Avaliação Construção:-	R$ 381.789,00
Total	R$ 633.509,00

Feita A Penhora de acordo com as normas legais, depositamos os bens em mãos do Sr. Gilson Pedro Stoeberl, o qual se obrigou como depositário, na forma e sob as penas da lei, do que para constar, lavramos o presente auto, que é assinado por nós e pelo depositário, do que damos fé.

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula .5480

Oficial de Justiça

Oficial de Justiça

Depositário

SIPJ/513

CIENTE. 25 de Outubro de 19 00

.....
(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....
(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ,.....de.....de 19.....

.....
(Assinatura de a quem pertencem os bens penhorados)

.....
(Assinatura da mulher se a penhora recaiu em imóveis)

CIENTE. ,.....de.....de 19.....

.....
Assinatura

.....
Assinatura

Certifico e dou fé que, nesta data, após a Penhora e Depósito
a que se refere o auto retro, intimei para que desses atos tenha ciência
e, se quiser ofereça defesa, o réu Móveis Muller Ltda.
e sua mulher
abaixo nomeados:
1 – .....
2 – .....
3 – .....

(SC), em 25 de Outubro de 19 2000

DANIEL LUDWINSKY
OFICIAL DE JUSTIÇA
Matrícula 5480

.....
Oficial de Justiça

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 75

EM BRANCO

JUNTADA

Nesta data, Junto a petição
que seguem.

Em 07 de dezembro de 2020

O Escrivão

CARTÓRIO DO CÍVEL E CO... Fls. 76 ... SC - OAB/SC

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE RIO NEGRINHO – SC.

Praça 27

MÓVEIS MÜLLER LTDA., já qualificada nos autos da ação de execução fiscal de n.º 055.99.000173-8, que lhe move o **INSS – INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** , vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para requerer a suspensão do processo de execução, o que faz pelas razões e fundamentos seguintes:

Segundo se observa dos documentos que ora junta, a executada optou pelo PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – **REFIS**, instituído pela Lei n.º 9.964 de 10 de abril de 2.000, que facultou aos contribuintes em débito com a UNIÃO FEDERAL, decorrentes de contribuições administradas pela Receita Federal e pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, ajuizados ou não, constituídos ou não, optar por essa modalidade de regularização fiscal, atendidas as normas contidas no Decreto n.º 3.431 de 24 de abril de 2.000.

A executada formulou sua opção em data de 24 de Abril de 2.000 (vide confirmação de recebimento), produzindo efeitos a partir dessa formalidade (artigo 10º), e já devidamente homologada, passados que foram os 75 dias da opção, sem nenhuma manifestação contrária de parte do Comitê Gestor. (parágrafo único do artigo 13 do Decreto 3.431/2.000).

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMERCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 77

prestadas em juízo, ou na forma da execução do programa, tanto que, a opção pelo REFIS, e agora com a devida homologação, implica: na suspensão da exigibilidade dos débitos ajuizados ou não, com maior razão, no caso presente, porque se encontram garantidos pela penhora. (parágrafos 4.º inciso II e § 5º do artigo 4.º do Decreto 3.431/00)

Outrossim, as multas punitivas ou de mora inscritas juntamente com o valor do principal, independentemente de sua exclusão total a ser requerida em procedimento administrativo em razão de encontrar-se em regime de concordata preventiva, devem ser **desde logo** reduzidas no percentual de 40% de seu montante, por determinação expressa do § 8.º do artigo 5.º do mesmo decreto, combinado com o artigo 60 da lei n.º 8.383 de 30 de Dezembro de 1.991.

Diante do exposto e nos termos da fundamentação seja deferida a suspensão da execução, determinando-se previamente a redução da multa na forma autorizada pela legislação de regência.

Termos em que

Pede deferimento

Rio Negrinho, 03 de Novembro de 2.000

ADELCIO CERUTI
OAB-PR. 5643

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

REFIS
Programa de Recuperação Fiscal

I

ARQUIVAMENTO

CARTÓRIO CÍVEL E COMERCIAL - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 78

Termo de Opção pelo REFIS
(Art. 2º da MP 2.004)

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
1 | 82.768.409/0001-17

NOME EMPRESARIAL
2 | MOVEIS MULLER LTDA

ENDEREÇO
3

LOGRADOURO (rua, avenida, etc): RODOVIA BR 280			NÚMERO: 1786	COMPLEMENTO:	
BAIRRO/DISTRITO: VILA NOVA				CEP: 89295-000	
MUNICÍPIO: RIO NEGRINHO			UF: SC	CAIXA POSTAL/ UF/ CEP: 52/SC/89295000	
DDD: 47	TELEFONE: 6442500	DDD: 47	FAX: 6442500	CORREIO ELETRÔNICO: essencial@creativenet.com.br	Com alteração de endereço. "X"
NOME DO PAÍS: BRASIL					

REGIME DE TRIBUTAÇÃO
4 | 3 - LUCRO PRESUMIDO

DÉBITO DO ITR
5 | 1 - SIM

A pessoa jurídica acima identificada, por seu representante legal infra-assinado, manifesta por meio do presente Termo, em caráter irrevogável e irretratável, sua opção pelo parcelamento nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-4, de 13 de janeiro de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, regulamentado pelo Decreto nº 3.342, de 25 de janeiro de 2000, declarando conhecer e aceitar, de forma plena e irretratável, todas as condições e exigências estabelecidas, inclusive que a presente opção implica autorização expressa de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, à sua movimentação financeira relativa ao período em que estiver submetida ao Programa.

6 LOCAL: RIO NEGRINHO
7 DATA: 27/04/2000

RESPONSÁVEL PELA PESSOA JURÍDICA PERANTE O CNPJ (IN/SRF nº 001/2000)

8 NOME: GILSON PEDRO STOEBERL
9 CPF: 383.754.359-53
10 ASSINATURA:

Com alteração do responsável pela pessoa jurídica perante o CNPJ. " "

ATENÇÃO

Antes de assinar o presente Termo de Opção, o contribuinte deve:

a) ler a regulamentação do REFIS (Dec. nº 3.342/2000), para estar ciente de todas as condições para ingresso no programa;

b) certificar-se de que o endereço da empresa está correto, pois toda correspondência do Programa REFIS será encaminhada para o endereço acima transcrito;

estar ciente que é passível de anulabilidade Termo de Opção que não for assinado pelo representante legal da pessoa jurídica perante o CNPJ, nas condições estabelecidas na Instrução Normativa SRF nº 001, de 12 de janeiro de 2000 (art. 24).

Após assinar e reconhecer a firma do representante legal da empresa, postar o Termo de Opção em qualquer agência os Correios.

RECONHECIMENTO DE FIRMA

11 IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

TABELIONATO JABLONSKI
Rua Carlos Weber, 332

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
GILSON PEDRO STOEBERL
Em Testemunho ____ Da Verdade.
Rio Negrinho 28/Abril /2000
[X] Davide L. Jablonski - Tab.Designado
[ ] Gilvan H. Jablonski - Tab.Substituto
[ ] Alice Linzmeyer Cavalheiro - Escrev.

SELO DE FISCALIZAÇÃO - CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - Nº ABD54556

RESERVADO À ECT

12

AC RIO NEGRINHO
28 ABR. 2000
SC

TABELIONATO JABLONSKI
Rua Carlos Weber, 332

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o original que me foi apresentado.
ER 4 3 1 3 0 4 7 0 5 BR
Em Testemunho ____ Da Verdade.
Rio Negrinho 20/Setembro /2000.
JOSÉ LINZMEYER CAVALHEIRO
ESCREVENTE NOTARIAL
09202
Fone:(047)6442185 Fax:(047)6442217

SELO DE FISCALIZAÇÃO - CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - Nº ACT16022

Aprovado pela Resolução nº 01/2000 do Comitê Gestor / REFIS

EM BRANCO

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 79

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

REFIS-PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Nome empresarial: MOVEIS MULLER LTDA
CNPJ nº : 82.768.409/0001-17

Confirmação do Recebimento do Termo de Opção

Sr. Contribuinte,

Informo que o Termo de Opção pelo REFIS encaminhado por V.Sa, datado em **27/04/2000** foi devidamente recepcionado.

Conforme instruções da Resolução CG/REFIS nº 002/2000, estamos lhe enviando o número da conta REFIS que servirá de senha para acesso e envio de dados relativos ao Sistema REFIS.

"Maiores informações e orientações estão disponíveis na internet nos endereços da SRF, do INSS e da PGFN, que são respectivamente **http://receita.fazenda.gov.br, http://www.mpas.gov.br e http://www.pgfn.fazenda.gov.br**".

Conta REFIS: **860.000.080.813**

Etiqueta ECT nº: **43130470 5**

TABELIONATO JABLONSKI
Rua Carlos Weber, 332

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o original que me foi apresentado.
Em Testemunho Da Verdade.
Rio Negrinho 20/Setembro /2000.
ALICE LINZMEYER CAVALHEIRO
ESCREVENTE NOTARIAL
Fone:(047)6442185 Fax:(047)6442217

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº RCT16011

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CONTRATO
ECT/SRF
10263/00

MOVEIS MULLER LTDA

RODOVIA BR 280 , 1786
VILA NOVA
RIO NEGRINHO - SC

89295-000

RR 4 3 1 3 0 4 7 0 5 BR

AR

REFIS
PROGRAMA DE
RECUPERAÇÃO FISCAL

00003458

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

SERPRO - SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
RUA CARLOS PIOLLI, 133 - BOM RETIRO
CURITIBA - PR
80520-170

☐ MUDOU-SE ☐ FALECIDO ☐ _____
☐ DESCONHECIDO ☐ AUSENTE ___/___/___
☐ END. INSUFICIENTE ☐ NÃO PROCURADO VISTO _____

DESTAQUE AQUI

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 80

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:(S): **MÓVEIS MÜLLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede em Rio Negrinho – Santa Catarina, à BR. 280, Bairro Vila Nova – CP. 52, CEP. 89295-000.**

OUTORGADO:(S) Dr. **ADELCIO CERUTI**, brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito na OAB-PR 5.643 e Dra. **LILLIANA MARIA CERUTI LASS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-PR 21.472, ambos com endereço profissional na Rua Fernando Amaro, 398, nesta Capital.

PODERES: Da cláusula "ad judicia" para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, para propor contra quem de direito couber, as competentes ações, e defendê-la(s) nas demais, administrativa ou judicialmente, representar a(s) Outorgante(s) perante as Repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais, sociedades de economia mista e autarquias.

Poderes especiais: para contestar, desistir, transigir, firmar acordos ou compromissos, receber e dar quitações, substabelecer com ou sem reserva de iguais poderes e ainda para, representá-la nos processos executivos fiscais que tramitam no Foro de Rio Negrinho – SC.

Curitiba, 06 de Novembro de 2.000

_____

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 81

Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000

DOU de 11/04/2000

Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências, e altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§ 1º O Refis será administrado por um Comitê Gestor, com competência para implementar os procedimentos necessários à execução do Programa, observado o disposto no regulamento.

§ 2º O Comitê Gestor será integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado, designados por seus respectivos titulares:

I – Ministério da Fazenda:

a) Secretaria da Receita Federal, que o presidirá;
b) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

§ 3º O Refis não alcança débitos:

I – de órgãos da administração pública direta, das fundações instituídas e mantidas pelo poder público e das autarquias;
II – relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
III – relativos a pessoa jurídica cindida a partir de 1º de outubro de 1999.

Art. 2º O ingresso no Refis dar-se-á por opção da pessoa jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o art. 1º.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até o último dia útil do mês de abril de 2000.

§ 2º Os débitos existentes em nome da optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Refis.

§ 3º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 4º O débito consolidado na forma deste artigo:

I – sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo;
II – será pago em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 31 e parágrafo único da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, não inferior a:

a) 0,3% (três décimos por cento), no caso de pessoa jurídica optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples e de entidade imune ou isenta por finalidade ou objeto;
b) 0,6% (seis décimos por cento), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;
c) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, relativamente às receitas decorrentes das atividades comerciais, industriais, médico-hospitalares, de transporte, de ensino e de construção civil;
d) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), nos demais casos.

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMERCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 82

§ 6º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força do disposto no inciso IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a inclusão, no Refis, dos respectivos débitos, implicará dispensa dos juros de mora incidentes até a data de opção, condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem assim à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

§ 7º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados, observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:

I – compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributo ou contribuição incluído no âmbito do Refis;
II – a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros, estes declarados à Secretaria da Receita Federal até 31 de outubro de 1999.

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de 15% (quinze por cento) e de 8% (oito por cento), respectivamente.

§ 9º Ao disposto neste artigo aplica-se a redução de multa a que se refere o art. 60 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

§ 10. A multa de mora incidente sobre os débitos relativos às contribuições administradas pelo INSS, incluídas no Refis em virtude de confissão espontânea, sujeita-se ao limite estabelecido no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 3º A opção pelo Refis sujeita a pessoa jurídica a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 2º;

II – autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida a partir da data de opção pelo Refis;
III – acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético, de dados, inclusive os indiciários de receitas;
IV – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;
V – cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para com o ITR;
VI – pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e das contribuições com vencimento posterior a 29 de fevereiro de 2000.

§ 1º A opção pelo Refis exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e às contribuições referidos no art. 1º.

§ 2º O disposto nos incisos II e III do caput aplica-se, exclusivamente, ao período em que a pessoa jurídica permanecer no Refis.

§ 3º A opção implica manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 5º São dispensadas das exigências referidas no § 4º as pessoas jurídicas optantes pelo Simples e aquelas cujo débito consolidado seja inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 6º Não poderão optar pelo Refis as pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e VI do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Art. 4º As pessoas jurídicas de que tratam os incisos I e III a V do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, poderão optar, durante o período em que submetidas ao Refis, pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, as pessoas jurídicas referidas no inciso III do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, deverão adicionar os lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior ao lucro presumido e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 5º A ~~pessoa~~ jurídica optante pelo Refis será dela excluída nas ~~seguintes~~ hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor:

Fls. 83

II – inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000;
III – constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo ou contribuição abrangidos pelo Refis e não incluídos na confissão a que se refere o inciso I do caput do art. 3º, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;
IV – compensação ou utilização indevida de créditos, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa referidos nos §§ 7º e 8º do art. 2º;
V – decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;
VI – concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;
VII – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;
VIII – declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430, de 1996;
IX – decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa jurídica, relativa ao débito referido no § 6º do art. 2º e não incluído no Refis, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência da referida decisão;
X – arbitramento do lucro da pessoa jurídica, nos casos de determinação da base de cálculo do imposto de renda por critério diferente do da receita bruta;
XI – suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos.

§ 1º A exclusão da pessoa jurídica do Refis implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A exclusão, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, produzirá efeitos a partir do mês subseqüente àquele em que for cientificado o contribuinte.

§ 3º Na hipótese do inciso III, e observado o disposto no § 2º, a exclusão dar-se-á, na data da decisão definitiva, na esfera administrativa ou judicial, quando houver sido contestado o lançamento.

Art. 6º O art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art. 15, responderá pela incidência da Taxa Referencial – TR sobre a importância correspondente." (NR)

"§1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido da TR, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou fração e multa, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968." (NR)

"§ 2º A incidência da TR de que trata o caput deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS." (NR)

"§ 2º-A. A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem:" (AC)

"I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação;" (AC)
"II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação." (AC)

"§ 3º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido da TR até a data da respectiva operação." (NR)

Art. 7º Na hipótese de quitação integral dos débitos para com o FGTS, referente a competências anteriores a janeiro de 2000, incidirá, sobre o valor acrescido da TR, o percentual de multa de 5% (cinco por cento) e de juros de mora de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), por mês de atraso, desde que o pagamento seja efetuado até 30 de junho de 2000.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos débitos em cobrança administrativa ou judicial, notificados ou não, ainda que amparados por acordo de parcelamento.

Art. 8º O § 4º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS, incidirá encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, o qual será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança." (NR)

Art. 9º O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à execução do Refis, especialmente em relação:
I – às modalidades de garantia passíveis de aceitação;

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 84

poderá ser diferenciado em função da atividade econômica desenvolvida pela pessoa jurídica;
III – às formas de homologação da opção e de exclusão da pessoa jurídica do Refis, bem assim às suas conseqüências;
IV – à forma de realização do acompanhamento fiscal específico;
V – às exigências para fins de liquidação na forma prevista nos §§ 7º e 8º do art. 2º.

Art. 10. O tratamento tributário simplificado e favorecido das microempresas e das empresas de pequeno porte é o estabelecido pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, não se aplicando, para esse efeito, as normas constantes da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 11. Os pagamentos efetuados no âmbito do Refis serão alocados proporcionalmente, para fins de amortização do débito consolidado, tendo por base a relação existente, na data-base da consolidação, entre o valor consolidado de cada tributo e contribuição, incluído no Programa, e o valor total parcelado.

Art. 12. Alternativamente ao ingresso no Refis, a pessoa jurídica poderá optar pelo parcelamento, em até sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos débitos referidos no art. 1º, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I – R$ 300,00 (trezentos reais), no caso de pessoa jurídica optante pelo Simples;
II – R$ 1.000,00 (um mil reais), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;
III – R$ 3.000,00 (três mil reais), nos demais casos.

§ 2º Ao disposto neste artigo não se aplica a restrição de que trata o inciso II do § 3º do art. 1º.

Art. 13. Os débitos não tributários inscritos em dívida ativa, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, poderão ser parcelados em até sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observadas as demais regras aplicáveis ao parcelamento de que trata o art. 12.

§ 1º Para débitos não tributários inscritos, sujeitos ao parcelamento simplificado ou para os quais não se exige garantia no parcelamento ordinário, não se aplica a vedação de novos parcelamentos.

§ 2º Para os débitos não tributários inscritos, não alcançados pelo disposto no § 1º, admitir-se-á o reparcelamento, desde que requerido até o último dia útil do mês de abril de 2000.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à verba de sucumbência devida por desistência de ação judicial para fins de inclusão dos respectivos débitos, inclusive no âmbito do INSS, no Refis ou no parcelamento alternativo a que se refere o art. 2º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o parcelamento deverá ser solicitado pela pessoa jurídica no prazo de trinta dias, contado da data em que efetivada a desistência, na forma e condições a serem estabelecidas pelos órgãos competentes.

Art. 14. As obrigações decorrentes dos débitos incluídos no Refis ou nos parcelamentos referidos nos arts. 12 e 13 não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações promovidas pela administração pública direta ou indireta, bem assim a operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis, desde que a inclusão no referido Programa tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal.

§ 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também:

I – a programas de recuperação fiscal instituídos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, que adotem, no que couber, normas estabelecidas nesta Lei;
II – aos parcelamentos referidos nos arts. 12 e 13.

§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal.

Art. 16. Na hipótese de novação ou repactuação de débitos de responsabilidade de pessoas jurídicas

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO
Fls. 85

medida do efetivo recebimento, na forma a ser estabelecida pela Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos débitos vinculados ao Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – Recoop, instituído pela Medida Provisória nº 1.961-20, de 2 de março de 2000, ainda que a pessoa jurídica devedora não seja optante por qualquer das formas de parcelamento referida no caput.

Art. 17. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2000.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de abril de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Francisco Dornelles
Waldeck Ornelas
Alcides Lopes Tápia

Preparar pagina para impressão

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - SC - ORMEU
Fls. 86

Decreto nº 3.431, de 24 de Abril de 2000

DOU de 25/04/2000, pág. 01

Regulamenta a execução do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000,

D E C R E T A :

Do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Art. 1º O Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000, destina-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, incluem-se nos débitos decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos os relativos:

I - às contribuições descontadas dos segurados empregados e trabalhadores avulsos;
II - à retenção incidente sobre o valor dos serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
III - às contribuições decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30 da Lei nº 8.212, de 1991;
IV - ao imposto de renda retido na fonte.

§ 2º O REFIS não alcança débitos:

I - de órgãos da administração pública direta, das fundações instituídas e mantidas pelo poder público e das autarquias;
II - relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
III - de pessoa jurídica cindida a partir de 1o de outubro de 1999;
IV - de pessoas jurídicas referidas nos incisos II e VI do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998;
V - relativos a impostos de competência estadual ou municipal incluídos, mediante convênio, no SIMPLES.

Da Administração do REFIS

Art. 2º A administração do REFIS será exercida pelo Comitê Gestor, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do Programa, notadamente:

I - expedir atos normativos necessários à execução do Programa;
II - promover a integração das rotinas e procedimentos necessários à execução do REFIS, especialmente no que se refere aos sistemas informatizados dos órgãos envolvidos;
III - homologar as opções pelo REFIS;
IV - excluir do Programa os optantes que descumprirem suas condições.

Parágrafo único. O Comitê Gestor será constituído por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Previdência e Assistência Social e integrado por representantes dos seguintes órgãos, indicados por seus respectivos titulares:

I - SRF, que o presidirá;
II - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;
III - INSS.

Do Ingresso no REFIS

Art. 3º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção da pessoa jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º, em nome da pessoa jurídica, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão, salvo aqueles demandados judicialmente pela pessoa jurídica e que, por sua opção, venham a permanecer nessa situação.

Da Formalização da Opção

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 87

§ 1º O Termo de Opção do REFIS será:

I - firmado pelo responsável pela pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sendo exigido reconhecimento de firma;
II - entregue nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e, no caso de pessoas jurídicas com inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ declarada inapta na condição de omissa contumaz ou de omissa e não localizada, nas unidades da SRF.

§ 2º No documento confirmatório da opção constará número gerado por algoritmo específico que deverá ser utilizado, em conjunto com o número de inscrição no CNPJ, em todos os demais atos e procedimentos praticados no âmbito do REFIS, constituindo, para todos os fins de direito, identificação eletrônica, ficando sua utilização sob plena e total responsabilidade da pessoa jurídica optante.

§ 3º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados pela pessoa jurídica, de forma irretratável e irrevogável, até o dia 30 de junho de 2000, nas condições estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 4º A opção pelo REFIS, independentemente de sua homologação, implica:

I - início imediato do pagamento dos débitos;
II - após a confirmação da opção, nos termos estabelecidos pelo Comitê Gestor, suspensão da exigibilidade dos débitos não ajuizados, ou, quando ajuizados, integralmente garantidos;
III - submissão integral às normas e condições estabelecidas para o Programa.

§ 5º A suspensão da exigibilidade dos débitos ajuizados, quando não garantidos, dar-se-á quando da homologação da opção.

Da Consolidação e Pagamento dos Débitos

Art. 5º Os débitos da pessoa jurídica optante serão consolidados tomando por base a data da formalização da opção.

§ 1º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, inclusive a atualização monetária à época prevista.

§ 2º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força do disposto no inciso IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), a inclusão, no REFIS, dos respectivos débitos implicará dispensa dos juros de mora incidentes até a data de opção, condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem assim à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

§ 3º A inclusão dos débitos referidos no parágrafo anterior, bem assim a desistência ali referida deverão ser formalizadas, mediante confissão, na forma e prazo estabelecidos no § 3º do artigo anterior, nas condições estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 4º Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se funda, os depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida inclusão no REFIS de eventual saldo devedor.

§ 5º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive os relativos a débitos inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados, mediante solicitação expressa e irrevogável da pessoa jurídica optante e observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:

I - compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributo ou contribuição incluído no âmbito do REFIS;II - utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros.

§ 6º A liquidação referida no parágrafo anterior será efetuada de conformidade com os procedimentos a serem definidos pelo Comitê Gestor e será formalizada dentro do prazo estabelecido no § 3º do artigo anterior, observadas as seguintes condições:

I - poderão ser utilizados prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, próprios da pessoa jurídica optante, passíveis de compensação na data da opção, na forma da legislação vigente, desde que relativos a período de apuração encerrado até 31 de dezembro de 1999 e devidamente declarados ou informados à SRF até a data da opção, salvo em relação ao período de apuração correspondente ao ano-calendário de 1999, que deverá ser informado na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ 2000, no prazo estabelecido para sua apresentação;

II - na hipótese de compensação de créditos ou de utilização de prejuízos fiscais ou bases de cálculos negativa de terceiros,

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 88

a) a solicitação deverá ser também assinada pelo responsável pela pessoa jurídica cedente perante o CNPJ, com reconhecimento de firma;

b) a cessão somente poderá ser efetuada do detentor originário do direito à pessoa jurídica optante pelo REFIS e será definitiva, ainda que o adquirente seja, por qualquer motivo, excluído do REFIS;

c) somente poderão ser utilizados prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas passíveis de compensação da pessoa jurídica cedente, na data da opção, na forma da legislação vigente, devidamente declarados ou informados à SRF até 31 de outubro de 1999;

III - o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de quinze por cento e de oito por cento, respectivamente;

IV - para os fins de utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa, nos termos deste Decreto, não se aplica o limite de trinta por cento do lucro líquido ajustado, da cedente ou da cessionária.

§ 7º O débito consolidado na forma deste artigo será informado, pelo Comitê Gestor, à pessoa jurídica optante, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data da formalização da opção, com a discriminação das espécies dos tributos e contribuições, bem assim dos respectivos acréscimos e períodos de apuração.

§ 8o A pessoa jurídica, durante o período em que estiver incluída no REFIS, poderá amortizar o débito consolidado mediante compensação de créditos próprios ou de terceiros, sem prejuízo do pagamento das parcelas mensais.

§ 9º As multas de lançamento de ofício incluídas no REFIS serão reduzidas em quarenta por cento, nos termos do art. 60 da Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, inclusive para fins da liquidação de que trata o § 5o deste artigo.

§ 10. A multa de mora incidente sobre os débitos relativos às contribuições administradas pelo INSS, incluídos no REFIS em virtude de confissão espontânea, sujeita-se ao limite de vinte por cento estabelecido no art. 61 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 11. A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e contribuições referidos no art. 1º, inclusive dos com vencimento posterior a 29 de fevereiro de 2000.

Art. 6º O débito consolidado na forma do artigo anterior:

I - sujeitar-se-á, a partir da data base da consolidação, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada linearmente, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo;

II - será pago em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 31 e parágrafo único da Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, não inferior a:

a) zero vírgula três por cento, no caso de pessoa jurídica optante pelo SIMPLES e de entidade imune ou isenta por finalidade ou objeto;

b) zero vírgula seis por cento, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;

c) um vírgula dois por cento, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, relativamente às receitas decorrentes das atividades comerciais, industriais, de transporte, de construção civil, de ensino e médico-hospitalares;

d) um vírgula cinco por cento, nos demais casos.

§ 1o No caso de sociedade em conta de participação os débitos e as receitas brutas serão considerados individualizadamente, por sociedade.

§ 2o Para os fins do disposto no inciso II do caput:

I - o reconhecimento da receita dar-se-á segundo as normas estabelecidas na legislação do imposto de renda;
II - na hipótese de pessoas jurídicas imunes ou isentas, considerar-se-á receita bruta os acréscimos patrimoniais ocorridos em cada mês, independentemente de sua natureza.

§ 3º A pessoa jurídica optante deverá iniciar o pagamento do débito consolidado a partir, inclusive, do próprio mês da formalização da opção, independentemente de sua confirmação ou homologação.

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 89

deverá:

I - registrar, em sua escrituração contábil, o valor do direito cedido, determinado na forma do inciso II do § 6º do art. 5º, em contrapartida a conta de patrimônio líquido;
II - dar baixa, em sua escrituração fiscal, do montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da contribuição social cedida, pelo montante que serviu de base para a determinação do direito registrado na forma do inciso anterior.

§ 1o As perdas porventura apuradas em decorrência da cessão não serão dedutíveis para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 2o A cessão de direitos a que se refere este artigo será definitiva, não podendo a cedente, sob qualquer forma e a qualquer tempo, utilizá-los em seu favor.

§ 3o Na hipótese de constatação, na pessoa jurídica cedente, de irregularidade que implique redução, total ou parcial, dos valores de prejuízo ou de base de cálculo negativa cedidos, bem assim nos casos de cessão de valores já compensados:

I - os juros e multas liquidados mediante utilização destes valores serão restabelecidos e incluídos no débito consolidado remanescente;
II - a pessoa jurídica adquirente não será excluída do REFIS.

§ 4o O disposto no parágrafo anterior:

I - não exclui a responsabilidade da pessoa jurídica cedente, relativamente aos tributos e contribuições devidos em decorrência da referida constatação, inclusive quanto às sanções e demais acréscimos aplicáveis;
II - não se aplica à hipótese de cessão de prejuízo fiscal ou de base de cálculo negativa inexistente, assim entendida a que desatender ao disposto na alínea "c" do inciso II do § 6o do art. 5o, que será considerada utilização indevida, implicando exclusão da pessoa jurídica adquirente do REFIS.

Das Obrigações da Pessoa Jurídica Optante

Art. 8º A opção pelo REFIS sujeita a pessoa jurídica a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos no Programa, inclusive os confessados na forma do § 3º do art. 4º;
II - autorização, no ato da opção, de acesso irrestrito, pela SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida durante o período em que a optante estiver submetida ao Programa;
III - acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético, de dados, inclusive os indiciários de receitas;
IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no Programa;
V - cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o ITR;
VI - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e das contribuições com vencimento posterior a 29 de fevereiro de 2000, inclusive os impostos de competência estadual e municipal devidos pelos optantes pelo SIMPLES.

§ 1o O acesso às informações financeiras autorizado na forma do inciso II do caput será efetuado nos termos e condições a serem estabelecidos pela SRF, com prévia ciência da pessoa jurídica.

§ 2º O acompanhamento fiscal específico de que trata o inciso III será realizado, exclusivamente, durante o período em que a pessoa jurídica permanecer no REFIS e implementado em conjunto pela SRF e INSS, mediante análise sistemática das informações prestadas em confronto com os valores recolhidos a título de pagamento dos débitos parcelados no âmbito do REFIS e os correspondentes às obrigações fiscais com vencimento posterior a 29 de fevereiro de 2000.

§ 3º O Comitê Gestor definirá as informações a serem prestadas e a periodicidade de sua prestação, observado que, no caso de pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES, a periodicidade será anual.

Art. 9º As pessoas jurídicas de que tratam os incisos I e III a V do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, poderão optar, durante o período em que submetidas ao REFIS, pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, as pessoas jurídicas referidas no inciso III do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, deverão adicionar os lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior ao lucro presumido e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

Da Homologação da Opção

Art. 10. A homologação da opção pelo REFIS será efetivada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir da data da formalização da opção.

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 90

§ 1o A opção implica manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, cabendo à PGFN e ao INSS, no âmbito de suas respectivas competências, promoverem as ações necessárias a assegurar o cumprimento dessa exigência.

§ 2o Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, a homologação da opção pelo REFIS é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, na forma do art. 64 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 3o Ficam dispensadas das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas:

I - optantes pelo SIMPLES;
II - cujo débito consolidado seja inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
§ 4º A exigência referida no § 2º deverá ser atendida no prazo fixado no § 3º do art. 4º.

Das Garantias

Art. 11. Para os fins do disposto no § 2º do artigo anterior poderão ser aceitas as seguintes modalidades de garantia:

I - fiança;
II - hipoteca;
III - penhor;
IV - anticrese;
V - seguro.

§ 1º Deverão ser apresentados, no caso de:

I - fiança:

a) se bancária, proposta aprovada por instituição financeira, que deverá ser renovada, caso necessária, até a quitação do débito:

b) nos demais casos, relação de bens do fiador acompanhada de certidões dos cartórios de protesto e distribuição;

II - hipoteca, escritura do imóvel e respectiva certidão do cartório de registro de imóvel devidamente atualizada, bem assim documento de notificação ou cobrança do imposto predial territorial urbano (IPTU) ou do imposto territorial rural (ITR) acompanhado da respectiva prova de quitação;

III - penhor ou anticrese:

a) prova da propriedade dos bens, acompanhada de certidão de inexistência de ônus reais;

b) para frutos e rendimentos de bem imóvel, laudo circunstanciado relativo à produtividade, elaborado por empresa ou profissional legalmente habilitado;

IV - seguro, a respectiva apólice.

§ 2º Vindo o objeto da garantia a perecer ou a se desvalorizar no curso do parcelamento, o devedor será intimado para providenciar a sua reposição ou reforço, sob pena de rescisão do acordo e vencimento antecipado das parcelas restantes.

§ 3º A garantia deverá ter valor mínimo igual ao total da dívida parcelada, observado em qualquer caso, o valor de mercado dos bens indicados, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor.

§ 4º O Comitê Gestor expedirá as normas necessárias à formalização das garantias oferecidas, observando que estão dispensadas de nova formalização as pessoas jurídicas que já o fizeram, desde que o valor não seja inferior ao estabelecido no § 3º.

Art. 12. A adesão ao REFIS não implica desconstituição da penhora, arresto de bens ou outras garantias efetivadas nos autos da ação de execução fiscal, que integrarão a garantia oferecida no âmbito do Programa.

§ 1º A execução fiscal, e qualquer de seus atos, somente será suspensa após a homologação da opção de ingresso no REFIS, ressalvadas as disposições legais em sentido contrário.

§ 2º Será examinada pelo Comitê Gestor, com preferência, a opção que contiver débito em execução fiscal.

Art. 13. Relativamente a opções que contenham débitos ajuizados não garantidos, a expedição da certidão

FORO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 91

Parágrafo único. Exclusivamente para os fins deste artigo e do § 5º do art. 4º, considerar-se-á tacitamente homologada a opção após transcorridos setenta e cinco dias da sua formalização sem que haja expressa manifestação por parte do Comitê Gestor.

Do Arrolamento

Art. 14. O arrolamento de bens será efetivado pela autoridade administrativa, considerando o valor contábil dos bens integrantes de seu patrimônio.

§ 1º Deverão ser arrolados os bens imóveis da pessoa jurídica optante, integrantes de seu patrimônio em 31 de dezembro de 1999, classificados em conta integrante do ativo permanente, segundo as normas fiscais e comerciais, limitado ao valor do débito consolidado.

§ 2o Na hipótese de a pessoa jurídica não possuir imóveis passíveis de arrolamento, segundo o disposto no parágrafo anterior, poderão ser arrolados outros bens integrantes de seu patrimônio, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 3º O arrolamento de bens poderá ser adotado em conjunto com a garantia, para fins de satisfação do valor mínimo a que se refere o § 3º do art. 11.

§ 4o Para os fins do disposto no § 5o do art. 64 da Lei no 9.532, de 1997, a pessoa jurídica optante deverá informar o número de inscrição no CNPJ dos cartórios onde se encontrarem registrados os imóveis arrolados.

Da Exclusão do REFIS

Art. 15. A pessoa jurídica optante pelo REFIS será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nos incisos I a V do caput do art. 8o;
II - inadimplemento, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000;
III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo ou contribuição abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão a que se refere o inciso I do caput do art. 8o, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;
IV - compensação ou utilização indevida de créditos, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa, referidos nos §§ 5o e 6o do art. 5o;
V - decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;
VI - concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei no 8.397, de 6 de janeiro de 1992;
VII - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;
VIII - declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
IX - decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa jurídica, relativa a débito referido no § 2º do art. 5º e não incluído no REFIS, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência da referida decisão;
X - arbitramento do lucro da pessoa jurídica, nos casos de determinação da base de cálculo do imposto de renda por critério diferente ao da receita bruta;
XI - suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos.

§ 1o A exclusão da pessoa jurídica do REFIS implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2o A exclusão produzirá efeitos:

I - nas hipóteses dos incisos I, II e III do caput, a partir do mês subseqüente àquele em que for cientificado o contribuinte do ato que o excluir do Programa;
II - nas hipóteses dos incisos X e XI do caput, a partir do mês subseqüente àquele em que a pessoa jurídica não houver apurado sua receita bruta ou não puder demonstrá-la e comprová-la;
III - nas demais hipóteses, a partir do mês subseqüente àquele em que ocorrido o fato que ensejar a exclusão.

§ 3o Na hipótese do inciso III do caput, e observado o disposto no inciso I do parágrafo anterior, quando houver sido contestado o lançamento, a exclusão dar-se-á na data da ciência, pela pessoa jurídica, da decisão definitiva, na esfera administrativa ou judicial, neste caso desde que a respectiva ação tenha sido impetrada no prazo de trinta dias da ciência do lançamento ou da decisão administrativa definitiva.

§ 4o O disposto no caput e no parágrafo anterior aplica-se aos lançamentos de ofício:

CARTÓRIO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 92

II - relacionados a fatos geradores de obrigação com vencimento posterior a 29 de fevereiro de 2000, salvo se da infração resultar redução da base de cálculo das parcelas devidas no âmbito do REFIS, hipótese em que será aplicado o disposto no inciso I do § 2o.

§ 5º A exclusão será precedida de representação fundamentada da SRF, do INSS ou da PGFN.

Art. 16. A liquidação dos valores correspondentes a multa e juros, nos termos do inciso II do § 5o do art. 5o, será definitiva, ainda que a pessoa jurídica seja excluída do REFIS, exceto na hipótese de que trata o inciso IV do artigo anterior, relativamente à parcela considerada indevida.

Da Alocação, da Apropriação e da Transferência dos Valores Arrecadados

Art. 17. Os pagamentos efetuados no âmbito do REFIS serão alocados proporcionalmente, para fins de amortização do débito consolidado, tendo por base a relação existente, na data-base da consolidação, entre o valor consolidado de cada tributo e contribuição incluído no Programa e o valor total parcelado.

Parágrafo único. A amortização do débito consolidado dar-se-á na forma do caput, observadas as destinações e vinculações legais.

Art. 18. A apropriação e a transferência dos recolhimentos efetuados no âmbito do REFIS serão efetuadas até o último dia útil do mês seguinte ao da arrecadação.

§ 1o Para os fins do disposto neste artigo, a SRF informará mensalmente, ao INSS e à PGFN, o montante dos valores arrecadados das empresas, individualizando-os pelos respectivos números de inscrição no CNPJ.

§ 2o A consolidação e o processamento referidos neste artigo serão realizados no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da vigência desse Decreto.

§ 3o Enquanto não consolidados e processados os débitos submetidos ao REFIS, a apropriação e transferência referidas no caput serão realizadas com base no total dos débitos existentes no âmbito de cada órgão, inclusive da PGFN.

Das Outras Formas de Parcelamento

Art. 19. Observado o prazo a que se refere o caput do art. 4o e demais normas e condições estabelecidas neste Decreto, a pessoa jurídica poderá, alternativamente ao disposto no inciso II do art. 6o, proceder ao pagamento do débito consolidado em até sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I - R$ 300,00 (trezentos reais), no caso de pessoa jurídica optante pelo SIMPLES;
II - R$ 1.000,00 (mil reais), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;
III - R$ 3.000,00 (três mil reais), nos demais casos.

§ 2o O pagamento dos débitos parcelados na forma deste artigo será devido a partir do próprio mês da opção.

§ 3o Enquanto não comunicado, pelo Comitê Gestor, nos termos do § 7o do art. 5o, o valor total do débito consolidado, a pessoa jurídica deverá determinar o valor das parcelas mensais com base no montante do débito que lhe for informado pela SRF, INSS e PGFN, ainda que parcial, ou, na sua falta, no valor por ela conhecido, observado, em qualquer caso, o disposto no § 1o.

§ 4º A quantidade de parcelas será definida quando efetivada a consolidação dos débitos, observados os valores mínimos estabelecidos no § 1o, podendo a pessoa jurídica, a qualquer tempo, solicitar a redução do prazo, hipótese em que os valores das parcelas serão recalculados.

§ 5o O parcelamento na forma estabelecida neste artigo ficará sujeito à administração do Comitê Gestor a que se refere o art. 2o.

Do Parcelamento do ITR

Art. 20. Os débitos do ITR poderão ser parcelados na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O parcelamento de que trata este artigo será concedido mediante processo específico, não sendo seus valores incluídos na consolidação.

Do Parcelamento de Débitos não Tributários

Art. 21. Os débitos não tributários inscritos em dívida ativa, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000,

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 93

§ 1o Para os débitos não tributários inscritos sujeitos ao parcelamento simplificado ou para os quais não se exige garantia no parcelamento ordinário, não se aplica a vedação de novos parcelamentos.

§ 2o Para os débitos não tributários inscritos, não alcançados pelo disposto no parágrafo anterior, admitir-se-á o reparcelamento, desde que requerido até o último dia útil do mês de abril de 2000.

§ 3o O disposto neste artigo aplica-se à verba de sucumbência devida por desistência de ação judicial para fins de inclusão dos respectivos débitos, inclusive no âmbito do INSS, no REFIS ou no parcelamento alternativo a que se refere o art. 19.

§ 4o Na hipótese do parágrafo anterior, o parcelamento deverá ser solicitado pela pessoa jurídica no prazo de trinta dias, contado da data em que efetivada a desistência, na forma e condições a serem estabelecidos pelos órgãos competentes.

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 22. As obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS ou nos parcelamentos referidos nos arts. 19 a 21 não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações promovidas pela administração federal direta ou indireta, bem assim a operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

Art. 23. Na hipótese de novação ou repactuação de débitos de responsabilidade de pessoas jurídicas optantes pelo REFIS ou pelo parcelamento alternativo a que se refere o art. 19, a recuperação de créditos anteriormente deduzidos como perda até 31 de dezembro de 1999, será, para fins do disposto no art. 12 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, computada na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso II do art. 14 da Lei no 9.718, de 1998, à medida do efetivo recebimento, na forma a ser estabelecida pela SRF.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos débitos vinculados ao Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, instituído pela Medida Provisória no 1.961-20, de 2 de março de 2000, ainda que a pessoa jurídica devedora não seja optante por qualquer das formas de parcelamento referida no caput.

Art. 24. A SRF, o INSS e a PGFN expedirão, no âmbito de suas respectivas áreas de competência, as instruções complementares necessárias à implementação do disposto neste Decreto.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Fica revogado o Decreto no 3.342, de 25 de janeiro de 2000.

Brasília, 24 de abril de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

Preparar pagina para impressão

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 82, ANEXO115, Página 1

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO INTERNO - SC
Fls. 94

(LEX - LEG. FEDERAL - 1991 - Tomo 4 - Página 1019)

LEI N. 8.383 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências

O Presidente da República.
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Unidade de Referência - UFIR

Art. 1° Fica instituída a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.

§ 1° O disposto neste Capítulo aplica-se a tributos e contribuições sociais, inclusive previdenciárias, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

§ 2° É vedada a utilização da UFIR em negócio jurídico como referencial de correção monetária do preço de bens ou serviços e de salários, aluguéis ou "royalties".

Art. 2° A expressão monetária da UFIR mensal será fixa em cada mês-calendário; e da UFIR diária ficará sujeita a variação em cada dia e a do primeiro dia do mês será igual à da UFIR do mesmo mês.

§ 1° O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, por intermédio do Departamento da Receita Federal, divulgará a expressão monetária da UFIR mensal:

a) até o dia 1° de janeiro de 1992, para esse mês, mediante a aplicação, sobre Cr$ 126,8621, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado desde fevereiro até novembro de 1991, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA de dezembro de 1991, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

b) até o primeiro dia de cada mês, a partir de 1° de fevereiro de 1992, com base no IPCA.

§ 2° O IPCA, a que se refere o parágrafo anterior, será constituído por série especial cuja apuração compreenderá o período entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês de referência.

§ 3° Interrompida a apuração ou divulgação da série especial do IPCA, a expressão monetária da UFIR será estabelecida com base nos indicadores disponíveis, observada precedência em relação àqueles apurados por instituições oficiais de pesquisa.

§ 4° No caso do parágrafo anterior, o Departamento da Receita Federal divulgará a metodologia adotada para a determinação da expressão monetária da UFIR.

§ 5° O Departamento da Receita Federal divulgará, com antecedência, a expressão monetária da UFIR diária, com base na projeção da taxa de inflação medida pelo índice de que trata o § 2° deste artigo.

§ 6° A expressão monetária do Fator de Atualização Patrimonial - FAP, instituído em decorrência da Lei n. 8.200(1), de 28 de junho de 1991, será igual, no mês de dezembro de 1991, à expressão monetária da UFIR apurada conforme a alínea "a" do § 1° deste artigo.

§ 7° A expressão monetária do coeficiente utilizado na apuração do ganho de capital, de que trata a Lei n. 8.218(2), de 29 de agosto de 1991, corresponderá a partir de janeiro de 1992, à expressão monetária da UFIR mensal.

Art. 3° Os valores expressos em cruzeiros na legislação tributária ficam convertidos em quantidade de UFIR, utilizando-se como divisores:

I - o valor de Cr$ 215,6656, se relativos a multas e penalidades de qualquer natureza;

II - o valor de Cr$ 126,8621, nos demais casos.

CAPÍTULO II

Do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Art. 4° A renda e os proventos de qualquer natureza, inclusive os rendimentos e ganhos de capital, percebidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, serão tributados pelo Imposto sobre a Renda na forma da legislação vigente, com as modificações introduzidas por esta Lei.

Art. 5° A partir de 1° de janeiro do ano-calendário de 1992, o Imposto sobre a Renda *incidente*

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 82, ANEXO116, Página 1

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO
Fls. 95
SANTO - SC

CAPÍTULO VII

Das Multas e dos Juros de Mora

Art. 59. Os tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de mora de vinte por cento e a juros de mora de um por cento ao mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor do tributo ou contribuição corrigido monetariamente.

§ 1° A multa de mora será reduzida a dez por cento, quando o débito for pago até o último dia útil do mês subseqüente ao do vencimento.

§ 2° A multa incidirá a partir do primeiro dia após o vencimento do débito; os juros, a partir do primeiro dia do mês subseqüente.

Art. 60. Será concedida redução de quarenta por cento da multa de lançamento de ofício ao contribuinte que, notificado, requerer o parcelamento do débito no prazo legal de impugnação.

§ 1° Havendo impugnação tempestiva, a redução será de vinte por cento, se o parcelamento for requerido dentro de trinta dias da ciência da decisão da primeira instância.

§ 2° A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará restabelecimento do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeito.

Art. 61. As contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS ficarão sujeitas à multa variável, de caráter não-relevável, nos seguintes percentuais, incidentes sobre os valores atualizados monetariamente até a data do pagamento:

I - dez por cento sobre os valores das contribuições em atraso que, até a data do pagamento, não tenham sido incluídas em notificação de débito;

II - vinte por cento sobre os valores pagos dentro de quinze dias contados da data do recebimento da correspondente notificação de débito;

III - trinta por cento sobre todos os valores pagos mediante parcelamento, desde que referido no prazo do inciso anterior;

IV - sessenta por cento sobre os valores pagos em quaisquer outros casos, inclusive por falta de cumprimento de acordo para o parcelamento.

Parágrafo único. É facultada a realização de depósito, à disposição da Seguridade Social, sujeito aos mesmos percentuais dos incisos I e II, conforme o caso, para apresentação de defesa.

CAPÍTULO VIII

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 96

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.-
Em, 8 de dezembro de 2020
O Escrivão

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 97

CERTIDÃO

CERTIFICO que os presentes autos foram baixados a cartório, sem despacho, por força do disposto na Portaria nº 26/00, deste Juízo.

O referido é verdade, do que dou fé.
Rio Negrinho, 29 de dezembro de 2000.

AMAURI MILTON GRAF
Escrivão Judicial
Matrícula nº 3852

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.

Em, 15 de março de 2021

O Escrivão



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Cartório do Cível e Comércio Fls. Rio Negrinho - SC

CERTIDÃO

Autos nº 055.99.000173-8

CERTIFICO, para os devidos fins, que nos termos do art. 1º, VI, intimo a Exequente para manifestar-se, querendo, sobre a juntada da petição e documentos de fls.76 e ss. Dou fé.

Comarca de Rio Negrinho (SC), 09 de agosto de 2001.

Amauri Milton Graf - Matrícula 3852
Escrivão Judicial

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei, em cartório, o Dr. Walter Eschwandtner pte. credor por todo o conteúdo da certidão retro do que bem ciente ficou.

Rio Negrinho, 17 de 08 de 07

ESCRIVÃO

JUNTADA

Nesta data, Junto a petição que seguem

Em 28 de agosto de 07

O Escrivão

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

JUÍZO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 100

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRINHO – SC.

TJSC Comarca Rio Negrinho 23/08/2001 16:48:41 00229 1

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS**, já qualificado nos autos da **Execução Fiscal n.º 055.99.000173-8** (CDA 55.644.166-4; 55.743.377-0 e 55.744.066-1), proposta contra MÓVEIS MÜLLER e OUTROS, ora me trâmite neste juízo, por intermédio de seu advogado, infrafirmado, vêm à presença de Vossa Excelência, face a certidão de fls. 99, para dizer que ***não concorda*** com o pedido de suspensão formulado às fls. 76/77, eis que não basta a apresentação do *Termo de Opção pelo REFIS (Programa de Recuperação Fiscal)*; muito menos juntar aos autos cópia da Lei que instituiu o programa, mister se faz COMPROVAR a efetiva aceitação da executada no programa, a comprovação dos pagamentos e, ainda, a comprovação de que os créditos previdenciários também foram incluídos nos pagamentos, além de apresentar renúncia expressa à oposição de embargos, ou seja, os requisitos inseridos no art. 3º da citada Lei.

Assim sendo, a intimação da empresa executada, na pessoa do seu procurador judicial para, no prazo legal, proceder na devida comprovação, sob pena de prosseguimento do feito.

Termos em que espera deferimento

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2001.

LOACIR GSCHWENDTNER
OAB/SC 6.935

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.-
Em 23 de agosto de 21
O Escrivão

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 101

JUNTADA

Nesta data, junto a petição
que segue(m):
Em 10 de outubro de 01
O escrivão

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Agência da Previdência Social
São Bento do Sul - SC

Cartório do Cível e Crime
102
Rio Negrinho - SC

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRINHO.

AUTOS Nº 055.99.000.173-8
PARTES: INSS
MÓVEIS MULLER LTDA

29/08

J-SE
VOLTEM CONCLUSOS
EM 09/10/2001.

UBALDO RICARDO DA SILVA NETO
Juiz de Direito

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal, criada pela lei nº 8029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, por sua Procuradora Federal signatária, vem com elevado acatamento, à presença de Vossa Excelência, requerer vista dos autos.

Termos em que
Roga Deferimento.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2001.

VÂNIA MARIA BASTOS FALLER
Procuradora Federal
Matr. 1109433 - OAB/SC 7060

150 CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO EM CARTÓRIO 17/10/01 00:00 1

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.
Em 10 de outubro de 01
O Escrivão

R.H.
DEFIRO O PEDIDO RETRO.
PRAZO, 10 DIAS.
INT.
Em 19/10/01

UBALDO RICARDO DA SILVA NETO
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Recebidos hoje, do Dr. Ubaldo R. da Silva Neto
Em, 19 de 10 de 2001
O Escrivão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei, em cartório, o Dr. Vânia por todo o conteúdo do despacho retro do que bem ciente ficou.

Rio Negrinho, 17 de 4 de 2

ESCRIVÃO

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 103

Johnnathan OAB/SC 0935

JUNTADA

Nesta data, Junto [illegible] que seguem

Em 19 de 07 de 01

O Escrivão

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMERCIO RIO NEGRINHO - SC
Fls. 104

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRINHO – SC.

TJSC Comarca Rio Negrinho 24/JUL/2002 15:03:42 002111/2002

O **Instituto Nacional do Seguro Social-INSS**, já qualificado nos autos da **Execução Fiscal n.º 055.99.000173-8** (CDA 55.644.166-4, 55.743.377-0 e 55.744.066-1), proposta contra MÓVEIS MÜLLER LTDA., ora em trâmite neste juízo, por intermédio de seu advogado, infrafirmado, vem à presença de Vossa Excelência para reiterar o pedido formulado na petição de fls. 100.

Termos em que espera deferimento.

Rio Negrinho, 23 de julho de 2002.

LOACIR GSCHWENDTNER
OAB/SC 6.935

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.
Em 05 de 08 de 02
Escrivão

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMERCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 103

JUNTADA

Nesta data, Junto Petição

que seguem

Em 24 de janeiro de 03

O Escrivão

Gab. Juiz

CARTÓRIO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 106

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM JOINVILLE

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRINHO/SC

TJSC Comarca Rio Negrinho 17SET2002 13:12:08 000192/2002

Autos nº **055.99.000173-8**
Executado: **MÓVEIS MULLER LTDA**

O **INSS** vem à presença de V.Exa. expor e requerer:

Inicialmente, informa que a empresa devedora até a presente data permanece no REFIS (doc. anexo).

Entretanto, **a presente execução não pode, por ora, ser suspensa** face à opção pelo REFIS.

Isto porque, a dívida aqui executada, na época do ajuizamento já era **superior a R$ 500.000,00.** O débito consolidado da empresa devedora ultrapassa R$ 1.000.000,00 (anexo).

Desta forma, a homologação da opção pelo REFIS está condicionada à prestação de garantia de toda a dívida consolidada (**§ 5º c/c o § 4º do art. 3º da Lei nº 9.964/2000**).

Portanto, não é possível, por ora, a suspensão da execução fiscal, já que o devedor NÃO PRESTOU GARANTIA DA DÍVIDA CONSOLIDADA e, nestes autos ainda não se efetivou a penhora.

Diante do exposto, requer o prosseguimento da execução, com a imediata expedição de mandado de penhora.

JOÁS FERREIRA BUENO
Procurador Federal
Matrícula 1256850-OAB/SC 12.412

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 107

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Consulta Situação da Conta Refis

CNPJ : 82.768.409/0001-17

Nome Empresarial : MOVEIS MULLER LTDA

Situação do Contribuinte
CONTRIBUINTE ATIVO

| Demonstrativo dos Débitos Consolidados | Extrato da Conta REFIS | Consulta Situacao da Conta Refis |

EV-INSS CCADE

SISTEMA DE COBRANCA

DATA: 10/09/02 CONSULTAR - DADOS DA ADESAO HORA: 10:14:51

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 101

DEVEDOR: 82.768.409/0001-17 MOVEIS MULLER LTDA

NUM. REFIS	DT.CADASTRO	DT. ADESAO	OPCAO	TRIBUTACAO	GEX/APS	SITUACAO
860000080813	26/05/2000	27/04/2000	REFIS	Lucro Presum	20-024-050	ATIVO

PROXIMO

F inalizar P rincipal M odulo A nterior

CCREDEXT PROCURADORIA - INSS - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
10/09/2002 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 15:41:22



Cat: (1-CGC 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
1 82768409000117 Empresa com opcao ao REFIS
Nome: MOVEIS MULLER LTDA
Usu: 3 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)
Tipo: 9 (1-Outros 2-Natureza Nao Previdenciaria 3-Arrematacao
4-Sucumbencia 5-Contr.Nao Repassada 6-Todos Menos Tipo 5
7-Afericao Indireta 8-Solidariedade 9-Todos)

Filial	Credito	Usu	Fase	APS/PPS	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-17	327593733		PRO	0770	20.224.905 OPCAO REFIS	257.803.42	1
0001-17	327593741		PRO	0770	20.224.905 OPCAO REFIS	7.852.90	1
0001-17	327593750		PRO	0770	20.224.905 OPCAO REFIS	9.275.31	1
0001-17	556441664		PRO	0770	20.224.905 OPCAO REFIS	134.506.48	1
0001-17	557433770		PRO	0770	20.224.905 OPCAO REFIS	574.472.27	1
0001-17	557440661		PRO	0770	20.224.905 OPCAO REFIS	230.594.09	1
0001-17	352039175		ADM	****	20.024.050 INCLUIDO EM PA	***.***.***,**	*

352039183 Proximo Credito
XMIT
Existem mais processos

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCREDEXT PROCURADORIA - INSS - DATAPREV CCREDEXT
DIVIDA ATIVA
10/09/2002 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 15:41:36

Cat: (1-CGC 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
1 82768409000117 Empresa com opcao ao REFIS
Nome: MOVEIS MULLER LTDA
Usu: 3 (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)
Tipo: 9 (1-Outros 2-Natureza Nao Previdenciaria 3-Arrematacao
4-Sucumbencia 5-Contr.Nao Repassada 6-Todos Menos Tipo 5
7-Afericao Indireta 8-Solidariedade 9-Todos)

Filial	Credito	Usu	Fase	APS/PPS	Situacao	Valor Total	Tipo
0001-17	352039183		ADM	****	20.024.050 INCLUIDO EM PA	***.***.***,**	*
0001-17	352039191		ADM	****	20.024.050 INCLUIDO EM PA	***.***.***,**	*
0001-17	352039205		ADM	****	20.024.050 INCLUIDO EM PA	***.***.***,**	*
0001-17	557433789		ADM	****	20.024.050 INCLUIDO EM PA	***.***.***,**	*

Proximo Credito Total (em Reais) 1.214.504,47
XMIT
Fim da pesquisa atual

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

R.h.
Segue despacho em separado.
Em, 14 / 02 / 05.

Sérgio Agenor de Aragão
Juiz de Direito

COMARCA DE RIO NEGRINHO - SC
FL. 110

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO NEGRINHO
AUTOS N. 055.99.000173-8

R.h.

I – Tendo em vista a petição e documentos de fls. 106/109, determino a expedição de mandado, conforme requerido, não sem antes a Exeqüente adiantar as despesas com a diligência. Isso porque, segundo o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, edição de 2003, *"Somente a Fazenda Pública estadual, em se tratando de ação executiva fiscal, está dispensada do depósito prévio, devendo, pois, a União e os Municípios, anteciparem os valores referentes às despesas com o transporte dos oficiais de justiça (Conselho da Magistratura, consulta n. 502)."* (art. 509).Outrossim, na expressa dicção do art. 507 do mesmo Código de Normas, *"As autarquias federais, estaduais e municipais pagarão as custas pela metade."*

II – Intime-se.

Rio Negrinho, 11 de março de 2005.

Sérgio Agenor de Aragão
Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, em cartório, o(a) Procurador Federal José Augusto Vidwia Joaquim - Retro foi intimado(a) do que consta no(s) autos(s) bem como dele tomou ciência.

Rio Negrinho, 22 de 11 de 20 05

ESCRIVÃO

JUNTADA

Nesta data, junto petição que seguem.

Em 19 de 12 de 05

O Escrivão

COMARCA DE RIO NEGRINHO - SC
FL. 111

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – INSS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO - SC.

J.S.C. Comarca de Rio Negrinho 15/07/19 00002/2

Execução Fiscal

Autos nº 055.99.000173-8

Exqte.: INSS

Excdo.: MÓVEIS MÜLLER

MM Juiz de Direito:

O **INSS**, considerando o teor da decisão proferida à fl. 110, requer sejam os autos encaminhado à contadoria deste juízo a fim de que seja apurado o valor das as custas processuais devidas no feito. Após, requer nova intimação para que seja providenciado o seu recolhimento.

Joinville, 29 de novembro de 2005.

Inês Querubina Ceni
Procuradora Federal

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca.

Em 19 de 12 de 25

O Escrivão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

CARTÓRIO DO CÍVEL E COMÉRCIO - RIO NEGRINHO - SC
Fls. 117

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

Defiro o pedido retro.

Após, cumpra-se o despacho de fls. 110.

Rio Negrinho, 17 de Maio de 2007.

Décio Menna Barreto de Araújo Filho
Juiz de Direito

RECEBIMENTO
Recebido hoje, do(a) Dr. Décio M.B. A. Filho
Em 18 de 06 de 2007.
O Escrivão:

Relatório de Cálculo de Custas - GRJ
Cálculo da conta judicial realizado em 22/08/2007

...der Judiciário
...Catarina

DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO

Nome : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Endereço : Rio Negrinho - SC.

DADOS DO PROCESSO

Número : 055.99.000173-8 Tipo de custas : **Custas Intermediárias** Cálculo Nº : 2
Requerente : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Requerido : Móveis Müller Ltda.
Nome da ação : Execução Fiscal - União/Autarquias Federais
Procedimento : Execução
Valor da causa : R$ 833.730,48 Perc. cálculo : 100,00 %
Comarca : Rio Negrinho Cartório : Cartório Cível/Criminal

DOS SERVENTUÁRIOS E AUXILIARES - GRUPO 2	299		SUBTOTAL R$ 9,48	
	CÓDIGO	CALCULADO	PAGO	VALOR
Do Oficial de Justiça	212			
Recolhimento: Condução Localidade: Até 3 Km Qtde: 2 Valor: 4,74 Agente: Central de Mandados		9,48	0,00	9,48

TOTAL
R$ 9,48

Data: 22/08/2007

Josnei José Farias - TJA - Matrícula 5370
Contadoria Judicial

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei, em cartório o Dr. Procurador Judicial por todo o conteúdo do despecho de 15.11 do que bem ciente ficou.

Rio Negrinho, _____ de _____ de _____

_____

Escrivão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Fl. 114

JUNTADA

Em 19/11/2007, junto a petição que segue.

Bárbara Alana da Silva Potelecki

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
ÓRGÃO DE ARRECADAÇÃO DA PGF EM MAFRA-SC
Rua Matias Piechnick, 37 – Centro, Mafra-SC, CEP 89300-000

Poder Judiciário
Santa Catarina
115

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO/SC

P.J.S.C. Comarca de Rio Negrinho 24/10/2007 14:13:37 009386-2

Processo nº: 055.99.000173-8
Exeqüente: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente qualificada nos autos de execução fiscal acima identificados, neste ato representado por procurador federal *ex lege*, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para **requerer a concessão do prazo de 60 (sessenta) dias** para o pagamento das custas, tendo em vista a demora nos trâmites burocrático necessários à liberação dos valores.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Mafra, 18 de setembro de 2007.

Eduardo Alexandre Lang
Procurador Federal
OA/PGF 1553090/OAB/SC 23130

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Fl. 116

JUNTADA

Em 27/11/2007, junto a petição que segue.

Bárbara Alana da Silva Potelecki

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
ÓRGÃO DE ARRECADAÇÃO DA PGF EM MAFRA-SC
Rua Matias Piechnick, 37 – Centro, Mafra-SC, CEP 89300-000

P.I.S.C. Comarca de Rio Negrinho 22/11/2007 15:09:45 0104592

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO/SC

Processo nº: 055.99.000173-8
Exeqüente: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente qualificada nos autos de execução fiscal acima identificados, neste ato representado por procurador federal *ex lege*, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para requerer a juntada da GRJ devidamente quitada em anexo, referente às custas judiciais.

Outrossim, requer-se a juntada do valor atualizado do débito e o regular prosseguimento do feito.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Mafra, 28 de setembro de 2007.

Eduardo Alexandre Lang
Procurador Federal
OA/PGF 1553090 OAB/SC 23130

P. CANCELADO CANCELADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL **GRJ**

DATA 02/10/2007
Nº 1015220-29

TOTAL R$ 9,48

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 148

DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO

Nome : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Endereço : Guia enviada para o e-mail elli.auerbach@previdencia.gov.br

DADOS DO PROCESSO

Número : 055.99.000173-8 Tipo de custas : **Custas Intermediárias** Cálculo Nº : 3
Requerente : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Requerido : Móveis Müller Ltda.
Nome da ação : Execução Fiscal - União/Autarquias Federais
Procedimento : Execução
Valor da causa : R$ 833.730,48 Perc. cálculo : 100,00 %
Comarca : Rio Negrinho Cartório : Cartório Cível/Criminal

DOS SERVENTUÁRIOS E AUXILIARES - GRUPO 2 299 SUBTOTAL R$ 9,48

	CÓDIGO	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	VALOR
Do Oficial de Justiça - Central de Mandados	212.1	27	138-4	15.748-7	9,48

ESTA GUIA NÃO PODE SER QUITADA PELO BANCO

TOTAL
R$ 9,48

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 119

FICHA DE CAIXA

BESC | 027-2 |

Cedente TRIBUNAL DE JUSTIÇA				*Agência/Código Cedente* 21864-20		*Vencimento* NA APRESENTAÇÃO	
Data do Documento 02/10/2007	*Nº do Documento* 055.99.000173-8	*Espécie Doc* GRJ	*Aceite* N	*Data do Processamento* 02/10/2007		*Nosso Número* 05511.0152.2029.839	
Nº da Conta/Respo.	*Carteira* 25	*Espécie* R$	*Quantidade*	*Valor*		*(=) Valor do Documento* 9,48	
Instruções: Bloqueto válido por 30 dias. TRX 336 Exequente : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Executado : Móveis Müller Ltda. Valor da ação: 833.730,48 Percentual de cálculo: 100% Classe: Execução Fiscal - União/Autarquias Federais						*(-) Desconto* *(-) Outras Deduções/Abatimento* *(+) Mora/Multa/Juros* *(+) Outros Acréscimos* *(+) Valor Cobrado* 9,48	

Sacado:
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Guia enviada para o e-mail elli.auerbach@previdencia.gov.br

Nº Guia: 1015220-29

Sacador/Avalista:

BESC01400241007011162 9,48COBRANÇA 776008

Autenticação Mecânica

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
31/10/2007 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 11:15:02

Credito: 556441664 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MOVEIS MULLER LTDA

Poder Judiciário de Santa Catarina
120

Doc. de Origem..: 323638210 27/06/1996 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/06/1996 Livro: 3 Folha: 407
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 APS: 20.024.050 Orgao Inscr.: 20.028.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 13/1994 a 07/1995 PRC Tramitacao: 20.224.905

Fase: 770 OPCAO REFIS/EXIGIBILIDADE SUSPENSA Dt. da Fase: 27/04/2000
REFIS ativo 26/05/2000

Principal:	48.002,02	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	57.703,27	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	28.801,21	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	134.506,50	F - Fund. Legal	

Valores atualizados para 03/2000 em REAL

XMIT

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 82, COMP151, Página 1

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
31/10/2007 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 11:15:17

Credito: 557433770 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MOVEIS MULLER LTDA

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fls. 121

Doc. de Origem..: 557179564 22/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/01/1998 Livro: 3 Folha: 416
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 APS: 20.024.050 Orgao Inscr.: 20.028.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 08/1995 a 03/1997 PRC Tramitacao: 20.224.905

Fase: 770 OPCAO REFIS/EXIGIBILIDADE SUSPENSA Dt. da Fase: 27/04/2000
REFIS ativo 26/05/2000

Principal:	233.163,24	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	201.411,17	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	139.897,93	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	574.472,34	F - Fund. Legal	

Valores atualizados para 03/2000 em REAL

XMIT

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
31/10/2007 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 11:15:30

Poder Judiciário de Santa Catarina
122

Credito: 557440661 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MOVEIS MULLER LTDA

Doc. de Origem..: 326359737 26/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/01/1998 Livro: 3 Folha: 415
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 APS: 20.024.050 Orgao Inscr.: 20.028.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 04/1997 a 13/1997 PRC Tramitacao: 20.224.905

Fase: 770 OPCAO REFIS/EXIGIBILIDADE SUSPENSA Dt. da Fase: 27/04/2000
REFIS ativo 26/05/2000

Principal:	117.754,57	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	71.625,47	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	41.214,10	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	230.594,14	F - Fund. Legal	

Valores atualizados para 03/2000 em REAL

XMIT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Poder Judiciário de Santa Catarina
FL 123

MANDADO DE PENHORA E INTIMAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL

Autos n° 055.99.000173-8
Mandado 1 - Zona Única
Oficial de Justiça: Regis Pscheidt (9962)

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

O(A) Doutor(a) Paula Botke e Silva, Juiza de Direito da(o) Vara Única, da Comarca de Rio Negrinho, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A PENHORA, DEPÓSITO E AVALIAÇÃO** de bens pertencentes ao executado, suficientes para assegurar o pagamento do principal, acessórios, verba advocatícia e despesas processuais, devendo ser efetivado o registro do gravame junto ao Cartório do Registro de Imóveis, no caso de imóveis, e/ou nas demais repartições competentes, em se tratando de coisas móveis. Após realizada a constrição, **PROCEDA A INTIMAÇÃO DO EXECUTADO** da penhora, bem assim para oferecer **EMBARGOS À EXECUÇÃO**, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: a) do depósito; b) da juntada da prova da fiança bancária; ou, c) da intimação da penhora (art. 16, da Lei n° 6.830/80).

VALOR DO DÉBITO: R$ 833.730,48
DATA DO CÁLCULO: 28/12/1998.
OBSERVAÇÃO: Recaindo a penhora em bens imóveis, deverá ser procedida, igualmente, a intimação do cônjuge do executado.

Destinatário

Móveis Müller Ltda., Rodovia BR 280, km-124, 1786, Prédio, Industrial Sul - CEP 89.295-000, Rio Negrinho-SC

Eu, Bárbara Alana da Silva Potelecki, o digitei, e eu, _____,Amauri Milton Graf - Matrícula 3852, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Rio Negrinho (SC), 28 de novembro de 2007.

Paula Botke e Silva
Juiza de Direito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Fl. 104

JUNTADA

Em 10/04/2008, junto a petição que segue.

Bárbara Alana da Silva Potelecki

Zózimo, Augustin
& advogados associados
OAB/SC 283/97

Ag M 04

125
Fl.
Poder Judiciário de Santa Catarina

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DA **VARA ÚNICA** DA COMARCA DE **RIO NEGRINHO** - SANTA CATARINA.

...S.J. Comarca de Rio Negrinho 04/03/2008 17:17:44 000192

Processo nº 055.99.000173-8

MÓVEIS MULLER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 82.768.409/0001-17, com sede na Rodovia BR 280, 1786, Bairro Vila Nova, Rio Negrinho/SC, nos autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL** movida pela **FAZENDA NACIONAL**, vem, através de seus advogados, perante Vossa Excelência,

EXPOR que a executada requereu o parcelamento de seu débito de acordo com as regras do REFIS I, conforme se comprova através dos documentos anexos.

Rua Luiz Scholtz, 250,Centro,
Rio Negrinho/SC. CEP 89.295-000.
Fone/fax (47) 3644-6058
email: zozimoaugustin@brturbo.com.br

Zózimo, Augustin
& advogados associados
OAB/SC 283/97

Poder Judiciário
de Santa Catar
Fl. 126

De acordo com o que estabelece o artigo 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional, o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Assim, **REQUER** seja suspensa a ação de execução fiscal, enquanto a executada permanecer no programa REFIS e continuar efetuando o pagamento dos valores objeto do parcelamento até ser noticiada nos autos a quitação integral do débito.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio Negrinho, 26 de fevereiro de 2008.

Fábio José Augustin
OAB/SC 7.673

Carlos Eduardo Palmeira de Souza
OAB/SC 21.011

Rua Luiz Scholtz, 250, Centro,
Rio Negrinho/SC. CEP 89.295-000.
Fone/fax (47) 3644-6058
email: zozimoaugustin@brturbo.com.br

Poder Judiciár
de Santa Catarin
Fl. 127

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

REFIS-PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Nome empresarial: MOVEIS MULLER LTDA

CNPJ nº: 82.768.409/0001-17

Confirmação do Recebimento do Termo de Opção

Sr. Contribuinte,

Informo que o Termo de Opção pelo REFIS encaminhado por V.Sa, datado em **27/04/2000** foi devidamente recepcionado.

Conforme instruções da Resolução CG/REFIS nº 002/2000, estamos lhe enviando o número da conta REFIS que servirá de senha para acesso e envio de dados relativos ao Sistema REFIS.

Maiores informações e orientações estão disponíveis na internet nos endereços da SRF, do INSS e da PGFN, que são respectivamente **http://receita.fazenda.gov.br, http://www.mpas.gov.br e http://www.pgfn.fazenda.gov.br".**

Conta REFIS: **860.000.080.813**

Etiqueta ECT nº: **43130470 5**

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO S[illegible]AL

REFIS
Programa de Recuperação Fiscal

ARQUIVAMENTO

Termo de Opção pelo REFIS
(Art. 2º da MP 2.004)

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 128

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
1 | 82.768.409/0001-17

NOME EMPRESARIAL
2 | MOVEIS MULLER LTDA

ENDEREÇO

3	LOGRADOURO (rua, avenida, etc): RODOVIA BR 280	NÚMERO: 1786	COMPLEMENTO:	
	BAIRRO/DISTRITO: VILA NOVA			CEP: 89295-000
	MUNICÍPIO: RIO NEGRINHO	UF: SC	CAIXA POSTAL/ UF/ CEP: 52/SC/89295000	
	DDD: 47 / TELEFONE: 6442500	DDD: 47 / FAX: 6442500	CORREIO ELETRÔNICO: essencial@creativenet.com.br	Com alteração de endereço: "X"
	NOME DO PAÍS: BRASIL			

REGIME DE TRIBUTAÇÃO
4 | 3 - LUCRO PRESUMIDO

DÉBITO DO ITR
5 | 1 - SIM

A pessoa jurídica acima identificada, por seu representante legal infra-assinado, manifesta por meio do presente Termo, em caráter irrevogável e irretratável, sua opção pelo parcelamento nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-4, de 13 de janeiro de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, regulamentado pelo Decreto nº 3.342, de 25 de janeiro de 2000, declarando conhecer e aceitar, de forma plena e irretratável, todas as condições e exigências estabelecidas, inclusive que a presente opção implica autorização expressa de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, à sua movimentação financeira relativa ao período em que estiver submetida ao Programa.

6 LOCAL: RIO NEGRINHO
7 DATA: 27/04/2000

ISÁVEL PELA PESSOA JURÍDICA PERANTE O CNPJ (IN/SRF nº 001/2000)

8 NOME: GILSON PEDRO STOEBERL
Com alteração do responsável pela pessoa jurídica perante o CNPJ: " "

9 CPF: 383.754.359-53
10 ASSINATURA:

ATENÇÃO

Antes de assinar o presente Termo de Opção, o contribuinte deve:

a) ler a regulamentação do REFIS (Dec. nº 3.342/2000), para estar ciente de todas as condições para ingresso no programa;

b) certificar-se de que o endereço da empresa está correto, pois toda correspondência do Programa REFIS será encaminhada para o endereço acima transcrito;

c) estar ciente que é passível de anulabilidade o Termo de Opção que não for assinado pelo representante legal da pessoa jurídica perante o CNPJ, nas condições estabelecidas na Instrução Normativa SRF nº 001, de 12 de janeiro de 2000 (art. 24).

Após assinar e reconhecer a firma do representante legal da empresa, postar o Termo de Opção em qualquer agência os Correios.

RECONHECIMENTO DE FIRMA

11 IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

TABELIONATO JABLONSKI
Rua Carlos Weber, 33[illegible]
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
GILSON PEDRO STOEBERL
Em Testemunho Da Verdade
Rio Negrinho 28/Abril
[ ] Alcide L. Jablonski - Tab.Substituto
[ ] Gilvan H. Jablonski - Tab.Substituto
[ ] Alice Linzmeyer Cavalheiro - Escrev.

SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº ABD54556

RESERVADO À ECT

12

AC RIO NEGRINHO
28 ABR. 2000
S.C.

ER 4 3 1 3 0 4 7 0 5 BR

Aprovado pela Resolução nº 01/2000 do Comitê Gestor / REFIS

UA: 09202

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Fl. 129

CONCLUSÃO

Em 10 / 04 / 09, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito.

Sandrieli Ruthes

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Poder Judiciário de Santa Catarina
FL 130

C E R T I D Ã O

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

CERTIFICO, para os devidos fins, que em cumprimento ao que foi determinado pelos Ofícios-Circulares 18 e 22/2008/CGJ/TJ-SC, substituí a parte denominada Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por União Federal. O referido é verdade, do que dou fé.

Rio Negrinho (SC), 22 de abril de 2008.

Amauri Milton Graf - Matrícula 3852
Escrivão Judicial

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 131

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

Vistos para despacho.

Intime-se o credor para que se manifeste, sobre os documentos de fls. 125/128, no prazo de 10 (dez) dias.

Rio Negrinho (SC), 11 de abril de 2008.

Paula Botke e Silva
Juíza de Direito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Fl. 132

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Conforme o Manual de Procedimentos do Cartório Cível, pratiquei o ato processual abaixo:

⇒ **Fica intimado o Exeqüente, para manifestar-se sobre os documentos de fls.125/128, no prazo de 10 (dez) dias.**

Rio Negrinho, 23/04/2008.

Bárbara Alana da Silva Potelecki

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Fl.

CERTIDÃO DE CARGA RÁPIDA

Conforme o Manual de Procedimentos do Cartório Cível, pratiquei o ato processual abaixo:

Certifico que o presente processo 055.99.000173-8 foi entregue com carga **RÁPIDA** a(o) Dr(a). , para realização de fotocópias, em data de 08/07/2008.

Assinatura: _____.

DEVOLUÇÃO EM:
____/____/____

JUNTADA

Em 14/12/23, faço a juntada do(a)(s) _____, que segue(m).

Assinatura

Poder Judiciário
de Santa Catarina
FL.

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SANTA CATARINA
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM JOINVILLE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO

EXECUÇÃO FISCAL Nº 055.99.000173-8
EXEQÜENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADA: MOVEIS MULLER LTDA

A **UNIÃO FEDERAL**, pela **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o prosseguimento do feito com a designação de datas para hasta pública dos bens penhorados.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Joinville, 8 de outubro de 2009.

Mônica Franke da Silva
Procuradora da Fazenda Nacional
OAB/SC 10.749

Daniela M. Berndt
Estagiária de Direito

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
08/10/2009 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:30:50

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fls. 135

Credito: 556441664 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MOVEIS MULLER LTDA

Doc. de Origem..: 323638210 27/06/1996 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/06/1996 Livro: 3 Folha: 417
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 RFB: 20.024.050 Orgao Inscr.: 20.028.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 13/1994 a 07/1995 PRC Tramitacao: 20.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 07/01/2009
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	48.002,02	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	129.101,47	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	28.801,21	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	205.904,70	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 10/2009 em REAL

XMIT

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
08/10/2009 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:30:59

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl.

Credito: 557433770 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MOVEIS MULLER LTDA

Doc. de Origem..: 557179564 22/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/01/1998 Livro: 3 Folha: 416
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 RFB: 20.024.050 Orgao Inscr.: 20.028.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 08/1995 a 03/1997 PRC Tramitacao: 20.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 07/01/2009
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	233.163,24	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	548.218,21	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	139.897,93	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	921.279,38	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 10/2009 em REAL

XMIT

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
08/10/2009 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:31:04

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 131

Credito: 557440661 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MOVEIS MULLER LTDA

Doc. de Origem..: 326359737 26/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/01/1998 Livro: 3 Folha: 415
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 RFB: 20.024.050 Orgao Inscr.: 20.028.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 04/1997 a 13/1997 PRC Tramitacao: 20.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 07/01/2009
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	117.754,57	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	246.773,62	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	41.214,10	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	405.742,29	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 10/2009 em REAL

XMIT

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

__ REFIS,ADESAO,CONSULTA (CONSULTA INFORMACOES DA OPCAO)_____
DATA: 06/11/2009 HORA: 12:16 USUÁRIO: MONICA

CNPJ : 82.768.409/0001-17 DATA DE ADESÃO: 27/04/2000
MOVEIS MULLER LTDA
NÚMERO CONTA REFIS: 860000080813 DÉBITOS DO ITR: SIM
CPF DO RESPONSAVEL: 383.754.359-53
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO PRESUMIDO
NÚMERO DO PROCESSO: 00000-000.000/00-00

SITUAÇÃO: RESCINDIDA DATA EFEITO EXCLUSÃO: 01/01/2009
MOTIVO: INADIMPLÊNCIA INSS DATA INSERCÃO ATO INTERNET: 24/12/2008
PROC. EXCLUSÃO: 10168-003.104/2008-82 NÚMERO DA PORTARIA: 0000002087

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl.

SISTEMÁTICA DE PARCELAMENTO :
Art. 2º da LEI 9.964/2000 - Valor de cada parcela determinado em função da receita bruta do mês imediatamente anterior.

PF3=SAI PF9=ARQUIVAMENTO T.O. PF12=VOLTA

CONCLUSÃO

Em 15 / 12 / 2009, faço conclusos os presentes autos.

Assinatura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 139

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: União Federal e outro
Executado: Móveis Müller Ltda.

Vistos para despacho.

Ao Sr. Leiloeiro.

Rio Negrinho (SC), 08 de janeiro de 2010.

Sancler Adilson Alves
Juiz Substituto

JUNTADA

Em 08/04/2010, faço a juntada
do(a)(s) Petição que segue(m).

Assinatura

JUNTADA

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 140

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES FICAIS DA COMARCA DE RIO NEGRINHO-SC

Processo: 055.99.000173-8
Exeqüente: União Federal
Executado: Móveis Muller Ltda.

RONALDO SIEWERT E VICENTE ALVES PEREIRA NETO, Leiloeiros Públicos Oficiais, vem, com a devida vênia e respeito, a presença de Vossa Excelência,

REQUERER:

1- A designação para a primeira e segunda praça/leilão, as datas de **02/Junho/2010 (quarta-feira)** às 14:00 horas e **15/Junho/2010 (terça-feira)** às 14:00 horas, respectivamente, a serem realizados no Átrio do Fórum, situado na rua Carlos Hantschel, 425, Bairro Bela Vista, Rio Negrinho-SC, dos autos em epígrafe.

2- A confirmação por parte desta respeitável Vara e Comarca, via ofício, podendo ser emitido via correio eletrônico – internet agencialeilao@agencialeilao.com.br, das datas e horários acima designados.

TERMOS EM QUE PEDE DEFERIMENTO.

Joinville, 24 de Março de 2010

RONALDO SIEWERT
Leiloeiro Público Oficial

VICENTE ALVES PEREIRA NETO
Leiloeiro Público Oficial e Rural

VICENTE ALVES PEREIRA NETO – Leiloeiro Público Oficial e Rural
RONALDO SIEWERT - Leiloeiro Público Oficial
Agência de Leilões - Av. Hermann August Lepper, 1500, Saguaçu, Joinville-SC, Fone/Fax: **(47) 3026-1615**
Site **www.agencialeilao.com.br** e-mail **agencialeilao@agencialeilao.com.br**
Correspondências para Caixa Postal 871 – CEP 89201-974 – JoinvilleSC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 141

Ofício nº 055990001738-000-002 Rio Negrinho, 12 de abril de 2010.

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: União Federal e outro
Executado: Móveis Müller Ltda.

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO das respectivas datas designadas para a realização da venda judicial dos bens penhorados no feito em referência, a realizar-se no Átrio do edifício do Fórum local.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: **02/06/2010** (quarta-feira) às **14:00 horas** .
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: **15/06/2010** (terça-feira) às **14:00 horas**.

OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o juiz mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3º do CPC).

Amauri Milton Graf
Chefe de Cartório - Mat.3852

Móveis Müller Ltda.
Rodovia BR 280, km-124, 1786, Prédio, Industrial Sul
Rio Negrinho-SC
CEP 89.295-000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 142

Ofício nº 055990001738-000-001 Rio Negrinho, 12 de abril de 2010.

Autos n° 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: União Federal e outro
Executado: Móveis Müller Ltda.

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO das respectivas datas designadas para a realização da venda judicial dos bens penhorados no feito em referência, a realizar-se no Átrio do edifício do Fórum local.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: **02/06/2010** (quarta-feira) às **14:00 horas** .
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: **15/06/2010** (terça-feira) às **14:00 horas**.

1 - Solicitamos o envio de cópias atualizadas dos imóveis que estarão em Hasta Pública matriculados no Cartório de Registros de Imóveis desta Comarca, sob os nº: 1.753; 1.052; 4.375 e 747 .

OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o juiz mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3º do CPC).

Amauri Milton Graf
Chefe de Cartório - Mat.3852

Mônica Franke da Silva
Rua Chui, 151, Centro
Joinville-SC
CEP 89.201-240

JUNTADA

Em 22/04/2010, faço a juntada
do(a)(s) Petição que segue(m).

Assinatura

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 193

EDITAL DE PRAÇA/LEILÃO
COMARCA DE RIO NEGRINHO – VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS

1º Leilão/Praça: 02/06/2010 – 14:00 horas - Por valor igual ou superior à avaliação.
2º Leilão/Praça: 15/06/2010 – 14:00 horas - A quem mais ofertar, desde que não a preço vil.
Local: Átrio do Fórum de Rio Negrinho-SC – Rua: Carlos Hantschel, 425, Bairro Bela Vista, Fone: (47) 3641-1700.
Advertências:
01) Ficam intimadas as partes através deste Edital, caso não o sejam pelo Sr. Oficial de Justiça (Artigo 687 CPC)
02) Os credores hipotecários, usufrutuários ou senhorio direto que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos praças/leilões (art. 698 CPC)
03) A verificação do estado de conservação dos bens poderá ser realizada pelo pretenso arrematante, se desejado, mediante acompanhamento de Oficial de Justiça.
04) Condições de Parcelamento:

Para os processos em que é parte o INSS:

Nos processos em que é exeqüente o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, **com exceção das execuções referentes ao FNDE bem como daqueles em que expressamente forem proibidos,** poderá o arrematante, com base no artigo 98 da Lei nº 8.212/91, com redação que lhe deu a Lei n. 9.528, de 10 de dezembro de 1997, **parcelar** o valor da arrematação em até **sessenta vezes**, observada a parcela mínima de R$ 200,00 (duzentos reais), reduzindo-se o prazo o quanto for necessário para a observância deste piso.

Para os processos em que é parte a Fazenda Nacional:

Nos processos em que é exeqüente a Fazenda Nacional, **com exceção das execuções referentes ao FGTS,** poderá o arrematante, com base no artigo 98, § 11, da Lei nº 8.212/91, com redação que lhe deu a Lei n. 9.528, de 10 de dezembro de 1997, **parcelar** o valor da arrematação pelo prazo de até **sessenta vezes**, desde que a parcela mínima seja de R$ 50,00 (cinquenta reais), observando-se a correção pelo índice do SELIC, nos termos do que dispõe o art. 98, da Lei n.º 8.212/91 (redação atualizada), combinado com a Portaria PGFN n.º 262, de 11/06/2002 (DOU. n.º 121, de 26/06/2002), com observância das garantias ali previstas (hipoteca ou penhor em favor da União, conforme o caso).

CLÁUSULAS COMUNS AO PARCELAMENTO

a) O exeqüente poderá adjudicar os bens **pela metade do valor da avaliação**, nos termos do art. 98 § 7º da Lei 8.212/91.

b) o arrematante deverá depositar a primeira parcela no ato da arrematação;

c) o arrematante tomará a posição de devedor do Exeqüente, na hipótese do pagamento

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 149

parcelado, servindo o próprio bem arrematado como garantia do débito, por meio de hipoteca ou alienação fiduciária em garantia;

d) o pagamento das prestações a que ficará obrigado o arrematante será mensal, igual e sucessivo, vencendo a segunda parcela no dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da arrematação. Não sendo dia útil, prorroga-se o pagamento para o primeiro dia útil;

e) as prestações serão reajustadas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;

f) na hipótese do valor da arrematação superar o valor do débito executado, o parcelamento deverá se limitar tão somente ao crédito do exeqüente, ficando o arrematante obrigado a depositar à vista a totalidade do excedente;

g) se o arrematante deixar de pagar no vencimento qualquer das prestações mensais incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor de cada parcela em atraso. O acordo de parcelamento será rescindido, no caso de atraso de 03 (três) parcelas consecutivas ou 06 (seis) parcelas alternadas, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor remanescente, ao qual será acrescido o valor de 20% (vinte por cento), a título de multa rescisória.

h) ao arrematante caberá o encargo de depositário do bem, caso seja deferido o pagamento parcelado.

OBSERVAÇÃO: em caso de parcelamento o arrematante deverá depositar o valor das parcelas em conta judicial aberta para este fim, guardando os comprovantes até a liberação do gravame. Não obstante esta forma de pagamento, o exeqüente deverá fiscalizar a regularidade dos depósitos.

05) Nos processos em que é exeqüente a Fazenda Estadual, poderá o arrematante, com base no artigo 3º da Lei 13.572 de 29 de novembro de 2005, **parcelar** o valor da arrematação depositando no ato 40% (quarenta por cento) do valor arrematado, e o saldo em até sessenta vezes na forma da lei. **Salvo determinação contrária do Magistrado.**

RONALDO SIEWERT e VICENTE ALVES PEREIRA NETO, Leiloeiros Públicos Oficiais, devidamente autorizados pela **Exma. Sra. Dra. PAULA BOTKE E SILVA,** Juíza de Direito da Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Rio Negrinho-SC, venderão em Praça/Leilão, na forma da Lei, em dia, hora e local supracitados, os bens penhorados nos processos a seguir:

1 - Processo: 055.88.000068-0
Exequente: Fazenda do Estado de Santa Catarina
Executado: Móveis Copassol Ltda.
Bem: 01) Terreno urbano com área de 5.304,00m², de forma irregular, situado na rua sem nome, Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, com a referida rua, por 92,00m; por um lado, com terras de herdeiros de Artur Meier, por 71,00m; por outro lado, com uma linha quebrada, com terras de Arnaldo José Dziedzic, por 40,00m e herdeiros de Fortunato Postai, por 50,00m; por mais um lado, com terras de João Renaldi Nossol, por 28,00m e Paulo Liebl e família Alves, por 50,00m, e nos fundos, com a estrada do Pinheirinho, por 28,00m, edificado com galpão em alvenaria, matrícula 7.692 do CRI da Comarca de Rio

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 145

Negrinho-SC; avaliação R$ 87.658,36 em 04/08/2000. Hipoteca inscrição R-2-7.692 em favor do Banco do Brasil. Penhoras inscrições: R-3-7.692 autos 22/95 em que é exeqüente o INSS e R-5-7.692 AT 544/96 da Vara do Trabalho em que é exeqüente Miranda Alves de Jesus Hackbart e outros. **Depositário:** Francisco Carlos Bonfanti. **Vistoria:** Rio Negrinho-SC.

2 - Processo: 055.91.000017-9 e apensos
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Nova América Móveis Ltda.
Bens: 01) 19 mesas, com 6 cadeiras com encosto, assento e madeira de pinus; avaliação R$ 7.220,00 em 03/03/2005; **02)** 02 salas de pinus, composta de 06 cadeiras com encosto em madeira e assento estofado, e uma arca com 4 portas; avaliação R$ 1.160,00 em 03/03/2005; **03)** 14 mesas, com 6 cadeiras com encosto e assento em madeira de pinus; avaliação R$ 5.320,00 em 03/03/2005; **04)** 03 salas de pinus, composta de 06 cadeiras com encosto em madeira e assento estofado, uma arca com 4 portas; avaliação R$ 1.740,00 em 03/03/2005; **05)** 10 jogos de sala, MOD 1001, contendo arca, moldura para espelho, todos em pinus; avaliação R$ 6.500,00 em 03/03/2005; **06)** Serra circular Famac, motor de 3HP; avaliação R$ 2.500,00 em 01/02/2008; **07)** Desempenadeira Famac, com mesa de 1,30m e motor 3HP; avaliação R$ 1.800,00 em 01/02/2008; **08)** Furadeira horizontal Invicta, motor de 2HP; avaliação R$ 1.800,00 em 01/02/2008; **09)** Serra-fita, sem marca, com motor 2HP; avaliação R$ 1.000,00 em 01/02/2008; 10) **10)** Circular esquadrejadeira, sem marca, com motor 2HP; avaliação R$ 1.500,00 em 01/02/2008. **Depositário:** Luiz Carlos Tureck. **Vistoria:** rua Dona Francisca, s/nº, Quitandinha, Rio Negrinho-SC.

3 - Processo: 055.92.000057-0
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Móveis Tureck Indústria e Comércio Ltda.
Bem: 01) Terreno com área de 4.095,00m², situado do lado ímpar da rua Prefeito Herberto Tureck, Rio Negrinho-SC, distante cerca de 279,00m da esquina com a Rua Dona Francisca, confrontando: frente, para a citada rua Prefeito Herberto Tureck, por 50,50m; fundos com o rio dos Bugres, por 79,90m; divide lado esquerdo, visto de frente, com terras de Eugenio Tureck, por 72,50m e pelo lado direito com terras de herdeiros de Olga Tureck, por 63,00m, edificado com uma construção industrial em alvenaria, medindo 19,00m x 24,00m e mais 10,00m x 8,00m, perfazendo um total de 536,00m², matrícula 3.631 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 131.629,92 em 10/09/1999. Penhoras inscrições R-1-3.631 autos 44/86 em que é exeqüente IAPAS, R-2-3.631 autos 23/86 em que é exeqüente Fazenda do Estado de Santa Catarina, R-5-3.631 autos 131/84 em que é exeqüente Fazenda Nacional, R-6-3.631 autos 52/88 em que é exeqüente Fazenda do Estado de Santa Catarina, R-7-3.631 autos 8823/88 e R-8-3.631 em que é exeqüente Banco Safra S/A, R-10-3.631 autos 311/91 em que é exeqüente INSS, R-12-3.631 autos 64/92 em que é exeqüente Fazenda Nacional, R-13-3.631 autos 170/83 e 59/88 em que é exeqüente IAPAS, R-14-3.631 autos 12/95 e 13/95 em que é exeqüente INSS, R-16-3.631 autos 2005.72.14.001779-7 em que é exeqüente União Federal. **Depositário:** Olívia M.Tureck. **Vistoria:** rua Prefeito Herberto Tureck, Rio Negrinho-SC.

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 196

4 - Processo: 055.92.000123-2
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina
Executado: Móveis W 3 M Ltda.
Bem: 01) 15 jogos de sala de jantar, modelo Júpiter, cada um com: mesa retangular de 1,55m com tampo de vidro, arca com 3 portas, moldura para espelho de 1,26m e 6 cadeiras estofadas, em madeira de pinus, com pintura em mogno; avaliação unitária R$ 1.400,00; totalizando R$ 21.000,00 em 25/01/2007. **Depositário:** Waldir Maito. **Vistoria:** rua Afonso Jung, 260, Industrial Norte, Rio Negrinho-SC.

5 - Processo: 055.95.000168-0 e apenso
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Aloísio Hubner e Cia. Ltda.
Bens: 01) Serra-fita Turbina, máquina SFD-3, nº 322, ano de fabricação 12/80, peso 1.700Kg, com motor de 30CV e volante de 1,10m, carro pneumático com quatro garras, atualmente com três face a retirada de uma delas, máquina CTP-4, nº 0721, ano de fabricação 08/84; avaliação R$ 41.000,00; **02)** Cepilhadeira Famac, 1136, três faces; avaliação R$ 5.500,00; **03)** Serra circular Turbina, máquina CRM nº 00035, 1978, com motor de 5CV; avaliação R$ 600,00. Total da avaliação R$ 52.500,00 em 30/05/2008. **Depositário:** Ademir Hubner. **Vistoria:** Rod. BR 280, Km 130, São Pedro, Rio Negrinho-SC.

6 - Processo: 055.96.000592-1
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Indústria e Comércio de Móveis Luar de Prata Ltda.
Bem: 01) 12 berços, ripado com gaveta em pinus padrão mogno, 1,30 x 0,60; avaliação unitária R$ 69,00; totalizando R$ 828,00 em 05/12/1996. **Depositário:** Jucilio Rodrigues. **Vistoria:** rua José Maria Cardoso da Veiga, 116, Rio Negrinho-SC.

7 - Processo: 055.96.000852-1
Exequente: Fazenda Nacional
Executado: Isovel Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
Bem: 01) Terreno rural com área de 30.288,00m², situado no lugar denominado Rio Preto Velho, Rio Negrinho-SC, distante 50,00m da BR-280, confrontando: frente, 479,00m, com estrada Dona Francisca, antiga; de um lado, 75,00m, com terras de Edolvino Jantsch; fundos, por linhas sinuosas, 138,00m, 42,00m, 38,00m, 102,00m, 47,00m e 24,00m, com terras de Edolvino Jantsch, edificado com um barracão industrial com área de 1.023,28m², coberto com chapas de amianto, contando com um escritório com área de 48,00m², todo de alvenaria e um barracão de madeira, coberto com chapas de amianto com 249,00m², destinado ao setor de lustração e depósito de móveis, e 25 casas de madeira com área de 36,00m² cada uma, cadastrado no INCRA sob nº 816.116.007.293, matrícula 3.694 do CRI da Comarca de Rio Neginho-SC; avaliação R$ 396.612,00 em 20/11/2008. Hipotecas inscrições: R-2-3.694 e R-3-3.694 ao Banco Safra S/A. Penhoras inscrições: R-1-3.694 autos 413/85 em que é exeqüente São Bento Automóveis Ltda., R-4-3.694 autos 99/85, R-6-3.694 autos 98/85 e R-10-3.694 autos 44/95 em todos é exeqüente Fazenda Nacional, R-11-3.694 autos 08/88 em que é exeqüente IAPAS, R-12-3.694 autos 055.02.001487-7 em

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 147

que é exeqüente Estado de Santa Catarina, R-13-3.694 autos AT00677-2004-024-12-00-4 em que é exeqüente Ivone Ivanir Tureck Neves, R-14-3.694 autos AT 00938-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Maria Edenir Preisler Schoffel, R-15-3.694 autos AT 00939-2005-024-12-00-1 em que é exeqüente Terezinha Haracemiv, R-16-3.694 autos AT 00940-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Vilmar Pereira da Silva, R-17-3.694 autos AT00941-2005-024-12-00-0 em que é exeqüente Terezinha Zulmar José Eckel Fagundes, R-18-3.694 autos AT 00942-2005-024-12-00-5 em que é exeqüente Zenildo Steinchak, R-19-3.694 autos AT 00943-2005-024-12-00-0 em que é exeqüente Marcio Baume, R-20-3.694 autos AT 00944-2005-024-12-00-4 em que é exeqüente Alberto Rodrigues Taisque, R-21-3.694 autos AT 00946-2005-024-12-00-3 em que é exeqüente Luciane Kwitschal, R-22-3.694 autos AT 00947-2005-024-12-00-8 em que é exeqüente Marli Ferreira de Oliveira de Almeida, R-23-3.694 autos AT 00948-2005-024-12-00-2 em que é exeqüente Conceição Aparecida Ribeiro de Lima, R-24-3.694 autos AT 01007-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Angelita de Lima Barbosa, R-25-3.694 autos AT 01062-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Maurício Chinchek, R-26-3.694 autos AT 00926-2005-024-12-00-2 em que é exeqüente Raulino Pire, R-27-3.694 autos 2005.72.14.000782-2 em que é exeqüente União, R-28-3.694 autos AT 00925-2005-024-12-00-8 em que é exeqüente Deusdedit Leite Alvarenga, R-29-3.694 autos AT 00968-2005-024-12-00-3 em que é exeqüente Vera Lúcia José Eckel Pires, R-30-3.694 autos AT 01479-2005-024-12-00-9 em que é exeqüente Acir Machado dos Santos, R-31-3.694 autos AT 01005-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Nicolau Kocan, R-32-3.694 autos AT 01200-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Lícia Rodrigues Taisque, R-33-3.694 autos AT 00927-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Gilson de Assis Strobel, R-34-3.694 autos 2005.72.14.002097-8 em que é exeqüente CEF, R-35-3.694 autos AT 00859-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Albertina Domingues Bento, R-36-3.694 autos AT 00965-2005-024-12-00-0 em que é exeqüente Edelir de Bairro, R-37-3.694 autos AT 00966-2005-024-12-00-4 em que é exeqüente Iraci Galewski, R-38-3.694 autos AT 00945-2005-024-12-00-9 em que é exeqüente Vilberto Matendal Taisque, R-39-3.694 autos AEX 01462-2007-024-12-00-3 em que é exeqüente Fazenda Nacional, R-40-3.694 autos 055.02.000668-8 em que é exeqüente Estado de Santa Catarina, R-45-3.694 autos 005.07.001884-1 em que é exeqüente Fazenda Pública Estado de Santa Catarina, R-46-3.694 autos 055.05.002358-0 em que é exeqüente Battistella Indústria e Comércio Ltda., R-47-3.694 autos AT 00302-2006-024-12-00-6 em que é exeqüente Adriane Aparecida Rodrigues, R-48-3.694 autos 2005.72.14.001781-5 em que é exeqüente União. **Depositário:** Silvério Lourival Jantsch. **Vistoria:** Rio Preto Velho, Rio Negrinho-SC.

8 - Processo: 055.97.000266-6
Exequente: União Federal
Executados: Móveis Capi Ltda. e Orlando Afonso Quandt
Bem: 01) Terreno urbano com área de 19.600,00m², situado em Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, 98,00m, com Rodovia SC-21; por um lado, 200,00m, com rua projetada; por outro lado, 200,00m, com terras de Móveis Irimar Ltda., e fundos, 98,00m, com terras da Prefeitura Municipal, edificado o citado terreno com um pavilhão com área de 1.505,80m², em alvenaria, estrutura de concreto, telhado em forme de Shed, e com cobertura de telhas de alumínio, edificado também com um pavilhão de madeira para

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 148

depósito com área de 479,80m², edificado com um prédio de madeira, com área de 76,50m², matrícula atual 1.938 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 2.200.000,00 em 16/01/2008. Penhoras inscrições: R-4-1.938 autos 40/88 em que é exeqüente Fazenda do Estado de Santa Catarina, R-7-1.938 autos 06/89 em que é exeqüente IAPAS, R-8-1.938 autos 055.98.001575-2 em que é exeqüente Banco do Brasil S.A. Arresto inscrição: R-9-1.938 autos AC 00201-2010-024-12-00-1 em que é exeqüente Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio Negrinho-SC. **Depositário:** Carlos Alberto Quandt. **Vistoria:** rod. SC-31, Rio Negrinho-SC.

9 - Processo: 055.99.000173-8
Exeqüente: União Federal
Executado: Móveis Muller Ltda.
Bens: 01) Terreno rural com área de 193.000,00m², de caíva, situado no lugar Colônia Olsen, Rio Negrinho-SC, confrontando: com terras de Deoclécio Batista ou quem de direito; por um lado, com terras de Ambrosio Kohlbeck; por outro lado, com terras de Evaristo Stoeberl e finalmente com Rio dos Bugres, cadastrado no INCRA sob nº 803.138.023.744-1, matrícula 4.375 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 61.475,89; **02)** Terreno rural com área de 264.750,00m², situado no lugar Rio dos Bugres, Rio Negrinho-SC, distante cerca de 4.500,00m da Capela Nossa Senhora de Fátima, confrontando: sul, 1.118,00m, com terras de Erico Streit; norte, 1.000,00m, com terras da CIFSUL; leste, 250,00m, com rio dos Bugres, e oeste, 250,00m, com terras da CIFSUL, cadastrado no INCRA sob nº 816.116.008.648, matrícula 747 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 52.658,63; **03)** Terreno rural com área de 163.846,22m², situado na estrada Rio dos Bugres, fundos, em Rio Negrinho-SC, com acesso pelo terreno de Evaristo Stoeberl, para o qual faz frente e confinando aos fundos com terreno de Rodolfo Krainz; de um lado, divide com terras de Evaristo Stoeberl e de Osvaldo Pscheidt, e de outro lado com terras de Rodolfo Krainz, cadastrado no INCRA sob nº 816.116.004.006-0, matrícula 1.052 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 87.315,37; **04)** Terreno urbano com área de 17.360,00m², situado na rodovia BR-280, antes denominada rodovia SC-21, Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, 165,00m, com a referida BR-280; de um lado, 101,00m, com rua sem nome, antes rua projetada; de outro lado, 160,00m, com lote 05; e 123,00m, com lote 06, edificado o citado terreno, com um galpão industrial de alvenaria, com área de 1.917,36m², 3 ampliações em alvenaria, com áreas de 654,52m², 525,00m² e 94,37m²; matrícula 1.753 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação do terreno R$ 251.720,00; avaliação das benfeitorias R$ 381.789,00; totalizando R$ 633.509,00. Hipotecas inscrições: R-4-1.753, R-5-1.753, R-6-1.753, R-7-1.753 em favor de Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE. Total da avaliação R$ 834.958,89 em 25/10/2000. **Depositário:** Gilson Pedro Stoeberl. **Vistoria:** Colônia Olsen (item 01), Rio dos Bugres (itens 02 e 03), BR 280 (item 04), Rio Negrinho-SC.

10 - Processo: 055.00.001282-8
Exequente: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Executado: Naceo Comércio e Indústria Ltda.

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 149

Bens: 01) 2.175L de gasolina Comum; avaliação R$ 5.382,26 em 28/06/2004. **Depositário:** Mario Stoeberl. **Vistoria:** Rod. BR 280, Km 126, Vila Nova, Rio Negrinho-SC.

11 - Processo: 055.00.001350-6
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Móveis Muller Ltda.
Bem: 01) Terreno com área de 17.360,00m², situado na rodovia BR-280, antes denominada rodovia SC-21, Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, 165,00m, com a referida BR-280; de um lado, 101,00m, com rua sem nome, antes rua projetada; de outro lado, 160,00m, com lote 05; e 123,00m, com lote 06, edificado com galpão industrial de alvenaria, com área de 5.481,56m², matrícula 1.753 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação do imóvel R$ 200.000,00, avaliação da edificação R$ 450.000,00. Total da avaliação R$ 650.000,00 em 08/06/2001. Hipotecas inscrições: R-4-1.753, R-5-1.753, R-6-1.753, R-7-1.753 em favor de Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE. **Depositário:** Gilson Stoebel. **Vistoria:** BR 280, Rio Negrinho-SC.

12 - Processo: 055.01.001341-0
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Isolde Cristina Medeiros Carvelho FI
Bem: 01) 21,00m³ de madeira de pinus serrada; avaliação R$ 4.991,65 em 25/09/2008. **Depositário:** Isolde Cristina Medeiros Carvalho. **Vistoria:** BR 280, Rio Preto, Rio Negrinho-SC.

13 - Processo: 055.01.001342-8
Exeqüente: Estado de Santa Catarina
Executado: Madeireira Persuhn Ltda.
Bens: 01) Trator Valmet 880, equipado com guincho e garfo florestal; avaliação R$ 32.000,00 em 28/02/2002. **Depositário:** Herbert Persuhn. **Vistoria:** localidade de Águas Claras, Rio Negrinho-SC.

14 - Processo: 055.01.002353-9
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Metalúrgica Vila Nova. Ltda.
Bens: 01) Guilhotina para corte de lâmina, mecânica, com área de corte de 2.800mm, azul França; avaliação R$ 4.000,00; **02)** Motor trifásico Bufalo, 380/660volts, 75CV, 1770rpms; avaliação R$ 1.000,00. Total da avaliação R$ 5.000,00 em 04/02/2005. **Depositário:** Marlete Orella da Cruz. **Vistoria:** av Julieta Simões de Oliveira, 601, Rio Negrinho-SC.

15 - Processo: 055.02.000668-8 e apenso
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Isovel Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
Bem: 01) Terreno rural com área de 30.288,00m², situado no lugar denominado Rio Preto Velho, distante 50,00m da BR-280, Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, com Estrada Dona Francisca, antiga, em 479,00m; de um lado, em 75,00m, divisa com terras de

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 150

Edolvino Jantsch, e fundos, por linhas sinuosas, medindo respectivamente 138,00m, 42,00m, 38,00m, 102,00m, 47,00m e 24,00m, com terras de Edolvino Jantsch, cadastrado no INCRA sob n° 816.116.007.293, matrícula 3.694 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 12.418,08; com as seguintes edificações: barracão industrial, com 1.023,28m², coberto com eternit; avaliação R$ 102.328,00; o qual conta com um escritório, de 48,00m², todo em alvenaria; avaliação R$ 4.800,00; Barracão de madeira, coberto com eternit, com 249,00m², onde se encontra instalada uma lustração de móveis e depósito; avaliação R$ 11.964,45; 28 casas de madeira, com 36,00m², cada uma; avaliação R$ 151.280,08. Total da avaliação R$ 282.790,61 em 07/12/2004. Hipotecas inscrições: R-2-3.694 e R-3-3.694 ao Banco Safra S/A. Penhoras inscrições: R-1-3.694 autos 413/85 em que é exeqüente São Bento Automóveis Ltda., R-4-3.694 autos 99/85, R-6-3.694 autos 98/85 e R-10-3.694 autos 44/95 em todos é exeqüente Fazenda Nacional, R-11-3.694 autos 08/88 em que é exeqüente IAPAS, R-12-3.694 autos 055.02.001487-7 em que é exeqüente Estado de Santa Catarina, R-13-3.694 autos AT00677-2004-024-12-00-4 em que é exeqüente Ivone Ivanir Tureck Neves, R-14-3.694 autos AT 00938-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Maria Edenir Preisler Schoffel, R-15-3.694 autos AT 00939-2005-024-12-00-1 em que é exeqüente Terezinha Haracemiv, R-16-3.694 autos AT 00940-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Vilmar Pereira da Silva, R-17-3.694 autos AT00941-2005-024-12-00-0 em que é exeqüente Terezinha Zulmar José Eckel Fagundes, R-18-3.694 autos AT 00942-2005-024-12-00-5 em que é exeqüente Zenildo Steinchak, R-19-3.694 autos AT 00943-2005-024-12-00-0 em que é exeqüente Marcio Baume, R-20-3.694 autos AT 00944-2005-024-12-00-4 em que é exeqüente Alberto Rodrigues Taisque, R-21-3.694 autos AT 00946-2005-024-12-00-3 em que é exeqüente Luciane Kwitschal, R-22-3.694 autos AT 00947-2005-024-12-00-8 em que é exeqüente Marli Ferreira de Oliveira de Almeida, R-23-3.694 autos AT 00948-2005-024-12-00-2 em que é exeqüente Conceição Aparecida Ribeiro de Lima, R-24-3.694 autos AT 01007-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Angelita de Lima Barbosa, R-25-3.694 autos AT 01062-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Maurício Chinchek, R-26-3.694 autos AT 00926-2005-024-12-00-2 em que é exeqüente Raulino Pire, R-27-3.694 autos 2005.72.14.000782-2 em que é exeqüente União, R-28-3.694 autos AT 00925-2005-024-12-00-8 em que é exeqüente Deusdedit Leite Alvarenga, R-29-3.694 autos AT 00968-2005-024-12-00-3 em que é exeqüente Vera Lúcia José Eckel Pires, R-30-3.694 autos AT 01479-2005-024-12-00-9 em que é exeqüente Acir Machado dos Santos, R-31-3.694 autos AT 01005-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Nicolau Kocan, R-32-3.694 autos AT 01200-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Lícia Rodrigues Taisque, R-33-3.694 autos AT 00927-2005-024-12-00-7 em que é exeqüente Gilson de Assis Strobel, R-34-3.694 autos 2005.72.14.002097-8 em que é exeqüente CEF, R-35-3.694 autos AT 00859-2005-024-12-00-6 em que é exeqüente Albertina Domingues Bento, R-36-3.694 autos AT 00965-2005-024-12-00-0 em que é exeqüente Edelir de Bairro, R-37-3.694 autos AT 00966-2005-024-12-00-4 em que é exeqüente Iraci Galewski, R-38-3.694 autos AT 00945-2005-024-12-00-9 em que é exeqüente Vilberto Matendal Taisque, R-39-3.694 autos AEX 01462-2007-024-12-00-3 em que é exeqüente Fazenda Nacional, R-45-3.694 autos 005.07.001884-1 em que é exeqüente Fazenda Pública Estado de Santa Catarina, R-46-3.694 autos 055.05.002358-0 em que é exeqüente Battistella Indústria e Comércio Ltda., R-47-3.694 autos AT 00302-2006-024-12-00-6 em que é exeqüente Adriane Aparecida Rodrigues, R-48-3.694 autos

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 151

2005.72.14.001781-5 em que é exeqüente União. **Depositário:** Silvério Lorival Jantsch. **Vistoria:** Rio Preto Velho, Rio Negrinho-SC.

16 - Processo: 055.02.002492-9
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Móveis Lang Indústria e Comércio Ltda.
Bens: 01) Terreno urbano, com a área de 551,00m², situado na rua Ricardo Mallon, lado ímpar, Vila Nova, em Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, para a rua Ricardo Mallon, por 13,50m; fundos, com terras de Juvenal Fernandes Tobias e Móveis Lang Ind. Com. Ltda., antes Anizita Maia, por 18,00m; lado esquerdo, visto de frente, com terras de Valcir Barbosa, Ivo Rocha e Odilon Bernardes Ruzanowsky, antes Ivo Rocha, por 36,50m e lado direito com terras de Pedro Liebl, antes Alfredo Huttl, por 35,50m, matrícula 7.596 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 10.000,00 em 17/07/2003. Penhora inscrição R-3-7.596 autos 055.98.000707-5 em que é exeqüente Estado de Santa Catarina. **02)** Furadeira Horizontal Rinemaq, com 4 brocas, equipada com 2 motores elétricos de 1,5CV; avaliação R$ 10.000,00 em 17/07/2003; **03)** 10 poltronas Luis XV, ref. P-2, assento e encosto estofados, em madeira maropá, tabaco; avaliação R$ 2.800,00 em 31/08/2004. **Depositário:** Antônio Edgar Lang. **Vistoria:** rua Ricardo Mallon, Vila Nova (item 01) e rua Martinho João de Souza, 34, Vila Nova (itens 02 e 03), Rio Negrinho-SC.

17 - Processo: 055.03.000700-8
Exequente: Banco Central do Brasil
Executado: Star Pinus Indústria e Comércio Ltda.
Bem: 01) Terreno com área de 12.690,00m², situado na Passarela B, Vila Nova, Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, 183,60m, para passarela B, tendo mais dois arcos, de 7,00m cada, formados pelas esquinas da citada passarela, com as ruas Visconde de Mauá e Carlos Schreiner; lado direito, visto de frente, 60,60m, com a rua Visconde Mauá, e fundos, 193,60m, com terras da Prefeitura Municipal, edificado com um galpão industrial com área de 3.104,00m², com estrutura metálica, paredes e cobertura com telhas de amianto, matrícula 3.329 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 189.472,40 em 15/06/2004. Hipotecas inscrições: R-2-3.329 e R-4-3.329 ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC. Penhoras inscrições: R-5-3.329 autos 65/95, 66/95 e 70/95 e R-6-3.329 autos 136/95 em ambos é exeqüente INSS. **Depositário:** Marnes Alexandre Floriani. **Vistoria:** Passarela B, Vila Nova, Rio Negrinho-SC.

18 - Processo: 055.03.002287-2
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: De Polpa Moldada Embalagens Ltda.
Bem: 01) 440 fardos de separadores de maçã, contendo cada fardo 150 unidades, no calibre 150-A e 150-B; avaliação R$ 12.210,00 em 21/10/2004. **Depositário:** Amilcar Pires Heller. **Vistoria:** rua Arnaldo Almeida de Oliveira, 161, Centro, Rio Negrinho-SC.

19 - Processo: 055.05.001552-9
Exequente: Estado de Santa Catarina

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 157

Executado: Móveis Lang Indústria e Comércio Ltda.
Bens: 01) 10 poltronas Veneza, madeira maropá, encosto e assento estofados, em tecido chenille 4612, referência P-6, envernizada, tabaco; avaliação unitária R$ 820,00; totalizando R$ 8.200,00; **02)** 10 salas de jantar, Luiz XV, madeira maropá, composta: mesa com tampo de vidro, envernizada, tabaco e 08 cadeiras com assento e encosto estofados; avaliação unitária R$ 3.500,00; totalizando R$ 35.000,00. Total da avaliação R$ 43.200,00 em 16/01/2008. **Depositário:** Antonio Edgar Lang. **Vistoria:** rua Martinho João de Souza, 34, Vila Nova, Rio Negrinho-SC.

20 - Processo: 055.05.002589-3
Exequente: União Federal
Executados: Isovel Indústria e Comércio de Móveis Ltda., Edolvino Jantsch, Silvério Lorival Jantsch, Wilson Luiz Jantsch, Denizar Jantsch e Isolete Maria Vieira Jantsch
Bem: 01) Terreno rural com área 30.288,00m², situado no lugar denominado Rio Preto Velho, Rio Negrinho-SC, distante 50,00m, da BR-280, Rio Negrinho-SC, confrontando: frente, 479,00m, com estrada Dona Francisca antiga; de um lado, 75,00m, com terras Edolvino Jantsch, e fundos por linhas sinuosas, medindo respectivamente 138,00m, 42,00m, 38,00m, 102,00m, 47,00m e 24,00m, com terras de Edolvino Jantsch, edificado com um barracão industrial, com área de 1.023,28m², coberto com chapas de amianto, o qual conta com um escritório, com 48,00m², todo em alvenaria, e um barracão de madeira, coberto com chapas de amianto, com 240,00m², destinados ao setor de lustração e depósito de móveis, e 25 casas de madeira, com 36,00m² cada uma, cadastrado no INCRA sob nº 816.116.007.293, matrícula 3.694 do CRI da Comarca de Rio Negrinho-SC; avaliação R$ 396.612,00 em 10/03/2008. **Depositário:** Silvério L. Jantsch. **Vistoria:** Rio Preo Velho, Rio Negrinho-SC.

21 - Processo: 055.07.001891-4
Exequente: Fazenda Pública Estado de Santa Catarina
Executado: Móveis Lang Indústria e Comércio Ltda.
Bem: 01) 100 poltronas modelo Veneza, em madeira maropá e eucalipto, com assento , encosto e braço estofados, almofadado, assento solta, acabada; avaliação unitária R$ 820,00; totalizando R$ 82.000,00 em 18/01/2008. **Depositário:** Antonio Edgar Lang. **Vistoria:** rua Martinho João de Souza, 34, Vila Nova, Rio Negrinho-SC.

22 - Processo: 055.07.002901-0
Exeqüente: Estado de Santa Catarina
Executado: José Valdemar Sacht
Bem: 01) Máquina múltipla Bloqueadora, 2000, com motor e avanço; avaliação R$ 4.500,00 em 05/05/2008. **Depositário:** José Valdemar Sacht. **Vistoria:** Estrada Geral Águas Claras, Volta Grande, Rio Negrinho-SC.

23 - Processo: 055.07.002908-8
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Mercearia Quitandinha Ltda.

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 153

Bens: 01) Ilha para congelados, de 3,00m, injetado, sistema de refrigeração frio estático, com desgelo; avaliação R$ 7.475,00 em 09/01/2008. **Depositário:** Isabel Munch Santos. **Vistoria:** rua Dona Francisca, 3503, Quitandinha, Rio Negrinho-SC.

24 - Processo: 055.07.003540-1
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Indupel Embalagens Ltda.
Bem: 01) Máquina coladeira dupla para bup, MW 39, AC 1.16, 853; avaliação R$ 10.000,00 em 02/04/2008. **Depositário:** Giancarlo Muehlbauer. **Vistoria:** rua Carlos Speicher, Galpão, Vila Nova, Rio Negrinho-SC.

25 - Processo: 055.08.000056-2
Exequente: Estado de Santa Catarina
Executado: Amauri Oscar Heckler
Bem: 01) 03 mesas quadradas, com 04 cadeiras cada, com assento e encosto em madeira de pinus, pintados na cor mogno; avaliação unitária R$ 300,00; totalizando R$ 900,00 em 18/02/2009. **Depositário:** Amauri Oscar Heckler. **Vistoria:** rua Henrique Schwartz, 46, Rio Negrinho-SC.

Ônus: Os tributos incidentes sobre os bens móveis e imóveis, multas sobre os automóveis bem como contas vinculadas às concessionárias telefônicas, correrão por conta exclusiva do arrematante. Para arrematação em primeira praça, os valores das avaliações serão corrigidos monetariamente até a data do leilão/praça, onde o valor do lanço não poderá ser inferior à avaliação efetuada, sendo que, não ocorrendo a venda ou adjudicação nesta, será levado à segunda oportunidade, conforme data e horário supra, onde haverá a alienação a quem mais ofertar (art. 686, VI, CPC), desde que não a preço vil (art. 692, CPC). Os honorários do Leiloeiro na razão de 5% (cinco por cento) correrão por conta do comprador, remitente ou adjudicante em caso de arrematação, acordo/remição ou adjudicação, respectivamente, conforme competente Portaria expedida por esta Comarca. Maiores informações com os **Leiloeiros Públicos Oficiais RONALDO SIEWERT e VICENTE ALVES PEREIRA NETO,** fone/fax (47) 3026-1615, site www.agencialeilao.com.br, e-mail agencialeilao@agencialeilao.com.br, com endereço na Avenida Hermann August Lepper, 1500 - Saguaçú – Joinville - SC. **Exma. Sra. Dra. PAULA BOTKE E SILVA,** Juíza de Direito da Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Rio Negrinho - SC.

JUNTADA

Em 26/04/2010, faço a juntada
do(a)(s) fitas cas que segue(m).

Assinatura

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 154

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA E EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE RIO NEGRINHO - SC

PROTOCOLO DE RIO NEGRINHO 24/08/2010 15:54 000173

Processo: 055.99.000173-8
Exeqüente: União Federal
Executado: Móveis Muller Ltda.

VICENTE ALVES PEREIRA NETO, Leiloeiro Público Oficial, nomeado nos autos em epígrafe, vem, com a devida vênia e respeito perante Vossa Excelência,

INFORMAR:

1- Que dois dos imóveis objetos da penhora **foram vendidos para Almir Orlando Essig**, conforme consta no R-5, da matrícula 4.375 e R-4, da matrícula 747 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho – SC, **ficando a critério de Vossa Excelência a continuidade das Hastas Públicas marcadas.**

REQUERER:

2- A intimação do Exeqüente para que tome ciência do presente petitório e assim requeira o que entender de direito.

3- A intimação, nos termos do artigo 698 do Código de Processo Civil, do credor hipotecário do imóvel penhorado nos autos em epígrafe, qual seja: **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE**, conforme registros R-4, R-5, R-6 e R-7, da matrícula 1.753 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho – SC.

4- A intimação do credor através de seu procurador constituído nos autos, para que efetue a averbação das penhoras junto ao Ofício Imobiliário para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, conforme art. 659, § 4 do Código de Processo Civil.

5- A juntada nos autos da cópia da certidão atualizada dos imóveis penhorados.

TERMOS EM QUE PEDE DEFERIMENTO

Joinville, 16 de abril de 2010.

VICENTE ALVES PEREIRA NETO
Leiloeiro Público Oficial e Rural

VICENTE ALVES PEREIRA NETO – Leiloeiro Público Oficial e Rural
RONALDO SIEWERT - Leiloeiro Público Oficial
Agência de Leilões - Av. Hermann August Lepper, 1500, Saguaçu, Joinville-SC, Fone/Fax: **(47) 3026-1615**
Site **www.agencialeilao.com.br** e-mail **agencialeilao@agencialeilao.com.br**
Correspondências para Caixa Postal 871 – CEP 89201-974 – Joinville - SC

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Oficial Titular: Ligia Lilian Moser Zonta

Rua Theodoro Junctum, 144 - Sala 101 - 1º Andar - Centro - 89295-000 - Rio Negrinho - Santa Catarina

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 155

CERTIDÃO

Certifico, a requerimento verbal de parte interessada que, revendo neste ofício, o Livro sob nº 02 (Registro Geral), deles consta a matrícula do seguinte teor:

Matrícula Nº 4.375 Data: 03 de agosto de 1988

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL : Terreno rural, de caíva, situado no lugar Colonia Olsen, neste municipio e comarca, confrontando-se com terras de Deoclécio Batista ou quem de direito; por um lado com terras de Ambrósio Kohlbeck, por outro lado com terras de Evaristo - Stoeberl e finalmente com o rio dos Bugres, contendo a área de cento noventa e três mil metros quadrados (193.000,00 m2). Cadastrado no INCRA sob nº 816 116 000 175-8; área total: 25,0 ha., módulo fiscal: 16,0, número de módulos fiscais: 1,43, fraçao mínima de parcelamento: 3,0 ha.
PROPRIETARIO : EVARISTO STOEBERL, industrial, C.I.9/R-164.150-SC, CPF-004 834 359-53; casado com LINDA NIVIA MULLER STOEBERL, do lar, C.I.9/R-165.571-SC, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.
TÍTULO AQUISITIVO : Transcrição nº 3.308, fls.208, Lº 3-B, 2º Ofício da comarca de São Bento do Sul, SC.

Pedro Jablonski - Oficial Designado.

R-1/ 4.375 : Por Escritura de conferência de bens para integralizaçao de capital social, lavrada em 27 de julho de 1988, no Livro nº 81, ás fls.120, do tabeliao Pedro Jablonski, desta comarca, EVARISTO STOEBERL e sua mulher, LINDA NIVIA MULLER STOEBERL, acima qualificados, transferiram, pelo valor de Cz$4.000.000,00, o imóvel objeto da presente matricula, á Empresa MÓVEIS MULLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com séde à BR-280, bairro Vila Nova, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 82 768 409/0001-17.
Rio Negrinho, 03 de agosto de 1988

Pedro Jablonski - Oficial Designado.

R-2/4.375: Pela Cédula de Crédito Industrial nº 98/01312, emitida/ em 07 de julho de 1998, no valor de R$ 19.000,00 (Dezenove mil reais) por EVARISTO ACABAMENTO DE MÓVEIS LTDA., com CGC/MF sob nº 79.654.711/0001-30, com sede na rua Nereu de Assis, 887, - bairro Ceramarte, nesta cidade e Comarca e com a Interveniência da/ Hipotecante Móveis Muller Ltda., acima qualificada, foi o imóvel - objeto da presente matrícula vinculado em **HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU**, sem concorrência de terceiros ao BANCO DO ESTADO DE - SANTA CATARINA - BESC S/A., por sua agência de Florianópolis-SC., - sendo o vencimento final marcado para 07 de julho de 2000, a praça de pagamento a da emissão (Florianópolis-SC.) ou desta cidade, e a sua forma de pagamento em 24 (vinte e quatro) parcelas, vencendo-se a primeira em 07 de agosto de 1998 e a última em 07 de julho de 2.000, incidindo juros mensais, a razão de 2,9% (dois vírgula nove por cento) sobre o crédito concedido, mais TR, e dentro das demais cláusulas e condições constantes da Cédula registrada neste Ofício sob nº 812 - RA-3. (Cota R$ 152,00). (Obs. Apresentados os ITR dos - cinco últimos exercícios e o CCIR/96/97, quitados).
Rio Negrinho, 07 de julho de 1998.

Oficial Designado.

AV-3/4.375: CANCELADA a Hipoteca de 1º Grau acima registrada sob - R-2/4.375, à vista do documento do Banco Credora BESC/ S/A., assinado por Cássio Marino Simetti, em 19 de dezembro de 2001 apresentado e arquivado neste Ofício. (Cota R$ 25,00).
Rio Negrinho, 02 de janeiro de 2002.

Oficial Designada.

Cartório do Reg. de Imóveis
RIO NEGRINHO - Santa Catarina
Oficial Desig.: Pedro Jablonski

Matrícula Nº 4.375

Verso da ficha nº 1 - Matríc.: 4.375

AV-4/4.375: Procede-se a presente averbação para constar que o imóvel objeto da presente matrícula encontra-se devidamente cadastrado no INCRA sob nº **803.138.023.744-1**; área total 19,3Ha, e fração mínima de parcelamento 3,0Ha, conforme cópia do CCIR 2000/2001/2002, apresentada e arquivada neste Ofício. (Cota R$ 43,00).
Rio Negrinho, 13 de maio de 2004.

Oficial Designada.

R-5/4.375: Por Escritura de Venda e Compra lavrada em 03 de abril de 2002, no Livro 144, fls. 19/20 do Tabelião Gilvan Hélio Jablonski, desta Comarca, MÓVEIS MULLER LTDA., já qualificada anteriormente, por seu representante legal, vendeu o imóvel objeto da presente matrícula, por R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) a **ALMIR ORLANDO ESSIG**, brasileiro, industrial, CI. 7/R-867.170-SC. e CPF 311.006.199-68, casado com DIRCÉIA HELENA STOEBERL ESSIG, brasileira, industrial, CI. 9/R-783.913-SC. e CPF 420.570.009-15, pelo regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, conforme Pacto Antenupcial registrado sob nº 276 - RA-3, neste Ofício, residentes e domiciliados nesta cidade e Comarca. (Cota R$ 78,00).
Rio Negrinho, 13 de maio de 2004.

Oficial Designada.

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ.
Rio Negrinho, 12 de abril de 2010
P/ Registrador Substº:
Juliani Angelina Floriani
Escrevente Registral

A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 30 DIAS, DA DATA DE SUA EMISSÃO.
(Art. 833 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça).

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Bel. LIGIA LILIAN MOSER ZONTA
Registradora
LEOREI AGENOR ZONTA
Registrador Substituto
JULIANI ANGELINA FLORIANI
Escrevente Registral
Rua Theodoro Junctum, 144 - 1º Andar - Centro
89.295-000 - Rio Negrinho - SC

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
BTY 52418

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Oficial Titular: Ligia Lilian Moser Zonta

Rua Theodoro Junctum, 144 - Sala 101 - 1º Andar - Centro - 89295-000 - Rio Negrinho - Santa Catarina

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 156

C E R T I D Ã O

Certifico, a requerimento verbal de parte interessada que, revendo neste ofício, o Livro sob nº 02 (Registro Geral), deles consta a matrícula do seguinte teor:

Matrícula Nº. 747 Data: 28 de junho de 1982.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno rural com a área de duzentos e - sessenta e quatro mil e setecentos e cinquenta metros quadrados, - (264.750,00m2), situado no lugar Rio dos Bugres, neste município e Comarca de Rio Negrinho, distante cerca de 4.500,00 metros da Capela Nossa Senhora de Fatima, sita em Rio dos Bugres, confrontando-se o terreno do seguinte modo: ao Sul, com terras de Erico Streit,por 1.118,00 metros, ao Norte com terras da C.I.F.S.U.L. por 1.000,00/ metros; ao Leste com o rio dos Bugres, por 250,00 metros e ao Oeste com terras da Cifsul, por 250,00 metros; cadastrado no INCRA - sob nº 816.116.008.648; área total:26,4; modulo:30,0; nº de módu-/ los:0,81 e fração minima de parcelamento:15,0.
PROPRIETARIO: EVARISTO STOEBERL, brasileiro, casado, industrial, - residente nesta cidade.
TITULO AQUISITIVO: Transcrição nº 3.961, fls.58,Lº3-C, 2º Ofício / da Comarca de São Bento do Sul, SC.

Vagemiro Jablonski Oficial Designado.

R-1-747: Por Escritura lavrada em 12 de novembro de 1980, no livro nº 66, fls.002, do tabelião Vagemiro Jablonski, desta Comarca, EVARISTO STOEBERL, industrial, CI.9/R-164.150-SC e sua mulher LINDA / NIVIA MUELLER STOEBERL, do lar, TE.nº 1.908/C da 30a.Zona-SC, inscritos no CPF sob nº 004.834.359-53, ambos brasileiros, residentes nesta cidade, venderam, por Cr$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil cruzeiros) o imóvel, objeto da presente matrícula, a IRIA ECLAIR / STOEBERL DA SILVA, brasileira, casada, professora, CI.9/R-480.260-SC, CPF nº 311.355.109-97, residente na cidade de Joinville, neste Estado.
Rio Negrinho, 28 de junho de 1982.

Vagemiro Jablonski Oficial Designado.

R-2-747: Por Escritura lavrada em 20 de novembro de 1986, no livro nº 79, flº.111, do tabelião Pedro Jablonski, desta comarca, IRIA ECLAIR STOEBERL DA SILVA, professora, CI.9ªR-480.260-SC,/ e seu marido JOÃO MARCELINO DA SILVA, construtor civil, CI.9ªR-319 716-SC, inscritos no CPF nº 311.355.109-97 e 248.051.149-91, res-/ pectivamente;ambos brasileiros, residentes e domiciliados em Joinville, SC, venderam, por Cz$ 17.000,00 (Dezessete mil cruzados) o imóvel, objeto da presente matrícula, a ERNANI ALBERTO STOEBERL, / brasileiro, solteiro, maior, comerciante, CI.9ªR-1.194.308-SC, CPF nº 452.316.059-72, residente e domiciliado nesta cidade.
Rio Negrinho, 27 de novembro de 1986.

Pedro Jablonski - Oficial Designado.

R-3/ 747 : Por Escritura de conferência de bens para integralização de capital social,lavrada em 27 de julho de 1988,no Livro nº 81, ás fls.118,do tabeliao Pedro Jablonski,desta comarca, ERNANI ALBERTO STOEBERL,acima qualificado,transferiu,pelo valor de Cz$4.000.000,00, o imóvel objeto da presente matricula, á Empresa MOVEIS MULLER LTDA.,pessoa jurídica de direito privado,com sede a BR-280,bairro Vila Nova,nesta cidade,inscrita no CGC/MF sob nº 82 768 409/0001-17.
Rio Negrinho, 03 de agosto de 1988

Pedro Jablonski - Oficial Designado.

R-4/ 747: Por Escritura de Venda e Compra lavrada em 03 de abril/ de 2002, no Livro 144, fls. 21/2 do Tabelião Gilvan Hélio Jablonski desta Comarca, MÓVEIS MULLER LTDA., acima qualificada por seu representante legal, vendeu o imóvel objeto da presente - matrícula, por R$ 10.000,00 (Dez mil reais) à **ALMIR ORLANDO ESSIG**

continua no verso

MATRÍCULA Nº 747

Cartório de Registro de Imóveis
RIO NEGRINHO – SANTA CATARINA
Oficial: Designado: Vagemiro Jablonski

Verso da ficha nº 1 - Matrícula nº 747

(continuação...)

brasileiro, industrial, CI. 7/R-867.170-SC. e CPF 311.006.199-68 casado com **DIRCÉIA HELENA STOEBERL**, brasileira, industrial, CI. 9/R-783.913-SC. e CPF 420.570.009-15, pelo regime da Comunhão Universal/de Bens na vigência da Lei 6.515/77, cujo pacto antenupcial se acha registrado sob nº 276 - RA-3, neste Ofício, residentes e domiciliados nesta cidade e Comarca. (Cota R$ 78,00).

Rio Negrinho, 13 de maio de 2004.

Oficial Designada.

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ.
Rio Negrinho, 12 de abril de 2010
Pl Registrador Subst°:
Juliani Angelina Floriani
Escrevente Registral

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Bel. LIGIA LILIAN MOSER ZONTA
Registradora
LEOREI AGENOR ZONTA
Registrador Substituto
JULIANI ANGELINA FLORIANI
Escrevente Registral
Rua Theodoro Junctum, 144 - 1° Andar - Centro
89.295-000 - Rio Negrinho - SC

A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 30 DIAS, DA DATA DE SUA EMISSÃO.
(Art. 833 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça).

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
BTY 52419

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Oficial Titular: Ligia Lilian Moser Zonta

Rua Theodoro Junctum, 144 - Sala 101 - 1º Andar - Centro - 89295-000 - Rio Negrinho - Santa Catarina

Judiciário de Santa Catarina Fl. 157

C E R T I D Ã O

Certifico, a requerimento verbal de parte interessada que, revendo neste ofício, o Livro sob nº 02 (Registro Geral), deles consta a matrícula do seguinte teor:

Matrícula Nº 1.052 Data: 11 de janeiro de 1983.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno rural com a área de cento e sessenta e tres mil, oitocentos e quarenta e seis metros e vinte e dois decimetros quadrados, (163.846,22m2), situado à estrada Rio dos Bugres, fundos, em Rio dos Bugres, neste município e Comarca de Rio Negrinho, com acesso pelo terreno de Evaristo Stoeberl, para o qual faz frente e confinando aos fundos com terreno de Rodolfo Krainz; de um lado divide com terras de Evaristo Stoeberl e de Osvaldo Pscheidt e do outro lado extrema com terreno de Rodolfo Krainz; cadastrado no INCRA sob nº 816.116.004.006-0; área total: 16,3; área utilizada: 0,0; área aproveitável:16,3; mód.fiscal:16,0; nº módS.fiscais: 1,01; fração minima de parcelamento:15,0.
PROPRIETARIO: PAULO PSCHEIDT, OTTÍLIA PSCHEIDT LINZMEYER, JOÃO PSCHEIDT e CELSO PSCHEIDT e MARCELINO JOÃO PSCHEIDT, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.
TITULO AQUISITIVO: Transcrições nrs.:11.173, fls.05,Lº3-R; 17.920, fls.299,Lº3-U, 17.921, fls.299,Lº3-U, 1º Ofício e 3.861, fls.36, Lº 3-C, 2º Ofício, ambos da Comarca de São Bento do Sul, SC.

Oficial Designado.

R-1-1.052: Por Escritura lavrada em 23 de dezembro de 1982, no livro nº 73, fls.179, do tabelião Ernesto Jorge Diener Filho, da Comarca de São Bento do Sul, SC, PAULO PSCHEIDT, aposentado, CI.9ªR-1199548-SC e sua mulher TEREZA PSCHEIDT, do lar, CI.9ªR-1360958-SC; OTTILIA PSCHEIDT LINZMEYER, viúva, do lar, CI.9ªR-790310-SC; JOÃO PSCHEIDT, casado, aposentado, CI. 160320-SC, CIC 020125539-15 e sua mulher ALAUCI SANTOS PSCHEIDT, escriturária, CI.9ªR-483330-SC; CELSO PSCHEIDT, representante comercial, CI.9ªR-482120-SC e sua mulher CARMITA PSCHEIDT, balconista, CI.9ªR-790999-SC e MARCELINO JOÃO PSCHEIDT, escriturário, CI.9ªR-159133-SC e sua mulher WILMA PSCHEIDT, do lar, CI.9ªR-670033-SC, todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, venderam, por Cr$ 700.000,00 (Setecentos mil cruzeiros) o imóvel, objeto da presente matrícula, a GILSON PEDRO STOEBERL brasileiro, solteiro, maior, empresário, CI.RG.1.371.309-PR, CIC .. 383.754.359-53, residente e domiciliado nesta cidade.
Rio Negrinho, 11 de janeiro de 1983.

Oficial Designado.

R-2/ 1.052 : Pela Cedula de Crédito Comercial Nº 85/00298-4 PASEP-Vencimento em 30 de agosto de 1986,CR$59.000.000,emitida em 30 de agosto de 1985,pela Empresa TRANSPORTADORA EVARISTO LTDA.,sediada nesta cidade,CGC/MF-85 907 186/0001-10, foi o imóvel objeto da presente matricula, vinculado em HIPOTECA cedular de PRIMEIRO grau e sem concorrência, ao BANCO DO BRASIL S/A.,sendo a praça de pagamento a desta cidade e o vencimento marcado para 30 de agosto de 1986.Valor do crédito:CR$59.000.000 (cinqüenta e nove milhões de cruzeiros),para capital de trabalho da Empresa.Júros:11% ao ano e demais clausulas e condições constantes da Cedula,registrada neste Ofício, sob nº 214, RA-3.
Rio Negrinho, 02 de setembro de 1985

Oficial Designado.

AV-3/ 1.052 : Cancelada a hipoteca de primeiro grau, ficando sem efeito o respectivo registro,sob nº R-/2/1.052,conforme documento do Banco credor arquivado em Cartorio.
Rio Negrinho, 26 de julho de 1988

Oficial Designado.

R-4/ 1.052 : Por Escritura de conferência de bens para integralização de capital social,lavrada em 27 de julho de 1988,

Continua no verso

Cartório do Reg. de Imóveis — RIO NEGRINHO — Santa Cat. — Oficial: Desig.: V.Jablonsk

Matrícula Nº 1.052

odorizzi

Verso da Ficha nº 1, continuação da Matricula nº 1.052

no Livro nº 81, ás fls.119,do tabelião Pedro Jablonski,desta comarca, GILSON PEDRO STOEBERL,retro qualificado, transferiu, pelo valor de Cz$4.000.000,00, o imóvel objeto da presente matricula, á Empresa - MÓVEIS MULLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado,com sede á BR-280,bairro Vila Nova,nesta cidade,inscrita no CGC/MF sob nº82 768 409/0001-17.
Rio Negrinho, 03 de agosto de 1988
Pedro Jablonski - Oficial Designado.

R-5/1.052: Pela Cédula de Crédito Industrial nº 930635-00-0/POC/AUTOMATICO-Programa de Apoio a Indústria, vencimento em 15 de dezembro de 1998, Cr$ 1.562.844,89 - emitida em 22 de novembro - de 1993, por **EVARISTO ACABAMENTO DE MÓVEIS LTDA.** - com sede nesta - cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 79.654.711/0001-30, foi o imóvel objeto da presente matrícula vinculado em HIPOTECA CEDULAR DE 1º - GRAU, sem concorrência de terceiros ao BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A. - BADESC, por sua Agência de Florianópolis-SC., sendo o vencimento marcado para o dia 15 de dezembro de 1998 e a praça de pagamento a da emissão, sendo a forma de pagamento em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas, devidamente atualizadas, cada uma delas no valor do principal da dívida atualizada, vencendo-se no dia 15 (quinze) de cada mês, sendo a primeira em 15.01.1995 e a última em 15.12.1998. Valor do crédito Cr$ 1.562.844,89 (Hum milhão, quinhentos sessenta e dois mil, oitocentos - quarenta e quatro cruzeiros reais, oitenta e nove centavos), que se destina à construção de um prédio em alvenaria com a área de 40,00m2 para depósito de inflamáveis (tintas e solventes), sistema de transporte interno de produtos sobre roletes e novo lay-out da emitente; aos juros, cláusulas e condições constantes da Cédula registrada neste Ofício, sob R-633-RA-3.
Rio Negrinho, 02 de dezembro de 1993.

Oficial Designado.

R-6/1.052: Por Mandado expedido aos 09 de maio de 2000, oriundo do/ Cartório dos Feitos da Fazenda do Juízo desta Comarca, - expedido pelo Escrivão Judicial Amauri Milton Graf, subscrito pela/ MM.Juíza de Direito Dra. Candida Inês Zoellner, extraído dos Autos/ nº 055.98.001849-2 da Ação de Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, requerida pelo Exeqüente BANCO DE DESENVOLVIMENTO - DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.BADESC - com sede na Av.Mauro Ramos 1277 em Florianópolis-SC., inscrita no CGC nº 82.937.293/0001-00 - contra os Devedores EVARISTO ACABAMENTO DE MÓVEIS LTDA. - com sede/ na rua Nereu de Assis, 887, bairro Ceramarte, nesta cidade, inscrita no CGC nº 79.654.711/0001-30 e OUTROS, verifica-se que o imóvel/ objeto da presente matrícula foi **PENHORADO**, para pagamento de dívida com o Credor, cujo valor inicial é de R$ 4.879,68 (Quatro mil - oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) em 15.12.1998, tendo como fiel depositário o sr. Emerson João Wantowsky. (Cota R$ 55,70).
Rio Negrinho, 25 de maio de 2000.

Oficial Designada.

AV-7/1.052: CANCELADA a Hipoteca de 1º grau acima registrada sob R-5/1.052, à vista do documento do Credor BADESC-Agência/ Catarinense de Fomento S/A., assinado por Pedro Ananias Alves e José Antonio de Mattos Neto, datado de 13 de novembro de 2000, apre-/ sentado e arquivado neste Ofício. (Cota R$ 40,00).
Rio Negrinho, 03 de abril de 2002.

Oficial Designada.

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 158
Ficha 02
Rúbrica

REGISTRO DE IMÓVEIS

Registro Geral - Livro nº. 2

Matrícula Nº. 1.052 (continuação...) Data: 14 de Dezembro de 2006

Av-8-1.052 - Prenotação nº 23.478, em 07.12.2006. Nos termos do Ofício datado de 27 de novembro de 2006, extraído dos Autos nº 055.98.001849-2, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Decio - Menna Barreto de Araújo Filho, desta Comarca, fica **cancelada e sem - mais nenhum efeito a Penhora registrada sob R-6-1.052.** Dou fé. Rio Negrinho, 14 de Dezembro de 2006. A Registradora: E. 50,70

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ.
Rio Negrinho, 12 de abril de 2010
P/ Registrador Subst°:
Juliani Angelina Floriani
Escrevente Registral

A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 30 DIAS, DA DATA DE SUA EMISSÃO.
(Art. 833 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça).

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Bel. LIGIA LILIAN MOSER ZONTA
Registradora
LEOREI AGENOR ZONTA
Registrador Substituto
JULIANI ANGELINA FLORIANI
Escrevente Registral
Rua Theodoro Junctum, 144 - 1° Andar - Centro
89.295-000 - Rio Negrinho - SC

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
BTY 52420

Cartório de Registro de Imóveis
RIO NEGRINHO - SANTA CATARINA
Oficial: LIGIA LILIAN MOSER ZONTA

1.052

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Oficial Titular: Ligia Lilian Moser Zonta

Rua Theodoro Junctum, 144 - Sala 101 - 1º Andar - Centro - 89295-000 - Rio Negrinho - Santa Catarina

Poder Judiciário de Santa Catarina 159

C E R T I D Ã O

Certifico, a requerimento verbal de parte interessada que, revendo neste ofício, o Livro sob nº 02 (Registro Geral), deles consta a matrícula do seguinte teor:

Matrícula Nº 1.753 Data: 11 de julho de 1984.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno urbano com a área de dezessete mil e trezentos e sessenta metros quadrados, (17.360,00m2), edificado / com um galpão industrial de alvenaria medindo 1.917,36m2., de área/ construida, situado a Rodovia BR-280, antes denominada Rodovia SC-/ 21, nesta cidade e Comarca de Rio Negrinho, fazendo frente a referi da Rodovia BR-280, por 165,00 metros, confrontando por um lado com/ uma rua sem nome, antes rua projetada, por 101,00 metros; por outro lado com o lote nº 5, por 160,00 metros, e finalmente com o lote nº 6 por 123,00 metros.

PROPRIETARIO: MÓVEIS MULLER LTDA., sediada às margens da BR-280, no bairro de Vila Nova, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 82.768 409/0001-17.

TITULO AQUISITIVO: Matrícula nº 258, ficha nº1, RG-2, do 2º Ofício/ da Comarca de São Bento do Sul, SC.

Oficial Designado.

R-1/1.753: Pela Escritura de Garantia Hipotecária lavrada em 10 de/ julho de 1984, no livro nº 82, fls.096, do tabelião Ernesto Jorge / Diener Filho, da Comarca de São Bento do Sul, SC, o credor BANCO / CREFISUL DE INVESTIMENTO S/A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, a Alameda Santos, 2477 e dependência na cidade de Porto Alegre,RS, na rua Siqueira Campo, 805, Carta Patente nºA-1811/66, do Banco Central do Brasil, inscrito no CGC/MF sob nº 92.723.550/0001-57, celebrou com a / devedora, TRANSPORTADORA EVARISTO LTDA., sediada nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 85.907.186/0001-10, um Contrato de Abertura/ de Crédito, com correção monetária prefixada de nº 884.187.0008, / através do qual aquela abriu a esta um crédito no valor principal / de Cr$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de cruzeiros), crédito este / sujeito a juros e correção monetária prefixada, que atingiu o montante de Cr$ 72.654.414,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quatorze cruzeiros), os quais serão pagos em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas vencíveis a primeira em 09.08.84, a 2ª parcela em 10.09.84; a 3ª parcela em 10.10.84; a 4ª parcela em 09.11.84; a 5ª em 10.12.84;e a última em 07.01.85,/ no valor cada uma de Cr$ 12.109.069,00; com as demais cláusulas e condições constantes da escritura. Em reforço de garantia pelo cumprimento das Obrigações assumidas em decorrência do contrato supra mencionado, a firma MÓVEIS MULLER LTDA, já qualificada, da ao credor / BANCO CREFISUL DE INVESTIMENTO S/A., acima qualificado, em primeira Hipoteca, o imóvel objeto da presente matrícula, com todas as suas/ benfeitorias e acessões.

Rio Negrinho, 11 de julho de 1984.

Oficial Designado.

AV-2/ 1.753 : Cancelada a inscrição da hipoteca registrada sob nº R-1/ 1.753 a vista do documento do Banco credor, arquivado em Cartorio.

Rio Negrinho, 18 de julho de 1985

Pedro Jablonski, Oficial Designado.

AV-3/ 1.753 : No terreno objeto da presente matricula a proprietaria construiu três(03), ampliações de um galpão industrial de alvenaria com as areas de 654,52; 525,00 e 94,37 metros quadrados, conforme requerimentos; Certidão da Prefeitura Municipal, bem como Certidões Negativas de Débitos-CNDs do IAPAS, sob nºs 736192; 736193 e / 736194, de 12.12.88, arquivados em cartorio.-

Rio Negrinho, 07 de março de 1.989.-

Pedro Jablonski - - Oficial Designado.-

odorizzi

Cartório do Reg. de Imóveis
RIO GRINHO — Santa Catarina
Oficial: Desig.: V.Jablonski

Matrícula Nº 1.753

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 82, ANEXO198, Página 1

R-4/1.753: Pela Cédula de Crédito Industrial nº SC-5776/POC/AUTOMÁTICO, vencimento em 09 de setembro de 1997, Cr$ 943.838.253,84, emitida em 25 de novembro de 1992, por **MÓVEIS MULLER LTDA.**- com sede nesta cidade e comarca, à Rodovia BR-280, bairro Vila Nova inscrita no CGC/MF sob nº 82.768.409/0001-17, foi o imóvel objeto - da presente matrícula (terreno e benfeitorias) vinculado em PRIMEIRA E ESPECIAL HIPOTECA, sem concorrência de terceiros ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, por sua agência de - Florianópolis-SC., sendo o vencimento marcado para o dia 09 de setembro de 1997 e a praça de pagamento a da emissão, sendo a forma - de pagamento, em 48 (quarenta e oito) parcelas, vencendo-se a primeira em 09.10.1993 e a última em 09.09.1997. Valor do Crédito: Cr$ 943.838.253,84 (Novecentos quarenta e tres milhões, oitocentos trinta e oito mil, duzentos cinquenta e tres cruzeiros e oitenta e quatro centavos), que se destina às inversões constantes do anexo I, - (construção de galpão em alvenaria, ampliação da fábrica, reforço - de capital de giro); aos juros, cláusulas e condições constantes da Cédula Registrada neste Ofício, sob R-589 - RA-3.
Rio Negrinho, 01 de dezembro de 1992.

Oficial Designado.

R-5/1.753: Pela Cédula de Crédito Industrial nº SC-5821/POC/AUTOMÁTICO, vencimento em 15 de agosto de 1998, Cr$ 3.228.875.981,39, emitida em 27 de julho de 1993, por **MÓVEIS MULLER LTDA.**, - com sede nesta cidade e comarca, à Rodovia Br-280, bairro Vila Nova inscrita no CGC/MF sob nº 82.768.409/0001-17, foi o imóvel objeto - da presente matrícula (terreno e benfeitorias) vinculado em SEGUNDA E ESPECIAL HIPOTECA ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, por sua agência de Florianópolis-SC., sendo o vencimento/ marcado para o dia 15 de agosto de 1993 e a praça de pagamento a - da emissão, sendo a forma de pagamento, em 48 (quarenta e oito) parcelas, vencendo-se a primeira em 15.09.1994 e a última em 15.08.1998 Valor do Crédito: Cr$ 3.228.875.981,39 (Tres bilhões, duzentos vinte e oito milhões, oitocentos setenta e cinco mil, novecentos oitenta e um cruzeiros e trinta e nove centavos), que se destina à construções civis para ampliação da fábrica de móveis em 597,25m2; aos juros, cláusulas e condições constantes da Cédula Registrada neste Ofício, sob R-624 - RA-3.
Rio Negrinho, 28 de julho de 1993.

Oficial Designado.

R-6/1.753: Por Escritura Pública de Financiamento, correspondente - ao Contrato Nº SC-5906-POC-Importação, lavrada em 03 de fevereiro de 1994 pelo Tabelião Gilvan H.Jablonski desta comarca, - entre as partes BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, autarquia interestadual, com sede em Porto Alegre-RS., na rua Uruguai, 155 e por sua Agência de Florianópolis-SC., inscrito no - CGCMF sob nº 92.816.560/0001-37, por seus representantes legais e, a proprietária do imóvel desta matrícula, MÓVEIS MULLER LTDA., já - qualificada anteriormente, têm entre si justo e contratado o seguinte: O BRDE na forma da Decisão nº 28.480 de 22.12.1993 abre a favor da Creditada, um crédito no valor global de Cr$ 59.374.684,80 (cinquenta e nove milhões, trezentos setenta e quatro mil, seiscentos - oitenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), equivalente em 01.02.1994 a US$ 127.040,00 (Cento e vinte e sete mil e quarenta dolares americanos) que será provido com recursos externos cuja aplicação e repasse estão amparados pela Resoluçao nº 746/91 de 11.03.91; O Crédito ora aberto destina-se a financiar 80% (oitenta por cento) do valor "Free on Board" dos seguintes bens: "Um Sistema automático para pintura de móveis, com dispositivo de recuperação de verniz e controle de emissão de solventes e residuos sólidos na atmosfera - com 8 (oito) pistolas, constantes do Quadro de Usos e Fontes aprovado pelo BNDES, cujo exemplar a Creditada declara conhecer, estando/

continua na ficha nº 02.

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 82, ANEXO199, Página 1

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 160

REGISTRO DE IMÓVEIS

Registro Geral — Livro nº. 2

Ficha Nº 2

Rúbrica

Matrícula Nº. 1.753: Data: 09 de fevereiro 1994.

(continuação...)

de pleno acordo com o mesmo, a serem importados pela Creditada; O - Principal da dívida deste contrato será pago em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor do principal da dívida, atualizado nos termos da Cláusula Décima, dividido pelo correspondente número de prestações de amortizações vincendas, vencendo-se a primeira em 15.05.1995 e a última em 15.04.1999; Para garantia do fiel e cabal cumprimento das obrigações assumidas no contrato a **Creditada** dá ao **BRDE** neste ato em **TERCEIRA e ESPECIAL HIPOTECA** o imóvel objeto da presente matrícula com suas benfeitorias avaliados em novembro/1993 em Cr$ 52.183.000,00 (Cinquenta e dois milhões cento e oitenta e tres mil cruzeiros reais), além de outras; tudo - nas demais cláusulas e condições, juros e taxas constantes da escritura anteriormente mencionada e ora registrada.
Rio Negrinho, 09 de fevereiro de 1994.

Oficial Designado.

R-7/1.753: Pelas Cédulas de Crédito Industrial nºs SC-6480/BNDES/AUTOMÁTICO e SC-6481/BNDES/AUTOMÁTICO, ambas com vencimento em 15 de abril de 2000 e emitidas em 22 de março de 1995, por - **MÓVEIS MULLER LTDA.**, anteriormente qualificada, com sede nesta cidade e comarca, à Rodovia BR-280, bairro Vila Nova, inscrita no CGC/MF sob nº 82.768.409/0001-17, respectivamente nos valores de R$ 155.135,99 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais, noventa e nove centavos) e R$ 46.541,00 (Quarenta e seis mil - quinhentos quarenta e um reais), foi o imóvel objeto da presente matrícula (terreno e acessões) vinculado em QUARTA E ESPECIAL HIPOTECA CEDULAR, sem concorrrência de terceiros ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, por sua agência de Florianópolis -SC., sendo o vencimento marcado para o dia 15 de abril de 2000, e a praça de pagamento a da emissão, e sua forma em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas (de ambas Cédulas), vencendo-se a primeira em 15.05.1996 e a última em 15.04.2000; Valor do Crédito:- R$ 155.135,99 e R$ 46.541,00, que se destina à construção de Depósito para madeira com 647,91m2, show room com 233,33m2, casa de força e poço artesiano no imóvel da Emitente, aos juros cláusulas e condições constantes de cada Cédula, registradas neste Ofício respectivamente sob nºs 691 e 692 - RA-3.-
Rio Negrinho, 29 de março de 1995.

Oficial Designado.

AV-8/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-5776 constante do R-4/1.753, nos termos do Aditivo nº 735/01 de 25 de outubro de 1996, averbado no RA- Livro nº 3, sob registro nº 589 - fichas nº 5 e 7, alterada para **09/dezembro/1998.**
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 1996.

Oficial Designado.

AV-9/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-5821/POC/AUTOMÁTICO, constante do R-5/1.753, nos termos do Aditivo nº 736/01 de 23 de outubro de 1996, averbado no RA-Livro nº 3, sob registro nº 624 - fichas nº 6 e 8, alterada para **15/dezembro**

Continua no verso

Cartório de Registro de Imóveis
RIO NEGRINHO — SANTA CATARINA
Oficial: Desiq. Gilvan H.Jablonski

MATRÍCULA Nº. 1.753

Verso da ficha nº 2 - Matrícula nº 1.753

(continuação...)
/1998.
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 1996.

Oficial Designado.

AV-10/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-5776/POC/AUTOMÁTICO constante do R-4/1.753 e da AV-8/1.753, nos termos do Aditivo nº 1.204/02 de 16.10.1997, averbado no Livro nº 3 - RA, sob registro 589 - ficha nº 7, alterada para o dia **09 de dezembro de 2001.** (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-11/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº 5821/POC/AUTOMÁTICO constante do R-5/1.753 e da AV-9/1.753, nos termos do Aditivo nº 1.205/02 de 16.10.1997, averbado no Livro nº 3 - RA, sob registro nº 624 - ficha nº 8, alterada para o dia **15 de dezembro de 2001.** (Cota: r$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-12/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-6480/BNDES/AUTOMÁTICO constante do R-7/1.753, nos termos do Aditivo nº 1.207/02 de 16.10.1997, averbado no Livro 3 - RA, sob registro nº 691 - ficha nº 7, alterada para o dia **15 de abril de 2003.** (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-13/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-6481/BNDES/AUTOMÁTICO constante do R-7/1.753, nos termos do Aditivo nº 1208/02 de 16.10.1997, averbado no Livro 3 - RA, sob registro nº 692 - ficha nº 6 e 7, alterada para o dia **15 de abril de 2003.** (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-14/1.753: Pela Escritura de Termo Aditivo e Re-Ratificação lavrada em 27 de outubro de 1997, no Livro nº 114, fls. 134 a 138 do Tabelião Gilvan H.Jablonski desta comarca, VERIFICA-SE nos termos da averbação efetuada no R-759 do Livro RA. nº 3 deste Ofício, que a data de vencimento do Contrato nº SC-5906-POC/IMPORTAÇÃO registrado por Escritura Pública no R-6/1.753, fica prorrogada para o dia **15.04.2.002**, conforme celebrado entre as partes BRDE e MÓVEIS MULLER LTDA. (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 08 de dezembro de 1997.

Oficial Designado.

OFÍCIO DO R
Bel. LIGIA L
LEOREM
JULIANI A
Rua Theodoro Jun
89.295-000

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 161

REGISTRO DE IMÓVEIS

Registro Geral - Livro nº. 2

Ficha .....

Rúbrica.....

Matrícula Nº.

Data:

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ.
Rio Negrinho, 12 de abril de 2010
P/ Registrador Substº: Juliani
Juliani Angelina Floriani
Escrevente Registral

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Bel. LIGIA LILIAN MOSER ZONTA
Registradora
LEOREI AGENOR ZONTA
Registrador Substituto
JULIANI ANGELINA FLORIANI
Escrevente Registral
Rua Theodoro Junctum, 144 - 1° Andar - Centro
89.295-000 - Rio Negrinho - SC

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
BTY 52413

A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 30 DIAS, DA DATA DE SUA EMISSÃO.
(Art. 833 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça).

Cartório de Registro de Imóveis
RIO NEGRINHO - SANTA CATARINA
Oficial:

MATRICULA Nº.



___/___/____

Rio Negrinho 99093-0-CR/08-DR/SC

055990001738-000-001

DESTINATÁRIO

Mônica Franke da Silva
Rua Chui, 151, Centro
89201-240, Joinville, SC

REMETENTE

REMETENTE

Cartório Cível/Criminal
Rua: Carlos Hantschel, 425, Bairro Bela Vista
89295-000, Rio Negrinho, SC

RL623901335BR

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

DESTINATÁRIO
Mônica Franke da Silva
Rua Chui, 151, Centro
89201-240, Joinville, SC

AR623901335TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Cartório Cível/Criminal
Rua: Carlos Hantschel, 425, Bairro Bela Vista
89295-000, Rio Negrinho, SC

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD JOINVILLE 27 ABR 2010 SC

CARTA 99093-0-CR/08-DR/SC TJ/SC CORREIOS

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/____ ___:___h
2ª ___/___/____ ___:___h
3ª ___/___/____ ___:___h

ATENÇÃO: Após realizar 3(três) tentativas de entrega, deixar em Posta Restante por 10(dez) dias corridos.

DECLARACAO DE CONTEUDO (OPCIONAL) AUDIÊNCIA
055990001738-000-001

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
[x] 1 Mudou-se
[ ] 2 Endereço insuficiente
[ ] 3 Não existe o número
[ ] 4 Desconhecido
[ ] 5 Recusado
[ ] 6 Não procurado
[ ] 7 Ausente
[ ] 8 Falecido
[ ] 9 Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Mat. 8.708.366-3 Carteiro

ASSINATURA DO RECEBEDOR
DATA ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
Nº DOC. DE IDENTIDADE

SIPJ/459

JUNTADA DE CORRESPONDÊNCIA DEVOLVIDA
Em 13 de maio de 2010 faço a juntada a estes autos, do envelope e respectivo aviso de recebimento (AR623901335TJ - Mudou-se) referente ao ofício n. 055990001738-000-001, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 462

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 13 de maio de 2010 faço a juntada a estes autos, do aviso de recebimento referente ao ofício n. 055990001738-000-002, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 163

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

DESTINATÁRIO
Móveis Müller Ltda.
Rodovia BR 280, km-124, 1786, Prédio, Industrial Sul
89295-000, Rio Negrinho, SC

AR623901344TJ

59

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Cartório Cível/Criminal
Rua: Carlos Hantschel, 425, Bairro Bela Vista
89295-000, Rio Negrinho, SC

CARTA
99093-0-CR/08-DR/SC
TJ/SC
CORREIOS

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA
CDD I SÃO BENTO DO SUL
26.04.2010
SC

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____h
2ª ____/____/____ ____:____h
3ª ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO: Após realizar 3(três) tentativas de entrega, deixar em Posta Restante por 10(dez) dias corridos.

DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) AUDIÊNCIA
055990001738-000-002

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Vanderlei Noronha da Silva
Mat. 8.709.361-8

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Bátia Stiegler

DATA ENTREGA
26.04.10

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

JUNTADA

Em 13 /05/2010, faço a juntada
do(a)(s) Petição que segue(m).

Assinatura

Souza & Augustin
advogados associados
OAB/SC 283/97

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 164

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA **VARA ÚNICA** DA COMARCA DE **RIO NEGRINHO**-SC.

PJSC 1ª VARA DE RIO NEGRINHO 12/02/2010 17:47 007388041

Execução Fiscal nº 055.99.000173-8

MÓVEIS MULLER LTDA, já devidamente qualificada nos autos da **EXECUÇÃO FISCAL** movida pela **FAZENDA NACIONAL**, vem, através de seus advogados, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência,

EXPOR que a Executada promoveu o parcelamento de seu débito, ora executado, de acordo com as condições previstas na Lei 11.941/2009 (REFIS da Crise), conforme se comprova através da **CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, onde ao final, no campo observações PGFN, consta a referida opção pelo parcelamento** (doc. anexo).

Além disso, traz-se aos autos o "*Acompanhamento de Pedidos*", extraído do sítio da Receita Federal, **onde consta o deferimento do pedido de parcelamento do débito, efetuado em 24 de novembro de 2009, sendo que constam as prestações já pagas de 11/2009 até 04/2010**.

Rua Luiz Scholtz, 250,Centro,
Rio Negrinho/SC. CEP 89.295-000.
Fone/fax (47) 3644-6058
email: souzaaugustin@brturbo.com.br

Souza & Augustin
advogados associados
OAB/SC 283/97

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 165

Segundo o art. 151, VI, do Código Tributário Nacional, o parcelamento, suspende a exigibilidade do crédito tributário e, consequentemente, enseja a suspensão de todos os atos da execução.

> **Art. 151.** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
> I - moratória;
> II - o depósito do seu montante integral;
> III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
> IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
> V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
> **VI - o parcelamento.**

ANTE TODO O EXPOSTO, REQUER seja determinada a imediata suspensão do leilão/praça prevista para 02/06/2010, dos bens penhorados na presente execução, bem como, da execução em si, face o mencionado parcelamento do débito exeqüendo.

Nestes termos, pede deferimento.
Rio Negrinho, 12 de maio de 2010.

Souza & Augustin
Advogados Associados

Fábio José Augustin — OAB/SC 7.673
Carlos Eduardo Palmeira de Souza — OAB/SC 21.011

Rua Luiz Scholtz, 250, Centro,
Rio Negrinho/SC. CEP 89.295-000.
Fone/fax (47) 3644-6058
email: souzaaugustin@brturbo.com.br

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 166

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a,s) Outorgante(s) constitui(em) os Outorgados como seus procuradores e, para tanto, outorgam os poderes descritos nesta peça, sendo qualificados abaixo:

OUTORGANTE(S): MÓVEIS MULLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 82.768.409/0001-17, com sede na Estrada Rio dos Bugres, s/nº, Bairro Vila Nova, Rio Negrinho/SC,

OUTORGADOS: FÁBIO JOSÉ AUGUSTIN, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n.º 7.673 e **CARLOS EDUARDO PALMEIRA DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n.º 21.011, com escritório na Rua Luiz Scholz, 250, Centro, Rio Negrinho/SC, Fone/fax (47) 3644-6058.

PODERES: Para patrocinarem judicial, extrajudicial ou administrativamente, em qualquer órgão, instância ou Tribunal, os direitos do(a,s) outorgante(s) em conjunto ou separadamente, podendo para tanto propor e contestar ações, variarem delas, bem como os poderes da cláusula *ad judicia*, podendo, igualmente, substabelecer o presente instrumento, com ou sem reserva de poderes a quem lhe(s) aprouver, caso seja necessário, **estando obrigados a prestarem contas de qualquer valor recebido.**

PODERES ESPECIAIS: Confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

REPRESENTAÇÃO ESPECÍFICA:

DATA: 11/05/2010

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 167

ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO *Nº 25* - DA SOCIEDADE LIMITADA
"MÓVEIS MULLER LTDA"

SANDRA MULLER STOEBERL, brasileira, natural de Quinze de Novembro – RS., casada em regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 19/02/1962, industrial, CPF nr. 450.595.439-00, e Cart.Ident. nr. 4.128.962 SSP/SC; e **GILSON PEDRO STOEBERL**, brasileiro, natural de Rio Negrinho - SC., casado em regime de Comunhão Comunhão Parcial de Bens, nascido em 14/03/1961, industrial, CPF nr. 383.754.359-53, e Cart Ident, nr. 2.373.470-1 SSP/SC, ambos residentes e domiciliados a Rua Martin Zipperer, s/nº – Bairro Alegre em Rio Negrinho - SC, Cep 89,295-000; únicos sócios da empresa:"***MÓVEIS MULLER LTDA", matriz*** - com sede na Rodovia BR 280, nº 1786, Bairro Vila Nova, em Rio Negrinho – Santa Catarina, Cep 89.295-000, pessoa Jurídica de direito privado com Contrato Social registrado na JUCESC sob nr. 42200028663 em 10/10/1972 e alterado em 03/09/1974, 03/07/1975, 18/05/1976, 10/08/1976, 01/09/1977, 26/01/1978, 28/03/1983, 08/07/1983, 03/08/1984, 05/08/1987, 28/07/1988, 24/05/1989, 09/07/1990, 26/08/1991, 25/11/1992, 27/09/1994, 09/03/1995, 24/10/1995, 07/05/1996, 11/05/1998, 26/10/1999, 21/09/2000, inscrita no CNPJ sob nº 82.768.409/0001-17, ***filial*** - com sede na Rua Lucas Antenor Stoeberl, nº 107, fundos, Bairro Vila Nova, em Rio Negrinho – Santa Catarina, Cep 89.295-000, pessoa Juridica de direito privado com Contrato Social registrado na JUCESC sob nr. 42900261611 em 09/07/1990, ***resolvem, assim, consolidar o seu contrato social, com a seguinte redação:***

CLÁUSULA 1ª. - A sociedade girará sob o nome empresarial: ***"MÓVEIS MULLER LTDA" matriz*** - com sede na Rodovia BR 280, nº 1786, Bairro Vila Nova, em Rio Negrinho – Santa Catarina, Cep 89.295-000, ***filial*** - com sede na Rua Lucas Antenor Stoeberl, nº 107, fundos, Bairro Vila Nova, em Rio Negrinho – Santa Catarina, Cep 89.295-000.

CLÁUSULA 2ª - Capital Social é de R$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (quotas) de valor nominal R$ 1,00 (um real), assim distribuidas:

A)**SANDRA MULLER STOEBERL**, 1.000.000 (quotas), no Valor de R$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

B)**GILSON PEDRO STOEBERL**, 1.000.000 (quotas), no Valor de R$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

CLÁUSULA 3ª - A sociedade terá como objeto social a exploração do ramo de: **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS, COMPLEMENTAÇÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS.**

CLÁUSULA 4ª - A Empresa iniciou suas atividades em 01/10/1972, o prazo de duração da sociedade será indeterminado. O término do exercício social será sempre em 31.12 de cada ano.

CLÁUSULA 5ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA 6ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC
JUCESC-SÃO BENTO
03/264069-2

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 168

CLÁUSULA 7ª – A administração da sociedade caberá a: **SANDRA MULLER STOEBERL** e **GILSON PEDRO STOEBERL,** com os poderes e atribuições de ADMINISTRAR, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, cabendo representar a sociedade ativa e passivamente em juizo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para a consecução do fim Social, e bom desempenho de suas funções, *isoladamente.*

CLÁUSULA 8ª. - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro , o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, podendo os sócios, todavia, optarem pelo aumento de Capital, utilizando os lucros, e/ou Compensar os Prejuízos em exercícios futuros.

CLÁUSULA 9ª - Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA 10ª. - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA 11ª - Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal pelo exercício de administrador, a titulo de Pro-Labore, respeitando as limitações legais vigentes e disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA 12ª - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 90 (noventa) dias da data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA 13ª. - (Os) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não est(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime familiar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 14ª - A empresa poderá participar de outras sociedades com atividades afins ou não.

CLÁUSULA 15ª - Sócio que desejar se retirar da sociedade, ou transferir suas quotas, deverá notificar por escrito a sociedade, descriminando o preço, forma e prazo de Pagamento, para que esta através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do alienante. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA 16ª - As deliberações sociais, ainda que empliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por ambos os sócios, conforme lei em vigor.

CLÁUSULA 17ª - A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários.

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 163

CLÁUSULA 18ª - Fica eleito o foro da cidade de Rio Negrinho – Santa Catarina, para exercício e cumprimento dos direitos, obrigações e questões oriundas, resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 vias

Rio Negrinho(SC), 11 de Novembro de 2003.

SANDRA MULLER STOEBERL

GILSON PEDRO STOEBERL

Testemunhas:

Valmir Luiz Batista
Ident.9R .1.649.867 SSP-SC

Célia M.P. Batista
Ident.22R 2.373.214 SSP-SC

FABIO JOSÉ AUGUSTIN
OAB – Nº 7673 S/C

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/12/2003
SOB Nº 20032640692
Protocolo: 03/264069-2
Empresa: 42 2 0002866 3

FABIANA EVERLING DE FREITAS
SECRETÁRIA GERAL

Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy it now.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 170

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MOVEIS MULLER LTDA
CNPJ: 82.768.409/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 08:22:16 do dia 07/12/2009 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/06/2010.
Código de controle da certidão: **8FDE.F7F1.F3D2.298E**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB: Contribuinte optante pelo parcelamento da Lei nº11.941/2009.

Observações PGFN: Contribuinte optante pelo parcelamento da Lei nº11.941/2009.

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 82, ANEXO212, Página 1

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 171

Acompanhamento de Pedidos

Dados do contribuinte
CPNJ: **82.768.409/0001-17**
Nome Empresarial: **MOVEIS MULLER LTDA**

ATENÇÃO: A falta de pagamento mensal das parcelas mínimas ou a falta de prestação das informações para consolidação no prazo previsto no ato de que trata o art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/09, implicará cancelamento do deferimento do requerimento de adesão.

DÉBITOS ADMINISTRADOS PELA PGFN

Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente

Previdenciários

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Demais débitos

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários

Previdenciários

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Demais débitos

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

DÉBITOS ADMINISTRADOS PELA RFB

Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente

Previdenciários

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Demais débitos

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários

Previdenciários

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Demais débitos

Data do Pedido: **24/11/2009**
Situação: **Requerimento de adesão deferido. Aguardando informações para a consolidação.**

Prestações Pagas: 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Retornar

CONCLUSÃO

Em 17/05/2010, faço conclusos os presentes autos.

Assinatura

Ante o teor da petição retro, suspendo a hasta pública em relação ao bem aqui penhorado.

Intime-se o exequente para manifestação.

RS 18/MAI/10

Paula Botke e Silva
Juíza de Direito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

172
D

Ofício nº 055990001738-000-003 Rio Negrinho, 18 de maio de 2010.

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: União Federal e outro
Executado: Móveis Müller Ltda.

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação, fica o destinatário desta INTIMADO do teor da Decisão de fls. 73 (verso) que segue abaixo.

" Ante o teor da petição retro, suspendo a hasta pública em relação ao bem aqui penhorado. Intime-se o exequente para manifestação".

Enviado por e-mail
Amauri Milton Graf
Chefe de Cartório - Mat.3852

Ilustríssima Senhora Ilustríssimo Senhor Procurador - Seccional da Fazenda Nacional
Rua Presidente Prudente de Morais, 80, Santo Antônio
Joinville-SC
CEP 89.218-000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

173
D

Ofício nº 055990001738-000-004 Rio Negrinho, 01 de junho de 2010.

Autos nº 055.99.000173-8

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: União Federal e outro
Executado: Móveis Müller Ltda.

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO do teor do Despacho de fls. 171 (verso) que segue:

"Ante o teor da petição retro, suspendo a hasta pública em relação ao bem aqui penhorado. Intime-se o exequente para manifestação".

enviado por e-mail
George Francisco de Castilho
Chefe de Cartório Designado

Senhor Ronaldo Siewert - Leiloeiro Público Oficial
Av. Hermann August Lepper, 1500, Cx Postal 871, Saguaçu
Joinville-SC
CEP 89.201-974

JUNTADA

Faço juntada mandado

que segue(m).

EM 22 JUN 2011

Assinatura
e carimbo

174
10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Rio Negrinho
Vara Única

MANDADO DE PENHORA E INTIMAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL

Autos nº 055.99.000173-8
Mandado 1 - Zona Única
Oficial de Justiça: Regis Pscheidt (9962)

Ação: Execução Fiscal - União/autarquias Federais/Execução
Exequente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executado: Móveis Müller Ltda.

O(A) Doutor(a) Paula Botke e Silva, Juíza de Direito da(o) Vara Única, da Comarca de Rio Negrinho, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A PENHORA, DEPÓSITO E AVALIAÇÃO** de bens pertencentes ao executado, suficientes para assegurar o pagamento do principal, acessórios, verba advocatícia e despesas processuais, devendo ser efetivado o registro do gravame junto ao Cartório do Registro de Imóveis, no caso de imóveis, e/ou nas demais repartições competentes, em se tratando de coisas móveis. Após realizada a constrição, **PROCEDA A INTIMAÇÃO DO EXECUTADO** da penhora, bem assim para oferecer **EMBARGOS À EXECUÇÃO**, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: a) do depósito; b) da juntada da prova da fiança bancária; ou, c) da intimação da penhora (art. 16, da Lei nº 6.830/80).

VALOR DO DÉBITO: R$ 833.730,48
DATA DO CÁLCULO: 28/12/1998.
OBSERVAÇÃO: Recaindo a penhora em bens imóveis, deverá ser procedida, igualmente, a intimação do cônjuge do executado.

Destinatário

Móveis Müller Ltda., Rodovia BR 280, km-124, 1786, Prédio, Industrial Sul - CEP 89.295-000, Rio Negrinho-SC

Eu, Bárbara Alana da Silva Potelecki, o digitei, e eu, _____,Amauri Milton Graf - Matrícula 3852, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Rio Negrinho (SC), 28 de novembro de 2007.

Paula Botke e Silva
Juíza de Direito

175

CERTIDÃO

Autos n° 055.99.000173-8
Mandado nº 1 -
Oficial de Justiça: Regis Pscheidt (9962)

Certifico que deixei de dar cumprimento ao presente mandado porque, compulsando os autos, verifiquei que às fls. 70 existe mandado de idêntico teor, já cumprido, conforme autos de fls. 71/74. Sendo assim, devolvo o mandado ao cartório e aguardo instruções. Dou fé.

Rio Negrinho, 30 de junho de 2010.

Regis Pscheidt - Matrícula 9962
Oficial de Justiça

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Rio Negrinho
2ª Vara

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 176

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO EM CARTÓRIO

Autos nº 0000173-50.1999.8.24.0055

Ação: Execução Fiscal/Dívida Ativa
Exequente: União Federal
Executado: Móveis Müller Ltda.

CERTIFICO, para os devidos fins, que, na presente data, às 13:00 horas, os presentes autos, foram entregues ao EXEQUENTE, na pessoa do **Procurador(a) da Fazenda Nacional, Seccional de Joinville/SC**, em carga, mediante lote n.º 2014.00021435 do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os atos do processo.

O referido é verdade, do que dou fé.

Rio Negrinho (SC), 09 de dezembro de 2014.

Paola Seidel Lombardi
Chefe de Cartório

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Rio Negrinho
2ª Vara

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
fl. 177
B

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO EM CARTÓRIO

Autos nº 0000173-50.1999.8.24.0055

Ação: Execução Fiscal
Exequente: União Federal/
Executado: Móveis Müller Ltda./

CERTIFICO, para os devidos fins, que, nesta data, os presentes autos, foram entregues ao Procurador do **Exequente: Procuradoria da Fazenda Nacional - Secciona de Joinville - SC**, em carga, mediante lote n.º 2015.00010991 do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade, do que dou fé.

Rio Negrinho (SC), 20 de novembro de 2015.

Paola Seidel Lombardi
Chefe de Cartório

MM(a). JUIZ(íza),
Segue manifestação por petição.

Sarytá Oliveira
Procuradora da Fazenda Nacional

JUNTADA

Faço juntada Suspensão

que segue(m)

EM 23 FEV 2016

Assinatura e carimbo

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 4ª REGIÃO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM JOINVILLE – SC

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 178

EXMO(A). SR(A). JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO – SANTA CATARINA

055 DRIN:16.000000500-7 220216 1642 17

Autos n.: 055.99.00173-8 173-50.1999
Parte: MÓVEIS MÜLLER LTDA 173-50

A **União (PGFN)**, por sua procuradora signatária, vem, à presença de V. Exa., *requerer* a suspensão do presente feito por 12 meses, considerando que os débitos em cobrança nesta execução fiscal encontram-se parcelados.

Decorrido o prazo de suspensão, *requer* nova vista dos autos, independente de novo requerimento.

Nesses termos, pede deferimento.

Joinville, 08 de dezembro de 2015.

Saryta Oliveira
Procuradora da Fazenda Nacional

Lindolfo de Souza Harrote
Estagiário de Direito

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 179

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
26/11/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 09:46:38

Credito: 557433770 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: **MOVEIS MULLER LTDA - EPP**

Doc. de Origem..: **557179564 22/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **01/01/1998** Livro: **3** Folha: **416**
Dt. de Inscricao: **18/11/1998** RFB: **20.024.050** Orgao Inscr.: **20.028.000**
Periodo da Divida: **08/1995 a 03/1997** PRC Tramitacao: **20.200.801**

Fase: **792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA** Dt. da Fase: **05/12/2014**
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	233.163,24	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	46.632,67	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	680.165,27	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	959.961,18		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 11/2015 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D21

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 180

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
26/11/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 09:43:56

Credito: 556441664 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MOVEIS MULLER LTDA - EPP

Doc. de Origem..: 323638210 27/06/1996 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/06/1996 Livro: 3 Folha: 417
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 RFB: 20.024.050 Orgao Inscr.: 20.028.000
Periodo da Divida: 13/1994 a 07/1995 PRC Tramitacao: 20.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 05/12/2014
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	44.215,37	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	8.843,07	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	143.622,97	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	196.681,41		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 11/2015 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D21

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 181

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
26/11/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 09:47:08

Credito: 557440661 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: **MOVEIS MULLER LTDA - EPP**

Doc. de Origem..: **326359737 26/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **01/01/1998** Livro: **3** Folha: **415**
Dt. de Inscricao: **18/11/1998** RFB: **20.024.050** Orgao Inscr.: **20.028.000**
Periodo da Divida: **04/1997 a 13/1997** PRC Tramitacao: **20.200.801**

Fase: **792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA** Dt. da Fase: **05/12/2014**
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	117.754,57	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	23.550,92	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	313.410,94	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	454.716,43		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 11/2015 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D21

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 182

__ PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)_____

DATA : 26/11/2015 HORA : 10:32 USUÁRIO : JOAO LORENO

PAG.: 1

OPTANTE: 82.768.409/0001-17

ASSINALE COM 'X' O PARCELAMENTO DESEJADO

	PARCELAMENTO	SITUAÇÃO
(_)	SIMPLES NAC. 2007 PGFN	ENCERRADA POR RESCISÃO
(_)	L.11941-PGFN-PREV-ART 1	ENCERRADA POR RESCISÃO
(_)	L.11941-PGFN-DEMAIS-ART 1	ENCERRADA POR RESCISÃO
(_)	L.11941-PGFN-PREV-ART 3	ENCERRADA POR RESCISÃO
(_)	L.11941-PGFN-DEMAIS-ART 3	ENCERRADA POR RESCISÃO
(_)	L.11941-RFB-PREV-ART 1	REJEITADA NA CONSOLIDAÇÃO
(_)	L.11941-RFB-DEMAIS-ART 1	REJEITADA NA CONSOLIDAÇÃO
(_)	L.11941-RFB-PREV-ART 3	REJEITADA NA CONSOLIDAÇÃO
(_)	L.11941-RFB-DEMAIS-ART 3	REJEITADA NA CONSOLIDAÇÃO
(_)	L.12996-PGFN-PREV	EM CONSOLIDAÇÃO NA PGFN
(_)	L.12996-PGFN-DEMAIS	EM CONSOLIDAÇÃO NA PGFN
(_)	L.12996-RFB-DEMAIS	EM CONSOLIDAÇÃO NA RFB

PF3=SAI PF12=VOLTA

PROCURADORIA SECCIONAL DA
FAZENDA NACIONAL EM JOINVILLE SC
RECEBIDO EM 26/02/16

José Mauricio Mafra

8

Vinda por engano.

Reitera fl. 178.

Saryta de Kassia Oliveira
Procuradora da Fazenda Nacional
SIAPE 1546438

CONCLUSÃO
Faço conclusos a(o) Juiz(a) de Direito.

EM 31 MAI 2016

Assinatura e carimbo

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 183

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca -Rio Negrinho
2ª Vara

Autos n. 0000173-50.1999.8.24.0055
Ação: Execução Fiscal
Exequente: União Federal
Executado: Móveis Müller Ltda.

DECISÃO

Diante do parcelamento do débito, suspendo a Execução pelo prazo concedido pela parte Exequente para o cumprimento voluntário da obrigação pela parte Executada e determino o arquivamento administrativo do processo, sem prejuízo do seu prosseguimento, após o requerimento do interessado, e do decurso do prazo de prescrição intercorrente.

Intime-se.

Rio Negrinho (SC), 09 de dezembro de 2016.

Rubens Ribeiro da Silva Neto
Juiz de Direito

MM(a). JUIZ(IZa),
CIENTE.
Em: 16 / 2 / 17

Saryta Oliveira
Procuradora da Fazenda

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 83

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___FICAM_INTIMADAS_AS_PARTES_DE_QUE_O_PRESENTE

Data:
30/11/2017 14:10:03

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
83

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Rio Negrinho
2ª Vara

Autos n° 0000173-50.1999.8.24.0055

Ação: Execução Fiscal
Exequente: União Federal
Executado: Móveis Müller Ltda.

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Ficam intimadas as partes de que o presente feito passou a tramitar exclusivamente em meio eletrônico, com a digitalização integral de todas as peças processuais, sendo que as peças físicas encontram-se armazenadas na Caixa de Processos Digitalizados n.º 153, motivo pelo qual a consulta e o peticionamento devem observar o disposto na Resolução Conjunta nº 3/2013-GP/CGJ

Rio Negrinho(SC), 30 de novembro de 2017

Ruth Wosniski
Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212
"DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III"

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 84

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO___SAJ
Data:
30/11/2017 14:10:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
84

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 85

Evento:

PRAZO_ALTERADO_PELO_AJUSTE_NA_TABELA_DE_FERIADOS___PRAZO_REFERENTE_AO_USUAR

Data:
14/06/2018 01:47:46

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
85

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 86

Evento:

PRAZO_ALTERADO_PELO_AJUSTE_NA_TABELA_DE_FERIADOS___PRAZO_REFERENTE_AO_USUAR

Data:
21/07/2018 22:32:26

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
86

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 87

Evento:

PRAZO_ALTERADO_PELO_AJUSTE_NA_TABELA_DE_FERIADOS___PRAZO_REFERENTE_AO_USUAR

Data:
10/08/2018 05:17:38

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
87

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 88

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___DIANTE_DO_DECURSO_DO_PRAZO_DE_SUSPENSAO_D

Data:
13/12/2018 16:47:58

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
88

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Rio Negrinho
2ª Vara
Processo n. 0000173-50.1999.8.24.0055

ATO ORDINATÓRIO

Ação: Execução Fiscal/PROC
Exequente: União Federal
Executado: Móveis Müller Ltda.

Diante do decurso do prazo de suspensão do processo sem manifestação do exequente, em cumprimento ao Procedimento Operacional Padrão - DTR-Execução Fiscal:

Fica a parte Exequente intimada para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se acerca de seus interesses, bem como para trazer aos autos o valor atualizado da dívida, ficando informada de que a sua inércia poderá resultar no arquivamento administrativo do processo.

Rio Negrinho (SC), 13 de dezembro de 2018.

Nicoly Lang
M44407
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 89

Evento:
REATIVADO_PROCESSO_SUSPENSO
Data:
13/12/2018 16:49:50
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
89

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 90

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___EXTRATO_COM_DADOS_DO_PROCESSO_MIGRADO_DO_SAJ_PARA_O_

Data:
24/05/2020 01:21:02

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
90

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 91

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
18/05/2021 18:46:33
Usuário:
ALINE.PSCHEIDT - ALINE PSCHEIDT - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
91

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 92

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
18/05/2021 18:55:49
Usuário:
RUBENS.NETO - RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
92

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MOVEIS MULLER LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Verifica-se que os autos foram suspensos em razão do parcelamento noticiado pela exequente e que o ato ordinatório do "evento88" não chegou a ser publicado.

Sendo assim, intime-se a União para informar se houve o pagamento integral do débito parcelado, no prazo de 30 (trinta) dias.

Rio Negrinho (SC), datado digitalmente.

Documento eletrônico assinado por **RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310014457953v2** e do código CRC **5da2c996**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO
Data e Hora: 18/5/2021, às 18:55:48

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 93

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
18/05/2021 18:55:49
Usuário:
RUBENS.NETO - RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
93
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
30 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
31/05/2021 00:00:00
Data Final:
12/07/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
PROCURADOR-SECCIONAL
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 03/06/2021

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 94

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__93
Data:
28/05/2021 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
94

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 95

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__93
Data:
10/06/2021 14:57:05
Usuário:
PFN1752101 - PATRICIA PETRY PERSIKE MELO - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
95

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
10/06/2021 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:47:26

Credito: 557440661 CGC: 82.768.409/0001-17
Nome: MULLER IMOBILIARIA LTDA

Doc. de Origem..: 326359737 26/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/01/1998 Livro: 3 Folha: 415
Dt. de Inscricao: 18/11/1998 RFB: 20.024.040 Orgao Inscr.: 20.028.000
Periodo da Divida: 04/1997 a 13/1997 PRC Tramitacao: 20.200.801

Fase: 560 PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA Dt. da Fase: 30/06/1999
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	117.754,57	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	23.550,92	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	361.289,94	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	502.595,43		
Honorarios:	0,00	X-Agrupam. Do Desmemb/Reparcelamento	

Valores atualizados p/ 06/2021 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 1.0.9+76 - 24/05/2021-19:29

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
10/06/2021 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:49:15

Credito: **556441664** **CGC: 82.768.409/0001-17**
Nome: **MULLER IMOBILIARIA LTDA**

Doc. de Origem..: **323638210 27/06/1996 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **01/06/1996** Livro: **3** Folha: **417**
Dt. de Inscricao: **18/11/1998** RFB: **20.024.040** Orgao Inscr.: **20.028.000**
Periodo da Divida: **13/1994 a 07/1995** PRC Tramitacao: **20.200.801**

Fase: **560 PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA** Dt. da Fase: **30/06/1999**
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	**44.215,37**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**8.843,07**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**161.600,92**	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	**0,00**		
T o t a l:	**214.659,36**		
Honorarios:	**0,00**	**X-Agrupam. Do Desmemb/Reparcelamento**	

Valores atualizados p/ 06/2021 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 1.0.9+76 - 24/05/2021-19:29

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
10/06/2021 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:49:33

Credito: **557433770** **CGC: 82.768.409/0001-17**
Nome: **MULLER IMOBILIARIA LTDA**

Doc. de Origem..: **557179564 22/01/1998 CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **01/01/1998** Livro: **3** Folha: **416**
Dt. de Inscricao: **18/11/1998** RFB: **20.024.040** Orgao Inscr.: **20.028.000**
Periodo da Divida: **08/1995 a 03/1997** PRC Tramitacao: **20.200.801**

Fase: **560 PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA** Dt. da Fase: **30/06/1999**
REFIS excluido 09/01/2009

Principal:	**233.163,24**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**46.632,67**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**774.969,44**	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	**0,00**		
T o t a l:	**1.054.765,35**		
Honorarios:	**0,00**	**X-Agrupam. Do Desmemb/Reparcelamento**	

Valores atualizados p/ 06/2021 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 1.0.9+76 - 24/05/2021-19:29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 96

Evento:
PETICAO
Data:
17/06/2021 16:11:58
Usuário:
PFN1752101 - PATRICIA PETRY PERSIKE MELO - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
96

Processo n. 0000173-50.1999.824.0055

MM. Juiz,

Após a tentativa de SISBAJUD, acaso negativa ou insuficiente, requer a designação de datas para hasta pública dos imóveis penhorados nestes autos, matrícuas nºs 1.753 e 1.052, conforme anexos.

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 96, MATRIMÓVEL2, Página 1

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Certidão de Inteiro Teor

Certifico que esta é a certidão de Inteiro Teor da Matrícula número 1.052, datada de 11 de Janeiro de 1983, conforme imagem abaixo:

REGISTRO DE IMÓVEIS

Registro Geral - Livro nº 2

Ficha Nº1

Rúbrica

Matrícula Nº 1.052 Data: 11 de janeiro de 1983.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno rural com a área de cento e sessenta e tres mil, oitocentos e quarenta e seis metros e vinte e dois decimetros quadrados, (163.846,22m2), situado à estrada Rio dos Bugres, fundos, em Rio dos Bugres, neste município e Comarca de Rio Negrinho, com acesso pelo terreno de Evaristo Stoeberl, para o qual faz frente e confinando aos fundos com terreno de Rodolfo Krainz; de um lado divide com terras de Evaristo Stoeberl e de Osvaldo Pscheidt e do outro lado extrema com terreno de Rodolfo Krainz; cadastrado no INCRA sob nº 816.116.004.006-0; área total: 16,3; área utilizada: 0,0; área aproveitável:16,3; mód.fiscal:16,0; nº mods.fiscais: 1,01; fração minima de parcelamento:15,0.
PROPRIETARIO: PAULO PSCHEIDT, OTTÍLIA PSCHEIDT LINZMEYER, JOÃO PSCHEIDT e CELSO PSCHEIDT e MARCELINO JOÃO PSCHEIDT, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.
TITULO AQUISITIVO: Transcrições nrs.:11.173, fls.05,Lº3-R; 17.920, fls.299,Lº3-U, 17.921, fls.299,Lº3-U, 1º Ofício e 3.861, fls.36, Lº 3-C, 2º Ofício, ambos da Comarca de São Bento do Sul, SC.

Oficial Designado.

R-1-1.052: Por Escritura lavrada em 23 de dezembro de 1982, no livro nº 73, fls.179, do tabelião Ernesto Jorge Diener Filho, da Comarca de São Bento do Sul, SC, PAULO PSCHEIDT, aposentado, CI.9ªR-1199548-SC e sua mulher TEREZA PSCHEIDT, do lar, CI.9ªR-1360958-SC; OTTILIA PSCHEIDT LINZMEYER, viúva, do lar, CI.9ªR-790310-SC; JOÃO PSCHEIDT, casado, aposentado, CI. 160320-SC, CIC 020125539-15 e sua mulher ALAUCÍ SANTOS PSCHEIDT, escriturária, CI.9ªR-483330-SC; CELSO PSCHEIDT, representante comercial, CI.9ªR-482120-SC e sua mulher CARMITA PSCHEIDT, balconista, CI.9ªR-790999-SC e MARCELINO JOÃO PSCHEIDT, escriturario, CI.9ªR-159133-SC e sua mulher WILMA PSCHEIDT, do lar, CI.9ªR-670033-SC, todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, venderam, por Cr$ 700.000,00 (Setecentos mil cruzeiros) o imóvel, objeto da presente matrícula, a GILSON PEDRO STOEBERL brasileiro, solteiro, maior, empresário, CI.RG.1.371.309-PR, CIC .. 383.754.359-53, residente e domiciliado nesta cidade.
Rio Negrinho, 11 de janeiro de 1983.

Oficial Designado.

R-2/ 1.052 : Pela Cedula de Crédito Comercial Nº 85/00298-4 PASEP-Vencimento em 30 de agosto de 1986,CR$59.000.000,emitida em 30 de agosto de 1985,pela Empresa TRANSPORTADORA EVARISTO LTDA.,sediada nesta cidade,CGC/MF-85 907 186/0001-10, foi o imóvel objeto da presente matricula, vinculado em HIPOTECA cedular de PRIMEIRO grau e sem concorrência, ao BANCO DO BRASIL S/A.,sendo a praça de pagamento a desta cidade e o vencimento marcado para 30 de agosto de 1986.Valor do crédito:CR$59.000.000 (cinqüenta e nove milhoes de cruzeiros),para capital de trabalho da Empresa.Júros:11% ao ano e demais clausulas e condiçoes constantes da Cedula,registrada neste Ofício, sob nº 214, RA-3.
Rio Negrinho, 02 de setembro de 1985

Oficial Designado.

AV-3/ 1.052 : Cancelada a hipoteca de primeiro grau, ficando sem efeito o respectivo registro,sob nº R-/2/1.052,conforme documento do Banco credor arquivado em Cartorio.
Rio Negrinho, 26 de julho de 1988

Oficial Designado.

R-4/ 1.052 : Por Escritura de conferência de bens para integralização de capital social,lavrada em 27 de julho de 1988,

odorizzi

Continua no verso

Cartório do Reg. de Imóveis — RIO NEGRINHO — Santa Catarina
Oficial: Desig.:V.Jablonski

Matrícula Nº 1.052

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 96, MATRIMÓVEL2, Página 2

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Verso da Ficha nº 1, continuação da Matricula nº 1.052

no Livro nº 81, ás fls.119,do tabelião Pedro Jablonski,desta comarca, GILSON PEDRO STOEBERL,retro qualificado, transferiu, pelo valor de Cz$4.000.000,00, o imóvel objeto da presente matricula, á Empresa - MÓVEIS MULLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado,com sede á BR-280,bairro Vila Nova,nesta cidade,inscrita no CGC/MF sob nº82 768 409/0001-17.
Rio Negrinho, 03 de agosto de 1988

Pedro Jablonski - Oficial Designado.

R-5/1.052: Pela Cédula de Crédito Industrial nº 930635-00-0/POC/AUTOMÁTICO-Programa de Apoio a Indústria, vencimento em 15 de dezembro de 1998, Cr$ 1.562.844,89 - emitida em 22 de novembro - de 1993, por **EVARISTO ACABAMENTO DE MÓVEIS LTDA.** - com sede nesta - cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 79.654.711/0001-30, foi o imóvel objeto da presente matrícula vinculado em HIPOTECA CEDULAR DE 1º - GRAU, sem concorrência de terceiros ao BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A. - BADESC, por sua Agência de Florianópolis-SC., sendo o vencimento marcado para o dia 15 de dezembro de 1998 e a praça de pagamento a da emissão, sendo a forma de pagamento em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas, devidamente atualizadas, cada uma delas no valor do principal da dívida atualizada, vencendo-se no dia 15 (quinze) de cada mês, sendo a primeira em 15.01.1995 e a última em 15.12.1998. Valor do crédito Cr$ 1.562.844,89 (Hum milhão, quinhentos sessenta e dois mil, oitocentos - quarenta e quatro cruzeiros reais, oitenta e nove centavos), que se destina à construção de um prédio em alvenaria com a área de 40,00m2 para depósito de inflamáveis (tintas e solventes), sistema de transporte interno de produtos sobre roletes e novo lay-out da emitente; aos juros, cláusulas e condições constantes da Cédula registrada neste Ofício, sob R-633-RA-3.
Rio Negrinho, 02 de dezembro de 1993.

Oficial Designado.

R-6/1.052: Por Mandado expedido aos 09 de maio de 2000, oriundo do/ Cartório dos Feitos da Fazenda do Juízo desta Comarca, - expedido pelo Escrivão Judicial Amauri Milton Graf, subscrito pela/ MM.Juíza de Direito Dra. Candida Inês Zoellner, extraído dos Autos/ nº 055.98.001849-2 da Ação de Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, requerida pelo Exequente BANCO DE DESENVOLVIMENTO - DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.BADESC - com sede na Av.Mauro Ramos 1277 em Florianópolis-SC., inscrita no CGC nº 82.937.293/0001-00 - contra os Devedores EVARISTO ACABAMENTO DE MÓVEIS LTDA. - com sede/ na rua Nereu de Assis, 887, bairro Ceramarte, nesta cidade, inscrita no CGC nº 79.654.711/0001-30 e OUTROS, verifica-se que o imóvel/ objeto da presente matrícula foi **PENHORADO**, para pagamento de dívida com o Credor, cujo valor inicial é de R$ 4.879,68 (Quatro mil - oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) em 15.12.1998, tendo como fiel depositário o sr. Emerson João Wantowsky. (Cota R$ 55,70).
Rio Negrinho, 25 de maio de 2000.

Oficial Designada.

AV-7/1.052: CANCELADA a hipoteca de 1º grau acima registrada sob R-5/1.052, à vista do documento do Credor BADESC-Agência/ Catarinense de Fomento S/A., assinado por Pedro Ananias Alves e José Antonio de Mattos Neto, datado de 13 de novembro de 2000, apre-/ sentado e arquivado neste Ofício. (Cota R$ 40,00).
Rio Negrinho, 03 de abril de 2002.

Oficial Designada.

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

REGISTRO DE IMÓVEIS

Registro Geral - Livro nº. 2

Ficha 02

Rúbrica

Matrícula Nº. 1.052 (continuação...) Data: 14 de Dezembro de 2006

Av-8-1.052 - Prenotação nº 23.478, em 07.12.2006. Nos termos do Ofício datado de 27 de novembro de 2006, extraído dos Autos nº 055.98.001849-2, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Decio - Menna Barreto de Araújo Filho, desta Comarca, fica **cancelada e sem - mais nenhum efeito a Penhora registrada sob R-6-1.052.** Dou fé. Rio Negrinho, 14 de Dezembro de 2006. A Registradora: E. 50,70

AV-9-1.052: Prenotação nº 28.446, de 16/09/2010. Certifico, que conforme Certidão expedida em 08 de Setembro de 2010 pelo Cartório da Distribuição e requerimento da parte interessada, ora arquivados, nos termos do artigo 615-A, Lei 11.382/06-CPC, fica **noticiado o ajuizamento de uma ação de Execução,** que envolve o imóvel objeto desta matrícula, de propriedade da Executada Móveis Muller Ltda, Autos nº 055.10.002798-3 - Ação de Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, distribuída no dia 02/09/2010 para a Vara Única desta Comarca, em que é exequente Liancarlo Pedro Wantowsky, sendo atribuído a causa o valor de R$ 94.116,08. Dou fé. Rio Negrinho, 29 de Setembro de 2010. A Registradora: _____ (Ligia Lilian Moser Zonta). E. R$ 63,90.

R-10-1.052: Prenotação nº 31.528, de 24/10/2012. PENHORA. Pela Certidão para Registro de Penhora, assinada aos 06 de Setembro de 2.012, pelo Chefe de Cartório Sr. George Francisco de Castilho, por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta cidade e Comarca de Rio Negrinho, extraída da Ação de Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, nº 055.10.002798-3; em que é Exequente: LIANCARLO PEDRO WANTOWSKY e Executado: MÓVEIS MÜLLER LTDA, procedo ao registro da **PENHORA** do imóvel objeto desta matrícula, cujo valor da causa é R$ 137.780,45 (09/09/2011). Foi nomeado depositário Gilson Pedro Stoeberl, representante da executada Móveis Müller Ltda. Dou fé. Rio Negrinho, 05 de Novembro de 2012. A Registradora: _____ (Ligia Lilian Moser Zonta). E. R$ 309,33.

Cartório de Registro de Imóveis
RIO NEGRINHO - SANTA CATARINA
Oficial: LIGIA LILIAN MOSER ZONTA

MATRÍCULA Nº. 1.052

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Continuação da certidão de Inteiro Teor da Matrícula 1.052.

O referido é verdade e dou fé. Rio Negrinho-SC, 17 de Junho de 2021.

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Isento
FYY09403-L0H5
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br

_____
[]Registradora Titular: Ligia Lilian Moser
[]Registradora Substituta: Júlia Helena Zonta
[]Escrevente Registral: Joice Alves Machado Mendes
[x]Escrevente Registral: André Victor Zonta

Emolumentos:
01 Certidão de Inteiro Teor - Isento..... R$ 0,00
Selos: R$ 0,00
Total: 0,00

****Validade: 30 dias****

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

ESTADO DE SANTA CATARINA
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RIO NEGRINHO
Registradora Titular: Ligia Lilian Moser

Certidão de Inteiro Teor

Certifico que esta é a certidão de Inteiro Teor da Matrícula número 1.753, datada de 11 de Julho de 1984, conforme imagem abaixo:

REGISTRO DE IMÓVEIS
Registro Geral - Livro nº 2

Ficha Nº1
Rúbrica

Matrícula Nº 1.753 Data: 11 de julho de 1984.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno urbano com a área de dezessete mil e trezentos e sessenta metros quadrados, (17360,00m2), edificado / com um galpão industrial de alvenaria medindo 1.917,36m2., de área/ construida, situado a Rodovia BR-280, antes denominada Rodovia SC-/ 21, nesta cidade e Comarca de Rio Negrinho, fazendo frente a referi da Rodovia BR-280, por 165,00 metros, confrontando por um lado com/ uma rua sem nome, antes rua projetada, por 101,00 metros; por outro lado com o lote nº 5, por 160,00 metros, e finalmente com o lote nº 6 por 123,00 metros.
PROPRIETARIO: MÓVEIS MULLER LTDA., sediada às margens da BR-280, no bairro de Vila Nova, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 82.768 409/0001-17.
TITULO AQUISITIVO: Matrícula nº 258, ficha nº1, RG-2, do 2º Ofício/ da Comarca de São Bento do Sul, SC.

Oficial Designado.

R-1/1.753: Pela Escritura de Garantia Hipotecária lavrada em.10 de/ julho de 1984, no livro nº 82, fls.096, do tabelião Ernesto Jorge / Diener Filho, da Comarca de São Bento do Sul, SC, o credor BANCO / CREFISUL DE INVESTIMENTO S/A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, a Alameda Santos, 2477 e dependência na cidade de Porto Alegre,RS, na rua Siqueira Campo, 805, Carta Patente nºA-1811/66, do Banco Central do Brasil, inscrito no CGC/MF sob nº 92.723.550/0001-57, celebrou com a / devedora, TRANSPORTADORA EVARISTO LTDA., sediada nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 85.907.186/0001-10, um Contrato de Abertura/ de Crédito, com correção monetária prefixada de nº 884.187.0008, / através do qual aquela abriu a esta um crédito no valor principal / de Cr$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de cruzeiros), crédito este / sujeito a juros e correção monetária prefixada, que atingiu o montante de Cr$ 72.654.414,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quatorze cruzeiros), os quais serão pagos em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas vencíveis a primeira em 09.08.84, a 2ª parcela em 10.09.84; a 3ª parcela em 10.10.84; a 4ª parcela em 09.11.84; a 5ª em 10.12.84;e a última em 07.01.85,/ no valor cada uma de Cr$ 12.109.069,00; com as demais cláusulas e condições constantes da escritura. Em reforço de garantia pelo cumprimento das Obrigações assumidas em decorrência do contrato supra mencionado, a firma MÓVEIS MULLER LTDA, já qualificada, da ao credor / BANCO CREFISUL DE INVESTIMENTO S/A., acima qualificado, em primeira Hipoteca, o imóvel objeto da presente matrícula, com todas as suas/ benfeitorias e acessões.
Rio Negrinho, 11 de julho de 1984.

Oficial Designado.

AV-2/ 1.753 : Cancelada a inscrição da hipoteca registrada sob nº R-1/ 1.753 a vista do documento do Banco credor, arquivado em Cartorio.
Rio Negrinho, 18 de julho de 1985

,Oficial Designado.

AV-3/ 1.753 : No terreno objeto da presente matricula a proprietaria construiu tres(03),ampliações de um galpao industrial de alvenaria com as areas de 654,52; 525,00 e 94,37 metros quadrados, conforme requerimentos; Certidao da Prefeitura Municipal, bem como Certidoes Negativas de Debitos-CNDs do IAPAS, sob nºs 736192; 736193 e / 736194, de 12.12.88, arquivados em cartorio.-
Rio Negrinho, 07 de março de 1.989.-

Oficial Designado.-

odoriza

Cartório do Reg. de Imóveis
RIO NEGRINHO Santa Catarina
Oficial: Desig.:V.Jablonski

Matrícula Nº 1.753

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 96, MATRIMÓVEL3, Página 2

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Verso da ficha nº 1 - Matrícula nº 1.753

R-4/1.753: Pela Cédula de Crédito Industrial nº SC-5776/POC/AUTOMÁTICO, vencimento em 09 de setembro de 1997, Cr$ 943.838.253,84, emitida em 25 de novembro de 1992, por **MÓVEIS MULLER LTDA.**- com sede nesta cidade e comarca, à Rodovia BR-280, bairro Vila Nova inscrita no CGC/MF sob nº 82.768.409/0001-17, foi o imóvel objeto - da presente matrícula (terreno e benfeitorias) vinculado em PRIMEIRA E ESPECIAL HIPOTECA, sem concorrência de terceiros ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, por sua agência de - Florianópolis-SC., sendo o vencimento marcado para o dia 09 de setembro de 1997 e a praça de pagamento a da emissão, sendo a forma - de pagamento, em 48 (quarenta e oito) parcelas, vencendo-se a primeira em 09.10.1993 e a última em 09.09.1997. Valor do Crédito: Cr$ 943.838.253,84 (Novecentos quarenta e tres milhões, oitocentos trinta e oito mil, duzentos cinquenta e tres cruzeiros e oitenta e quatro centavos), que se destina às inversões constantes do anexo I, - (construção de galpão em alvenaria, ampliação da fábrica, reforço - de capital de giro); aos juros, cláusulas e condições constantes da Cédula Registrada neste Ofício, sob R-589 - RA-3.
Rio Negrinho, 01 de dezembro de 1992.

Oficial Designado.

R-5/1.753: Pela Cédula de Crédito Industrial nº SC-5821/POC/AUTOMÁTICO, vencimento em 15 de agosto de 1998, Cr$ 3.228.875.981,39, emitida em 27 de julho de 1993, por **MÓVEIS MULLER LTDA.**, - com sede nesta cidade e comarca, à Rodovia Br-280, bairro Vila Nova inscrita no CGC/MF sob nº 82.768.409/0001-17, foi o imóvel objeto - da presente matrícula (terreno e benfeitorias) vinculado em SEGUNDA E ESPECIAL HIPOTECA ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, por sua agência de Florianópolis-SC., sendo o vencimento/marcado para o dia 15 de agosto de 1993 e a praça de pagamento a - da emissão, sendo a forma de pagamento, em 48 (quarenta e oito) parcelas, vencendo-se a primeira em 15.09.1994 e a última em 15.08.1998 Valor do Crédito: Cr$ 3.228.875.981,39 (Tres bilhões, duzentos vinte e oito milhões, oitocentos setenta e cinco mil, novecentos oitenta e um cruzeiros e trinta e nove centavos), que se destina à construções civis para ampliação da fábrica de móveis em 597,25m2; aos juros, cláusulas e condições constantes da Cédula Registrada neste Ofício, sob R-624 - RA-3.
Rio Negrinho, 28 de julho de 1993.

Oficial Designado.

R-6/1.753: Por Escritura Pública de Financiamento, correspondente - ao Contrato Nº SC-5906-POC-Importação, lavrada em 03 de fevereiro de 1994 pelo Tabelião Gilvan H.Jablonski desta comarca, - entre as partes BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, autarquia interestadual, com sede em Porto Alegre-RS., na rua Uruguai, 155 e por sua Agência de Florianópolis-SC., inscrito no - CGCMF sob nº 92.816.560/0001-37, por seus representantes legais e, a proprietária do imóvel desta matrícula, MÓVEIS MULLER LTDA., já - qualificada anteriormente, têm entre si justo e contratado o seguinte: O BRDE na forma da Decisão nº 28.480 de 22.12.1993 abre a favor da Creditada, um crédito no valor global de Cr$ 59.374.684,80 (cinquenta e nove milhões, trezentos setenta e quatro mil, seiscentos - oitenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), equivalente em 01.02.1994 a US$ 127.040,00 (Cento e vinte e sete mil e quarenta dolares americanos) que será provido com recursos externos cuja aplicação e repasse estão amparados pela Resoluçao nº 746/91 de 11.03.91; O Crédito ora aberto destina-se a financiar 80% (oitenta por cento) do valor "Free on Board" dos seguintes bens: "Um Sistema automático para pintura de móveis, com dispositivo de recuperação de verniz e controle de emissão de solventes e residuos sólidos na atmosfera - com 8 (oito) pistolas, constantes do Quadro de Usos e Fontes aprovado pelo BNDES, cujo exemplar a Creditada declara conhecer, estando/

continua na ficha nº 02.

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 96, MATRIMÓVEL3, Página 3

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

REGISTRO DE IMÓVEIS

Registro Geral — Livro nº. 2

Ficha Nº 2

Rúbrica

Matrícula Nº. 1.753: **Data:** 09 de fevereiro 1994.

(continuação...)

de pleno acordo com o mesmo, a serem importados pela Creditada; O - Principal da dívida deste contrato será pago em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor do principal da dívida, atualizado nos termos da Cláusula Décima, dividido pelo correspondente número de prestações de amortizações vincendas, vencendo-se a primeira em 15.05.1995 e a última em 15.04.1999; Para garantia do fiel e cabal cumprimento das obrigações assumidas no contrato a **Creditada** dá ao **BRDE** neste ato em **TERCEIRA e ESPECIAL HIPOTECA** o imóvel objeto da presente matrícula com suas benfeitorias avaliados em novembro/1993 em Cr$ 52.183.000,00 (Cinquenta e dois milhões cento e oitenta e tres mil cruzeiros reais), além de outras; tudo - nas demais cláusulas e condições, juros e taxas constantes da escritura anteriormente mencionada e ora registrada.
Rio Negrinho, 09 de fevereiro de 1994.

Oficial Designado.

R-7/1.753: Pelas Cédulas de Crédito Industrial nºs SC-6480/BNDES/AUTOMÁTICO e SC-6481/BNDES/AUTOMÁTICO, ambas com vencimento em 15 de abril de 2000 e emitidas em 22 de março de 1995, por - **MÓVEIS MULLER LTDA.**, anteriormente qualificada, com sede nesta cidade e comarca, à Rodovia BR-280, bairro Vila Nova, inscrita no CGC/MF sob nº 82.768.409/0001-17, respectivamente nos valores de R$ 155.135,99 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais, noventa e nove centavos) e R$ 46.541,00 (Quarenta e seis mil - quinhentos quarenta e um reais), foi o imóvel objeto da presente matrícula (terreno e acessões) vinculado em QUARTA E ESPECIAL HIPOTECA CEDULAR, sem concorrrência de terceiros ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, por sua agência de Florianópolis -SC., sendo o vencimento marcado para o dia 15 de abril de 2000, e a praça de pagamento a da emissão, e sua forma em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas (de ambas Cédulas), vencendo-se a primeira em 15.05.1996 e a última em 15.04.2000; Valor do Crédito:- R$ 155.135,99 e R$ 46.541,00, que se destina à construção de Depósito para madeira com 647,91m2, show room com 233,33m2, casa de força e poço artesiano no imóvel da Emitente, aos juros cláusulas e condições constantes de cada Cédula, registradas neste Ofício respectivamente sob nºs 691 e 692 - RA-3.-
Rio Negrinho, 29 de março de 1995.

Oficial Designado.

AV-8/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-5776 constante do R-4/1.753, nos termos do Aditivo nº 735/01 de 25 de outubro de 1996, averbado no RA- Livro nº 3, sob registro nº 589 - fichas nº 5 e 7, alterada para **09/dezembro/1998.**
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 1996.

Oficial Designado.

AV-9/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-5821/POC/AUTOMÁTICO, constante do R-5/1.753, nos termos do Aditivo nº 736/01 de 23 de outubro de 1996, averbado no RA-Livro nº 3, sob registro nº 624 - fichas nº 6 e 8, alterada para **15/dezembro**

Continua no verso

Cartório de Registro de Imóveis
RIO NEGRINHO — SANTA CATARINA
Oficial: Desig. Gilvan H.Jablonski

MATRÍCULA Nº. 1.753

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Verso da ficha nº 2 - Matrícula nº 1.753

(continuação...)
/1998.
Rio Negrinho, 05 de dezembro de 1996.

Oficial Designado.

AV-10/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-5776/POC/AUTOMÁTICO constante do R-4/1.753 e da AV-8/1.753, nos termos do Aditivo nº 1.204/02 de 16.10.1997, averbado no - Livro nº 3 - RA, sob registro 589 - ficha nº 7, alterada para o dia **09 de dezembro de 2001.** (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-11/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº 5821/POC/AUTOMÁTICO constante do R-5/1.753 e da AV-9/1.753, nos termos do Aditivo nº 1.205/02 de 16.10.1997, averbado no Livro nº 3 - RA, sob registro nº 624 - ficha nº 8, alterada para o - dia **15 de dezembro de 2001.** (Cota: r$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-12/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-6480/BNDES/AUTOMÁTICO constante do R-7/1.753, nos termos do Aditivo nº 1.207/02 de 16.10.1997, averbado no Livro 3 - RA, sob registro nº 691 - ficha nº 7, alterada para o dia **15 de abril - de 2003.** (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-13/1.753: Procede-se a presente averbação para constar a prorrogação da data de vencimento da Cédula de Crédito Industrial nº SC-6481/BNDES/AUTOMÁTICO constante do R-7/1.753, nos termos do Aditivo nº 1208/02 de 16.10.1997, averbado no Livro 3 - RA, sob registro nº 692 - ficha nº 6 e 7, alterada para o dia **15 de abril de 2003.** (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 03 de novembro de 1997.

Oficial Designado.

AV-14/1.753: Pela Escritura de Termo Aditivo e Re-Ratificação lavrada em 27 de outubro de 1997, no Livro nº 114, fls. 134 a 138 do Tabelião Gilvan H.Jablonski desta comarca, VERIFICA-SE nos termos da averbação efetuada no R-759 do Livro RA. nº 3 deste Ofício, que a data de vencimento do Contrato nº SC-5906-POC/IMPORTAÇÃO registrado por Escritura Pública no R-6/1.753, fica prorrogada para o dia **15.04.2.002,** conforme celebrado entre as partes BRDE e - MÓVEIS MULLER LTDA. (Cota: R$ 0,91).
Rio Negrinho, 08 de dezembro de 1997.

Oficial Designado.

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Processo 0000173-50.1999.8.24.0055/SC, Evento 96, MATRIMÓVEL3, Página 5

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

REGISTRO DE IMÓVEIS

Nº 03

Ficha .....

Rúbrica.....

Registro Geral - Livro nº. 2

Matrícula Nº. **1.753** Data: **23 de Fevereiro de 2016.**

R-15-1.753: Prenotação nº 36.526, de 12/02/2016. PENHORA. Pela Certidão para Registro de Penhora, datada de 03/02/2016, assinada por Julio Cesar da Silva, Chefe de Cartório da 1ª Vara desta Comarca de Rio Negrinho, extraída da Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 0001888-30.1999.8.24.0055, em que é Exeqüente: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL S/A - BRDE., e Executado: MÓVEIS MÜLLER LTDA e outros, procedo ao registro da **PENHORA** do imóvel objeto desta matrícula. Valor da Causa: R$ 244.745,25 (Duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). Foi nomeado depositário Gilson Pedro Stoeberl. Dou fé. Rio Negrinho, 23 de Fevereiro de 2016. A Registradora Substituta: _____ (Júlia Helena Zonta). E. R$ 400,00, Selo de Fiscalização n°: EES78166-XM4A, R$ 1,70.

Cartório de Registro de Imóveis
RIO NEGRINHO - SANTA CATARINA
OFICIAL: LIGIA LILIAN MOSER

MATRÍCULA Nº.
1.753

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

Continuação da certidão de Inteiro Teor da Matrícula 1.753.

O referido é verdade e dou fé. Rio Negrinho-SC, 17 de Junho de 2021.

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Isento
FYY09402-ZAEK
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br

_____
[]Registradora Titular: Ligia Lilian Moser
[]Registradora Substituta: Júlia Helena Zonta
[]Escrevente Registral: Joice Alves Machado Mendes
[X]Escrevente Registral: André Victor Zonta

Emolumentos:
01 Certidão de Inteiro Teor - Isento..... R$ 0,00
Selos: R$ 0,00
Total: 0,00

****Validade: 30 dias****

Documento Assinado Digitalmente por ANDRE VICTOR ZONTA. CPF: 10594649935

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 97

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
06/07/2021 11:37:50
Usuário:
BRUNOCARLOS - BRUNO CARLOS RODRIGUES RANZANI - ESTAGIÁRIO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
97

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 98

Evento:
TERMINATIVA___DECLARADA_INCOMPETENCIA
Data:
25/11/2021 16:08:56
Usuário:
RUBENS.NETO - RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
98

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

1. Trata-se de ação de execução fiscal proposta pela **UNIÃO - FAZENDA NACIONAL** em face de **MULLER IMOBILIARIA LTDA**.

Analisando os autos, vê-se que a presente ação foi ajuizada na Comarca de Rio Negrinho com fundamento na competência delegada então prevista no art. 15, I, da Lei 5.010/66 e no art. 109, §3º, da Constituição Federal.

De início, verifica-se que existe discussão jurisprudencial acerca da competência entre a Justiça Estadual e a Justiça Federal para processamento e julgamento dos executivos fiscais que envolvam a União e suas autarquias, conforme se demonstrará adiante.

Observa-se que a Lei 13.043/2014 passou a prescrever:

> *Art. 75. A **revogação do inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010**, de 30 de maio de 1966, constante do inciso IX do art. 114 desta Lei, **não alcança as execuções fiscais da União e de suas autarquias e fundações públicas ajuizadas na Justiça Estadual antes da vigência desta Lei.** [grifei]*
>
> *Art. 114. Ficam **revogados:***
>
> *[...]*
>
> *IX – **o inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.** [grifei]*

A Constituição Federal, a propósito, previa que:

> *Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:*
>
> *[...]*
>
> *§ 3º **Serão processadas e julgadas na justiça estadual**, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, **sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.***
>
> *[...] [grifei]*

Posteriormente, com a Emenda Constitucional 103/2019, o referido dispositivo constitucional passou a ter a seguinte redação:

> *§ 3º Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal **em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019). [grifei]*

Nesse cenário, a melhor interpretação é a de que o art. 75 da Lei 13.043/2014 não teria sido recepcionado pela Emenda Constitucional 103/2019.

Por consequência, a Primeira Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na sessão de 07/10/2021, por ocasião do julgamento no Conflito de Competência 5027965-78.2021.4.04.0000/PR, passou a entender que, desde a entrada em vigor da Emenda Constitucional

103/2019, a competência para processar e julgar as execuções fiscais que envolvam entes federais é da Justiça Federal, independentemente da data em que ajuizado o feito.

Segue a ementa do julgado:

> ***CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA DELEGADA. ART. 109, § 3º DA CF. EC 103/2019. LEI 13.043/2019. REVOGAÇÃO.*** *1. A modificação do paradigma constitucional revoga a legislação infraconstitucional que com ele seja incompatível. 2. A Emenda Constitucional nº 103/2019 alterou a redação do § 3º do art. 109 da CF. A modificação da norma acarretou a revogação dos dispositivos da Lei 13.043/14 que ainda mantinham a competência estadual delegada para processar e julgar Execuções Fiscais relacionadas a entes federais. 3.* ***Assim, desde a EC 103/2019, compete aos Juízes Federais o processamento de Execuções Fiscais que envolvam entes federais, independentemente da data em que ajuizado o feito.*** *(TRF4 5027965-78.2021.4.04.0000, PRIMEIRA SEÇÃO, Relator LEANDRO PAULSEN,* ***juntado aos autos em 09/10/2021).*** *[grifei]*

Sobre o tema, cita-se, ainda, outro recentíssimo julgado do mesmo Tribunal:

> ***PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL. COMPETÊNCIA FEDERAL DELEGADA. ART. 109, § 3º DA CF. EC 103/2019. LEI 13.043/2019. REVOGAÇÃO.*** *1-* ***A 1ª Seção desta Corte firmou novo entendimento no sentido de que a Emenda Constitucional nº 103/2019, ao alterar a redação do § 3º do art. 109 da Constituição Federal, promoveu a revogação dos dispositivos da Lei 13.043/14 que mantinham a competência delegada da Justiça Estadual para processamento e julgamento das Execuções Fiscais propostas por entes federais.*** *2- Competência da Justiça Federal para o processamento da execução fiscal, ainda que proposta na Justiça Estadual antes do advento da Lei 13.043/14. (TRF4 5040855-49.2021.4.04.0000, PRIMEIRA SEÇÃO, Relatora LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH,* ***juntado aos autos em 17/11/2021).*** *[grifei]*

Portanto, não há mais falar em competência da Justiça Estadual, no exercício da competência delegada, para julgar execuções fiscais relacionadas a entes federais.

Não se desconhece que há divergência jurisprudencial, mas, na linha dos mais recentes julgamentos proferidos pela Primeira Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a competência para processamento e julgamento das execuções fiscais envolvendo os entes federais é da Justiça Federal, independente da data de ajuizamento do feito.

Para arrematar, o art. 45 do Código de Processo Civil disciplina que:

> *Art. 45. Tramitando o processo perante outro juízo,* ***os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente****, exceto as ações:*
>
> *I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho;*
>
> *II - sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.*
>
> *[...] [grifei]*

Importante salientar que, por ora, ficam mantidos os atos constritivos porventura realizados nos presentes autos, a teor do que dispõe o art. 64, §§1º e 4º, do Código de Processo Civil:

> *Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.*
>
> *§ 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.*
>
> *[...]*
>
> *§ 4º* ***Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.*** *[grifei]*

Por fim, de acordo com a Resolução 76 do TRF4, de 05 de setembro de 2018, a competência para processar e julgar as execuções fiscais dos autores domiciliados no município de Rio Negrinho é da Unidade Avançada da Justiça Federal, de São Bento do Sul-SC, instituída a partir de 19/09/2018:

> *[...]*
> *CONSIDERANDO os potenciais efeitos positivos sobre a ampliação da interiorização jurisdicional, abrangendo melhor atendimento aos processos de jurisdição delegada, resolve:*

Art. 1º Instituir, a partir de 19/09/2018, a Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal em São Bento do Sul/SC.
Art. 2º ***Compete à Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal em São Bento do Sul processar e julgar*** *as causas previdenciárias, inclusive do juizado especial previdenciário, dos autores e réus domiciliados nos municípios de Rio Negrinho e São Bento do Sul,* ***assim como as execuções fiscais,*** *nos termos da Resolução nº 155, de 11/12/2014.*

§ 1º ***Os processos da unidade avançada terão andamento*** *na Vara Federal da Subseção Judiciária de Mafra,* ***exceto as execuções fiscais, as quais terão andamento na 5ª Vara Federal de Joinville.***

[...] [grifei]

2. Diante do exposto, **remetam-se** os autos à Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal, de São Bento do Sul-SC.

3. Ficam mantidos os atos constritivos eventualmente realizados (art. 64, § 4º, CPC).

4. Havendo processos em apenso, providencie-se a remessa de todos eles, inclusive daqueles já sentenciados, suspensos e arquivados administrativamente, a fim de facilitar a compreensão do trâmite processual do conjunto dos autos envolvendo a mesma parte executada.

5. Intimem-se as partes, a parte executada por meio de advogado (caso habilitado nos autos).

Cumpra-se com urgência.

Documento eletrônico assinado por **RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310021859957v2** e do código CRC **6c68f629**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO
Data e Hora: 25/11/2021, às 16:8:55

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 99

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO___URGENTE

Data:
25/11/2021 16:08:56

Usuário:
RUBENS.NETO - RUBENS RIBEIRO DA SILVA NETO - MAGISTRADO

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
99

Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
07/12/2021 00:00:00

Data Final:
14/12/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
MÔNICA FRANKE DA SILVA

Suspensões e Feriados:
Dia da Justiça: 08/12/2021

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 100

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__99
Data:
05/12/2021 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
100

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 101

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO
Data:
07/12/2021 17:44:01
Usuário:
PATRICIAMALISKI - PATRICIA CHRISTINE MALISKI - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
101

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

CERTIDÃO

Certifico que alterei o localizador dos autos em epígrafe para melhor organização dos processos com determinação de remessa à Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal, de São Bento do Sul-SC.

Documento eletrônico assinado por **PATRICIA CHRISTINE MALISKI**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310022341648v1** e do código CRC **9586cef7**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): PATRICIA CHRISTINE MALISKI
Data e Hora: 7/12/2021, às 17:44:1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 102

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__99
Data:
13/12/2021 13:56:11
Usuário:
PFN06212667950 - MATHEUS GUSTAVO SEGATTI WOLFF - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
102

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 103

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
07/02/2022 13:15:53
Usuário:
PATRICIAMALISKI - PATRICIA CHRISTINE MALISKI - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
103

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

OFÍCIO Nº 310023242412

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal, de São Bento do Sul-SC.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho, encaminho os presentes autos em razão da decisão que declinou da competência.

Informo, ainda, queos autos tramitaram exclusivamente por meio eletrônico e que a consulta do inteiro teor poderá ser feita através do Portal do TJSC, na internet, no endereço **www.tjsc.jus.br**, menu "Consulta Processual", opção "Consulta aos processos no Eproc", informando o número do processo 00002471620138240055 e a chave para consulta nº **537036296320**.

Respeitosamente,

Documento eletrônico assinado por **PATRICIA CHRISTINE MALISKI**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310023242412v2** e do código CRC **4e1cb285**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): PATRICIA CHRISTINE MALISKI
Data e Hora: 7/2/2022, às 13:15:53

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 104

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
22/02/2022 16:57:21
Usuário:
VANUSAKUPICKI - VANUSA KATRIELI KUPICKI - ESTAGIÁRIO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
104

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

22/02/2022 16:57:21

De: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br
Para: scsbsua01@jfsc.jus.br
Assunto: SC - 2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho - Processo 0000173-50.1999.8.24.0055

Prezados Senhores,

Encaminhamos os presentes autos para distribuição em razão de decisão que declinou a competência.

Respeitosamente,

Vanusa Katrieli Kupicki
Matr. 61.192

[Email enviado pelo sistema eprocSC da Justiça Estadual]

Anexos

Evento 98-DESPADEC1.pdf
Evento 103-OFIC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 105

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___DECLINADA_COMPETENCIA____AGUARDANDO_DISTRIBUICAO_

Data:
20/06/2022 15:09:11

Usuário:
ER4693 - EVERSON RASCHKE - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
105

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 106

Evento:

BAIXA_DEFINITIVA___DECLINADA_COMPETENCIA___PROCESSO_DISTRIBUIDO__LOCALIDADE_DE_

Data:
21/06/2022 10:54:00

Usuário:
SECDC - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
106

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 107

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
10/08/2022 16:11:35
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇ
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
107



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

ATO ORDINATÓRIO

Certifico que o presente feito já baixado foi ntegralmente digitalizado, sendo que as peças físicas encontram-se arquivadas. Ficam as partes intimadas, nos termos do art. 34-B, da Resolução n. 3/2013 GP/CGJ, para querendo, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias:

I- alegar eventual adulteração ocorrida antes ou durante o processo de digitalização, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006; e/ou
II- solicitar o desentranhamento dos documentos originais que juntou aos autos físicos.

Cientes as partes de que decorrido o prazo supra sem manifestação, ou efetuada a entrega dos documentos requeridos, os autos físicos serão eliminados pela unidade judiciária na qual tramitou o feito, conforme critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental, resguardado o sigilo das informações.

Documento eletrônico assinado por **REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO, Técnico Judiciário** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310031690435v2** e do código CRC **745d5812**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO
Data e Hora: 10/8/2022, às 16:11:35

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 108

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
10/08/2022 16:11:35
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANC
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
108
Executado:
MULLER IMOBILIARIA LTDA
Prazo:
45 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
12/08/2022 00:00:00
Data Final:
17/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
FÁBIO JOSÉ AUGUSTIN, CARLOS EDUARDO PALMEIRA DE SOUZA
Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2022
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 109

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
10/08/2022 16:11:35
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇ
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
109
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
45 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/08/2022 00:00:00
Data Final:
26/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MÔNICA FRANKE DA SILVA
Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2022
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 110

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__108
Data:
11/08/2022 09:39:58
Usuário:
SC021011 - CARLOS EDUARDO PALMEIRA DE SOUZA - ADVOGADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
110

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 111

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__109
Data:
20/08/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
111

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 112

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__109
Data:
17/10/2022 08:34:47
Usuário:
TRIAGEM-DIAFI-UED4 - MARIO EMERSON PEREIRA DE MIRANDA YANASE - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
112

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A)

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** pelo procurador que esta subscreve, manifesta-se nos termos expostos adiante.

Em 21 de junho de 2022, o **Superior Tribunal de Justiça**, nos autos do **Conflito de Competência nº 188.314/SC**, por meio da Primeira Seção, admitiu **Incidente de Assunção de Competência – IAC** para delimitação de tese acerca da "discussão sobre a subsistência do art. 75 da Lei 13.043/2014, em face da atual redação do art. 109, § 3º, da CF/88 (alterado pela EC 103/2019), atrelada à necessidade de se solucionar divergência existente entre os Tribunais Regionais Federais, no que concerne ao dispositivo legal referido" e **determinou, em caráter liminar, seja observado o disposto no art. 75 da Lei 13.043/2014, de modo a obstar a redistribuição de processos pela Justiça Estadual (no exercício da jurisdição federal delegada) para a Justiça Federal, conforme proposta do Ministro Relator**.

Diante do posicionamento da Corte Superior, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região exarou decisão, nos autos administrativos do expediente SEI nº 0000324-28.2022.4.04.8000 (cuja cópia segue anexa), com o seguinte teor: "determino que a área técnica deste tribunal adote as medidas necessárias ao imediato bloqueio de recebimento dos processos de execuções fiscal e respectivos apensos que que forem encaminhados pelo meio virtual pela Justiça Estadual de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em virtude da Lei nº 13.043/14".

Como se vê, à luz do que determinou o Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Conflito de Competência nº 188.314/SC, deve-se aplicar o artigo 75 da Lei 13.043/2014 enquanto estiver pendente a questão acerca de sua subsistência à luz da atual redação do art. 109, § 3º, da CF/88 (alterado pela EC 103/2019).

Rua Frei Edgar, nº 138, salas 102/103, Centro, CEP 89.600-000, tel. (49) 3527-2700

Ante o exposto, **requer** a exequente seja **determinando o regular prosseguimento da execução perante a Justiça Estadual até o deslinde, pelo Superior Tribunal de Justiça, da questão acerca da cessação ou subsistência da competência de delegada**.

Joaçaba/SC, data do evento.

MÁRIO EMERSON PEREIRA DE MIRANDA YANASE

Procurador da Fazenda Nacional

Rua Frei Edgar, nº 138, salas 102/103, Centro, CEP 89.600-000, tel. (49) 3527-2700

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 113

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__108
Data:
18/10/2022 01:06:26
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
113

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 114

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO
Data:
19/10/2022 14:54:40
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇ
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
114

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

CERTIDÃO

CERTIFICO que decorreu o prazo sem que as partes: a) alegassem eventual adulteração ocorrida antes ou durante o processo de digitalização, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006; e/ou b) solicitassem o desentranhamento dos documentos originais que juntaram aos autos físicos. Assim, encaminho os autos para a Secretaria do Foro, a fim de que proceda a devida eliminação, respeitados critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental, resguardados o sigilo das informações, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n.º 6 de 20 de agosto de 2018.

Documento eletrônico assinado por **REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO, Técnico Judiciário** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310034855549v1** e do código CRC **5dd738f6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO
Data e Hora: 19/10/2022, às 14:54:40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 115

Evento:
BAIXA_DEFINITIVA
Data:
19/10/2022 14:57:10
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇ
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
115

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 116

Evento:
PROCESSO_REATIVADO___CANCELAMENTO_DE_BAIXA
Data:
19/08/2024 17:33:25
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇ
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
116

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 117

Evento:
JUNTADO_A_
Data:
19/08/2024 17:34:54
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇ
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
117

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
ATO ORDINATÓRIO

Evento:
ATO ORDINATÓRIO PRATICADO

Data:
29/06/2022 18:01:52

Usuário:
PAE91 - MARIA LUISA COELHO PAES VAN WELL

Processo:
5000941-06.2022.4.04.7222

Sequência Evento:
107

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
2ª UAA de São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230, prédio da Univille - Bairro: Bairro Colonial - CEP: 89288-385 - Fone: (47) 3634-4580 - Email: scsbsua01@jfsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5000941-06.2022.4.04.7222/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MOVEIS MULLER LTDA

ATO ORDINATÓRIO

Por ordem do Exmo. Juiz(a) Federal e nos termos do art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil c/c a Consolidação Normativa do TRF/4ª Região, considerando a solicitação pela Procuradoria da Fazenda Nacional à Corregedoria-Regional da 4ª Região, via OFÍCIO SEI nº 69693/2022/ME, de 11/03/2022 (Documento 5988324 do Processo SEI 0001528-10.2022.4.04.8000, do TRF da 4ª Região), da possibilidade da adoção das seguintes medidas quanto aos processos redistribuídos da Justiça Estadual por declinação da competência em razão da Emenda Constitucional 103/2019 (TRF4, CC 5040879-77.2021.4.04.0000, Primeira Seção, Relatora Luciane Amaral Corrêa Münch, juntado aos autos em 03/12/2021), a secretaria da 5ª Vara Federal de Joinville:

a) Suspende o feito, pelo prazo de 180 dias;

b) Findo esse prazo, se não houver manifestação nos autos, o credor será intimado para prosseguimento, com prazo de 180 dias, especialmente para que informe:

i) ocorrência de prescrição intercorrente, nos moldes da jurisprudência consolidada do STJ e/ou causa interruptiva da prescrição, nos termos do art. 40, § 4º, da LEF;

ii) parcelamento administrativo do crédito cobrado nesta execução;

iii) extinção do processo pela satisfação da obrigação, inclusive em relação a eventuais processos apensados;

iv) possibilidade de reunião de processos contra o mesmo devedor, forte no art. 28, parágrafo único, da LEF; e

v) no caso de extinção, deverá informar eventuais constrições (arresto/penhora) ou restrições (CNIB, Serasa, etc) que precisem ser desfeitas.

Documento eletrônico assinado por **MARIA LUISA COELHO PAES VAN WELL, Servidora de Secretaria** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador **720008794304v1** e do código CRC **95130ebb**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MARIA LUISA COELHO PAES VAN WELL
Data e Hora: 29/6/2022, às 18:1:52

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DECLARADA INCOMPETÊNCIA

Data:
25/02/2024 22:31:34

Usuário:
DPA21 - DANIELLE PERINI ARTIFON

Processo:
5000941-06.2022.4.04.7222

Sequência Evento:
112

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Santa Catarina
2ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (PRCTB16)

Rua Anita Garibaldi, 888, 3º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1712 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb16@jfpr.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5000941-06.2022.4.04.7222/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MOVEIS MULLER LTDA

DESPACHO/DECISÃO

1. Trata-se de declinação de competência de processo que tramitava perante a Justiça Estadual pela competência delegada, com fundamento no artigo 109, § 3º, da CF/88, com a redação dada pela EC nº 103/2019.

Em 16/08/2022, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça publicou o inteiro teor do acórdão que afetou o Incidente de Assunção de Competência no Conflito de Competência nº 188314/SC à sistemática dos recursos repetitivos, determinando liminarmente a observância da regra inserta no artigo 75 da Lei nº 13.043/2014, obstando que a Justiça Estadual promova a redistribuição de processos ajuizados antes da vigência daquela lei e determinando a restituição de todos os casos já redistribuídos:

> "*4) Determino, em caráter liminar, seja observado o disposto no art. 75 da Lei 13.043/2014, de modo que fica obstada a redistribuição de processos pela Justiça Estadual (no exercício da jurisdição federal delegada) para a Justiça Federal, sem prejuízo do prosseguimento das respectivas execuções fiscais; consequentemente,* ***fica designado o juízo estadual (no presente caso e nos análogos) para praticar os atos do processo, inclusive para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes****, até o julgamento definitivo do presente Incidente de Assunção de Competência no Conflito de Competência.*
> *5)* ***Determino sejam devolvidos ao juízo estadual os casos já redistribuídos, independentemente da instauração de conflito de competência****, a fim de que sejam processados na forma do item anterior;*" (grifei)

2. Diante disso, determino a restituição dos autos de Execução Fiscal ao Juízo Estadual de origem.

Esta decisão servirá como ofício, que deverá ser instruído com cópia integral de todos os atos aqui praticados desde o recebimento dos autos.

3. Intime-se e, após, dê-se baixa a estes autos eletrônicos.

Documento eletrônico assinado por **DANIELLE PERINI ARTIFON, Juíza Federal** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador **720010763998v1** e do código CRC **f10fbec3**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DANIELLE PERINI ARTIFON
Data e Hora: 25/2/2024, às 22:31:33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
PARECER/CÁLCULO DO CONTADOR JUDICIAL

Evento:
COMUNICAÇÕES

Data:
26/02/2024 09:59:18

Usuário:
03566231000155 - UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Processo:
5000941-06.2022.4.04.7222

Sequência Evento:
114

26/02/24 09:59:17

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 4ª Região

PROCESSOS NÃO CONSULTADOS

As seguintes execuções fiscais não tiveram suas inscrições localizadas a partir das informações registradas no e-Proc.Verifique se os dados cadastrados estão corretos.

50009410620224047222: Nenhuma inscrição encontrada na consulta ao E-proc.

Enc: JFSC - 2ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (PRCTB16) - Processo 5000941-06.2022.4.04.7222

Rio Negrinho - 2a. Vara <rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br>

Seg, 19/08/2024 15:04

Para:Rio Negrinho - Distribuição <rionegrinho.distribuicao@tjsc.jus.br>

2 anexos (414 KB)

anexoEmailEproc_1724003789-Evento 112-DESPADEC1.pdf;
anexoEmailEprocExternof15b3452a6c5ed698f9a5f5a1c3a8c06_00001735019998240055.pdf;

De: prctb16@jfpr.jus.br <prctb16@jfpr.jus.br>
Enviado: domingo, 18 de agosto de 2024 14:56
Para: Rio Negrinho - 2a. Vara
Assunto: JFSC - 2ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (PRCTB16) - Processo 5000941-06.2022.4.04.7222

ATENÇÃO !!! Esta mensagem tem origem fora do ambiente protegido do Poder Judiciário de Santa Catarina. Para a sua segurança e da rede interna, sempre desconfie dos e-mails recebidos. Somente clique em links e abra anexos se tiver certeza do conteúdo. Recebeu algo suspeito? Encaminhe diretamente para o e-mail phishing@tjsc.jus.br.
=
Boa tarde.

Por orientação deste Juízo, segue restituição de Execução Fiscal com cópia dos atos praticados neste Juízo Federal (2ªUnidade de Apoio em Execução Fiscal-PRCTB16). EF nº 00001735019998240055

Atenciosamente,
16 Vara Federal de Curitiba/PR

[Email enviado pelo sistema eprocSC da Justiça Federal da 4ª Região]

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 118

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
19/08/2024 17:37:40
Usuário:
REGINALDO.TOLENTINO - REGINALDO DA CRUZ TOLENTINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇ
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
118

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 119

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
19/08/2024 17:40:49
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
119

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Revogo a decisão que declinou da competência à Justiça Federal, uma vez que, nos autos do IAC 188.314 - SC, o Superior Tribunal de Justiça afetou a questão e, ainda, determinou que os processos da Justiça Estadual não sejam redistribuídos à Justiça Federal:

> *A PRIMEIRA SEÇÃO, por unanimidade, admitiu o Incidente de Assunção de Competência (art. 947, § 4º, do CPC/2015 e arts. 271-B ao 271-G, do RISTJ) para delimitação da seguinte tese controvertida: "Discussão sobre a subsistência do art. 75 da Lei 13.043/2014, em face da atual redação do art. 109, § 3º, da CF/88 (alterado pela EC 103/2019), atrelada à necessidade de se solucionar divergência existente entre os Tribunais Regionais Federais, no que concerne ao dispositivo legal referido." e determinou, em caráter liminar, seja observado o disposto no art. 75 da Lei 13.043/2014, de modo a obstar a redistribuição de processos pela Justiça Estadual (no exercício da jurisdição federal delegada) para a Justiça Federal, conforme proposta do Sr. Ministro Relator.*

Assim, intime-se as partes para se manifestarem acerca do prosseguimento do feito.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO CLIMACO JOSE, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310063879749v2** e do código CRC **928c70c6**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO CLIMACO JOSE
Data e Hora: 19/8/2024, às 17:40:49

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 120

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
19/08/2024 17:40:52
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
120
Executado:
MULLER IMOBILIARIA LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
30/08/2024 00:00:00
Data Final:
05/09/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
FÁBIO JOSÉ AUGUSTIN, CARLOS EDUARDO PALMEIRA DE SOUZA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 121

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
19/08/2024 17:40:54
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
121
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
22/08/2024 00:00:00
Data Final:
28/08/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
MÔNICA FRANKE DA SILVA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 122

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__121
Data:
21/08/2024 11:03:53
Usuário:
P1558501 - ANDRE GARCIA BARBOSA - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
122

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 123

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__121
Data:
21/08/2024 11:03:53
Usuário:
P1558501 - ANDRE GARCIA BARBOSA - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
123

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Divisão de Assuntos Fiscais no estado de Santa Catarina – DIAFI / SC

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). JUIZ(A) DA 2ª VARA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO -SC

Execução fiscal n. 0000173-50.1999.8.24.0055
Exequente: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
Executado: MULLER IMOBILIÁRIA LTDA.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), já qualificada nos presentes autos, por seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, atenta ao ato despacho (evento 119), expor e requerer o que segue.

De partida, cumpre esclarecer que as inscrições em Dívida Ativa 55.644.166-4, 55.743.377-0 e 55.744.066-1 estão plenamente exigíveis e perfectibilizam a importância atulizada de R$ 1.904.192,20 (anexo).

Ademais, consulta ao banco de dados da Receita Federal do Brasil informa que o CNPJ do executado está ativo e com situação cadastral atualizada até 11/2023.

Feitos estes esclarecimentos, forçoso retornar à presente execução. Até o momento, verifica-se que as petições contidas nos eventos 96 (pet4 e pet1) não foram apreciadas.

Isto posto, a União – Fazenda Nacional requer a Vossa Excelência que se digne a proceder com o processamento do SISBAJUD em face do executado (modalidade teimosinha) e, concomitantemente, designar hasta pública dos imóveis penhorados nestes autos, matrículas n. 1.753 e 1.052.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Divisão de Assuntos Fiscais no estado de Santa Catarina – DIAFI / SC

Termos em que pede deferimento,

Data informada pelo sistema.

ANDRÉ GARCIA BARBOSA

Procurador da Fazenda Nacional

DIAFI - SC

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
82.768.409/0001-17 **MATRIZ**		**19/10/1972**

NOME EMPRESARIAL **MULLER IMOBILIARIA LTDA**			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ********			PORTE **ME**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL **68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios**			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS **68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios**			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA **206-2 - Sociedade Empresária Limitada**			
LOGRADOURO **R PREFEITO HUGO FISCHER**	NÚMERO **465**	COMPLEMENTO **SALA 1**	
CEP **89.295-000**	BAIRRO/DISTRITO **BELA VISTA**	MUNICÍPIO **RIO NEGRINHO**	UF **SC**
ENDEREÇO ELETRÔNICO **essencialcontabil@brturbo.com.br**	TELEFONE **(47) 3203-5400**		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL **ATIVA**	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL **03/11/2005**		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ********	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/08/2024** às **10:26:57** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Localizado

Debcads Localizados: 3

Debcads Selecionados: 3

Parâmetro de Localização: 82768409000117

Seções Selecionadas: Dados Gerais, Devedores, Débitos, Pagamentos, Histórico, Atualizações, Valores, Agrupamentos, Fundamentação Legal

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Debcad 1 / 3

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	MULLER IMOBILIARIA LTDA
CPF/CNPJ:	82.768.409/0001-17
Debcad:	556441664
Situação:	PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA - 560
Procuradoria Responsável:	SANTA CATARINA
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 20028000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - MAFRA (SC)
Data Inscrição:	18/11/1998
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	27/06/1996
Período da Dívida:	13/1994 a 07/1995
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 44.215,37
Valor Total:	R$ 229.449,41
Nº Judicial:	
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	
Juízo:	0

DEVEDOR

Nome	CPF/CNPJ	Endereço	Tipo Devedor	Responsabilidade
MULLER IMOBILIARIA LTDA	82.768.409/0001-17	RUA PREFEITO HUGO FISCHER 465 SALA 1 BELA VISTA 89295000 RIO NEGRINHO SC	Principal	

Não existem Codevedores para este Debcad.

DÉBITOS

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 13/1994
Processo de Origem: 323638228
Levantamento: 1
Código do FPAS: 7520
Descrição do FPAS: GERAL - DECIMO TERCEIRO SALARIO (ATE 12/96)
Valor do Débito: R$ 5.832,77
Saldo Devedor: R$ 0,00
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	13/1994	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 5.832,77	R$ 0,00	BAIXA POR APROPRIACAO DE PAGAMENTO TOTAL

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 01/1995
Processo de Origem: 323638210
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 2.361,72
Saldo Devedor: R$ 0,00
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	01/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 2.361,72	R$ 0,00	BAIXA POR APROPRIACAO DE PAGAMENTO TOTAL

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 02/1995
Processo de Origem: 323638210
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 2.444,87
Saldo Devedor: R$ 0,00
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	02/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 2.444,87	R$ 0,00	BAIXA POR APROPRIACAO DE PAGAMENTO TOTAL

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 03/1995
Processo de Origem: 323638210
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 10.611,38
Saldo Devedor: R$ 6.081,80
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	03/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 10.611,38	R$ 6.081,80	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 04/1995
Processo de Origem: 323638210
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 9.178,29
Saldo Devedor: R$ 9.178,29
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	04/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.178,29	R$ 9.178,29	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 05/1995
Processo de Origem: 323638210
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 8.935,90
Saldo Devedor: R$ 8.935,90
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	05/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 8.935,90	R$ 8.935,90	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 06/1995
Processo de Origem: 323638210
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 9.392,47

Saldo Devedor: R$ 9.392,47
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	06/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.392,47	R$ 9.392,47	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 07/1995
Processo de Origem: 323638210
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 10.626,91
Saldo Devedor: R$ 10.626,91
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	07/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 10.626,91	R$ 10.626,91	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

PAGAMENTOS

Data de Arrecadação	Valor Apropriado	Referência	Data de Apropriação	FPAS	Nºdo Pagamento	Tipo de Crédito	Remessa
10/10/2014	R$ 16.691,91	Pagamento de Parcelamento	23/11/2014		605828555	ESP - LEI 11941/2009 - PGFN - ART 3o.	990.88888888.2014.6884

HISTÓRICO

Código Fase	Data Fase	Data Informação	Hora Informação	Função	Observação
560	30/06/1999	19/08/2016	16:32:34	COBBATWEB058	NAO INCLU. EM PARC ESP L.12996/14
760	23/08/2014	12/06/2016	00:51:44	COBBATWEB057	INDICADO P/INCLUSÃO PARC.LEI12996/2014 - [15001]
792	05/12/2014	05/12/2014	17:53:02	COBBATGEN11	

Código Fase	Data Fase	Data Informação	Hora Informação	Função	Observação
				1	
775	24/11/2009	04/07/2011	06:57:36	COBDEVINC039	CREDITO SELECIONAVEL P/ PARCELAMENTO LEI 11941/2009
782	30/09/2010	08/10/2010	09:38:11	AFASECRED	CONFORME DESPACHO DE FLS.18
792	07/01/2009	07/01/2009	22:09:16	COBCBCBPA236	
770	27/04/2000	27/04/2001	11:25:16	COBBATGEN003	CARGA INICIAL DO PARCELAMENTO ESPECIAL DO REFIS
560	30/06/1999	01/07/1999	00:13:30	AFASE/OLD	
535	23/02/1999	24/03/1999	00:13:45	AFASE/OLD	
520	18/11/1998	18/11/1998	00:12:55	ADEBINS/OLD	
518	09/10/1998	09/10/1998	00:00:19	DAPBDP510	
418	07/10/1998	07/10/1998	00:11:18	NAOIDENTIFICADO	
525	27/06/1996	04/04/1997	00:19:37	NAOIDENTIFICADO	

VALORES

Valor Principal:	R$ 44.215,37
Multa de Mora:	R$ 8.843,07
Multa de Ofício:	R$ 0,00
Multa Isolada:	R$ 0,00
Juros de Mora:	R$ 176.390,97
Encargo Legal:	R$ 0,00
Honorários:	R$ 0,00
Valor Total:	R$ 229.449,41
Data de Atualização:	01/08/2024

AJUIZAMENTO

Debcad não possui Ajuizamento.

ATUALIZAÇÕES

Data	Hora	Função	Matrícula	Observação
14/04/2022	21:33:57	DIVBATJUD012		TRAMITACAO POS ATUALIZACAO ABRANGENCIA
19/08/2016	16:32:34	COBBATWEB058		NAO INCLU. EM PARC ESP L.12996/14
12/06/2016	00:51:44	COBBATWEB057		INDICADO P/INCLUSÃO PARC.LEI12996/2014 - [15001]
12/12/2014	23:37:24	DIVCDI013		Gravado no arquivo p/ emissao Notificacao/ CADIN

Data	Hora	Função	Matrícula	Observação
12/12/2014	21:35:52	DIVCDI012		Marca para emissao de notificacao CADIN
05/12/2014	17:53:02	COBBATGEN111		
02/01/2012	16:50:56	PDAPCBD9607		RFB PGFN 0127/2011 Tramitacao de Credito
25/08/2011	05:38:18	PDAPCBD9607		RFB PGFN 0067-2011 Tramitacao de Credito
13/08/2011	06:55:02	COBDEVINC040		
04/07/2011	06:57:36	COBDEVINC039		BLOQUEIO LEI 11941/09
08/10/2010	09:38:11	AFASECRED	0911692	Fase Informada:0782-CONFORME DESPACHO DE FLS.18
07/01/2009	22:09:16	COBCBCBPA236		
01/04/2008	13:30:32	DIVBATATL100		RFB/COTEC 240/2008-TRAMITACAO CREDITO PFG P/ PGFN
03/06/2004	22:14:04	PDAPCBD9606		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
02/06/2004	17:13:44	PDAPCBD9606		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
16/01/2004	13:42:36	PDAPCBD9609		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
05/08/2003	19:09:54	PDAPCBD9609		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
27/04/2001	11:25:16	COBBATGEN003		CARGA INICIAL DO PARCELAMENTO ESPECIAL DO REFIS
01/07/1999	13:30:57	AFASE/OLD		
24/03/1999	13:45:36	AFASE/OLD		
23/03/1999	14:56:00	ADEB/OLD		
18/11/1998	12:55:38	ADEBINS/OLD		
07/10/1998	11:20:05	ADEB/OLD		
07/10/1998	00:00:00	ARESPAR35/ ATARE		
27/06/1996	00:00:00	ACONPAR/OLD		

Debcad 2 / 3

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	MULLER IMOBILIARIA LTDA
CPF/CNPJ:	82.768.409/0001-17
Debcad:	557433770
Situação:	PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA - 560
Procuradoria Responsável:	SANTA CATARINA
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 20028000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - MAFRA (SC)
Data Inscrição:	18/11/1998
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	22/01/1998
Período da Dívida:	08/1995 a 03/1997
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 233.163,24
Valor Total:	R$ 1.132.758,48
Nº Judicial:	
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	
Juízo:	0

DEVEDOR

Nome	CPF/CNPJ	Endereço	Tipo Devedor	Responsabilidade
MULLER IMOBILIARIA LTDA	82.768.409/0001-17	RUA PREFEITO HUGO FISCHER 465 SALA 1 BELA VISTA 89295000 RIO NEGRINHO SC	Principal	

Não existem Codevedores para este Debcad.

DÉBITOS

Dados do Débito

Estabelecimento:	82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:	
Data da Competência:	08/1995
Processo de Origem:	325602328
Levantamento:	1

Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 11.008,13
Saldo Devedor: R$ 9.034,99
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	08/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 11.008,13	R$ 9.034,99	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 09/1995
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 11.638,04
Saldo Devedor: R$ 11.638,04
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	09/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 11.638,04	R$ 11.638,04	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 10/1995
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 10.001,93
Saldo Devedor: R$ 10.001,93
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	10/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 10.001,93	R$ 10.001,93	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 11/1995
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 9.928,44
Saldo Devedor: R$ 9.928,44
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	11/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.928,44	R$ 9.928,44	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 12/1995
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 9.933,05
Saldo Devedor: R$ 9.933,05
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	12/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.933,05	R$ 9.933,05	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17

Natureza do Débito:
Data da Competência: 13/1995
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 7.935,77
Saldo Devedor: R$ 7.935,77
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	13/1995	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 7.935,77	R$ 7.935,77	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 01/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 8.142,37
Saldo Devedor: R$ 8.142,37
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	01/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 8.142,37	R$ 8.142,37	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 02/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 7.775,85
Saldo Devedor: R$ 7.775,85

Taxa da Multa: %

Fundamentação Legal:

Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	02/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 7.775,85	R$ 7.775,85	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17

Natureza do Débito:

Data da Competência: 03/1996

Processo de Origem: 325602328

Levantamento: 1

Código do FPAS: 5070

Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL

Valor do Débito: R$ 9.091,75

Saldo Devedor: R$ 9.091,75

Taxa da Multa: %

Fundamentação Legal:

Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	03/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.091,75	R$ 9.091,75	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17

Natureza do Débito:

Data da Competência: 04/1996

Processo de Origem: 325602328

Levantamento: 1

Código do FPAS: 5070

Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL

Valor do Débito: R$ 11.000,42

Saldo Devedor: R$ 11.000,42

Taxa da Multa: %

Fundamentação Legal:

Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	04/1996	RUBRICAS	R$ 11.000,42	R$ 11.000,42	ATIVO - INCLUSAO EM

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
		AGREGADAS			PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 05/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 11.981,83
Saldo Devedor: R$ 11.981,83
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	05/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 11.981,83	R$ 11.981,83	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 06/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 11.645,14
Saldo Devedor: R$ 11.645,14
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	06/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 11.645,14	R$ 11.645,14	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 07/1996

Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 12.899,09
Saldo Devedor: R$ 12.899,09
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	07/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 12.899,09	R$ 12.899,09	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 08/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 14.477,33
Saldo Devedor: R$ 14.477,33
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	08/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 14.477,33	R$ 14.477,33	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 09/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 13.768,43
Saldo Devedor: R$ 13.768,43
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:

Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	09/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 13.768,43	R$ 13.768,43	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 10/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 12.589,08
Saldo Devedor: R$ 12.589,08
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	10/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 12.589,08	R$ 12.589,08	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 11/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 9.755,49
Saldo Devedor: R$ 9.755,49
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	11/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.755,49	R$ 9.755,49	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 12/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 9.755,59
Saldo Devedor: R$ 9.755,59
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	12/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.755,59	R$ 9.755,59	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 13/1996
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 8.147,55
Saldo Devedor: R$ 8.147,55
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	13/1996	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 8.147,55	R$ 8.147,55	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 01/1997
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL

Valor do Débito: R$ 9.597,91
Saldo Devedor: R$ 9.597,91
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	01/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.597,91	R$ 9.597,91	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 02/1997
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 11.035,64
Saldo Devedor: R$ 11.035,64
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	02/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 11.035,64	R$ 11.035,64	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 03/1997
Processo de Origem: 325602328
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 13.027,55
Saldo Devedor: R$ 13.027,55
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	03/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 13.027,55	R$ 13.027,55	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

PAGAMENTOS

Debcad não possui Pagamentos.

HISTÓRICO

Código Fase	Data Fase	Data Informação	Hora Informação	Função	Observação
560	30/06/1999	19/08/2016	16:32:38	COBBATWEB058	NAO INCLU. EM PARC ESP L.12996/14
760	23/08/2014	12/06/2016	00:51:44	COBBATWEB057	INDICADO P/INCLUSÃO PARC.LEI12996/2014 - [15001]
792	05/12/2014	05/12/2014	17:53:02	COBBATGEN111	
775	24/11/2009	04/07/2011	06:57:37	COBDEVINC039	CREDITO SELECIONAVEL P/ PARCELAMENTO LEI 11941/2009
782	30/09/2010	08/10/2010	09:38:11	AFASECRED	CONFORME DESPACHO DE FLS.18
792	07/01/2009	07/01/2009	22:09:16	COBCBCBPA236	
770	27/04/2000	27/04/2001	11:25:16	COBBATGEN003	CARGA INICIAL DO PARCELAMENTO ESPECIAL DO REFIS
560	30/06/1999	01/07/1999	00:13:30	AFASE/OLD	
535	23/02/1999	24/03/1999	00:13:45	AFASE/OLD	
520	18/11/1998	18/11/1998	00:12:55	ADEBINS/OLD	
518	09/10/1998	09/10/1998	00:00:19	DAPBDP510	
418	07/10/1998	07/10/1998	00:11:16	NAOIDENTIFICADO	
525	22/01/1998	22/01/1998	00:11:53	NAOIDENTIFICADO	

VALORES

Valor Principal:	R$ 233.163,24
Multa de Mora:	R$ 46.632,67
Multa de Ofício:	R$ 0,00
Multa Isolada:	R$ 0,00
Juros de Mora:	R$ 852.962,57
Encargo Legal:	R$ 0,00
Honorários:	R$ 0,00
Valor Total:	R$ 1.132.758,48
Data de Atualização:	01/08/2024

AJUIZAMENTO

Debcad não possui Ajuizamento.

ATUALIZAÇÕES

Data	Hora	Função	Matrícula	Observação
14/04/2022	21:33:57	DIVBATJUD012		TRAMITACAO POS ATUALIZACAO ABRANGENCIA
19/08/2016	16:32:38	COBBATWEB058		NAO INCLU. EM PARC ESP L.12996/14
12/06/2016	00:51:44	COBBATWEB057		INDICADO P/INCLUSÃO PARC.LEI12996/2014 - [15001]
12/12/2014	23:36:19	DIVCDI013		Gravado no arquivo p/ emissao Notificacao/ CADIN
12/12/2014	21:24:54	DIVCDI012		Marca para emissao de notificacao CADIN
05/12/2014	17:53:02	COBBATGEN111		
02/01/2012	16:51:35	PDAPCBD9607		RFB PGFN 0127/2011 Tramitacao de Credito
25/08/2011	05:49:57	PDAPCBD9607		RFB PGFN 0067-2011 Tramitacao de Credito
13/08/2011	06:55:03	COBDEVINC040		
04/07/2011	06:57:37	COBDEVINC039		BLOQUEIO LEI 11941/09
08/10/2010	09:38:11	AFASECRED	0911692	Fase Informada:0782-CONFORME DESPACHO DE FLS.18
07/01/2009	22:09:16	COBCBCBPA236		
01/04/2008	13:17:35	DIVBATATL100		RFB/COTEC 240/2008-TRAMITACAO CREDITO PFG P/ PGFN
03/06/2004	22:25:27	PDAPCBD9606		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
02/06/2004	17:22:23	PDAPCBD9606		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
16/01/2004	13:54:33	PDAPCBD9609		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
05/08/2003	19:15:56	PDAPCBD9609		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
27/04/2001	11:25:16	COBBATGEN003		CARGA INICIAL DO PARCELAMENTO ESPECIAL DO REFIS
01/07/1999	13:30:57	AFASE/OLD		
24/03/1999	13:45:36	AFASE/OLD		
23/03/1999	14:56:34	ADEB/OLD		
18/11/1998	12:55:14	ADEBINS/OLD		
07/10/1998	00:00:00	ARESPAR35/ ATARE		
22/01/1998	11:53:47	ACONPAR/OLD		

Debcad 3 / 3

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	MULLER IMOBILIARIA LTDA
CPF/CNPJ:	82.768.409/0001-17
Debcad:	557440661
Situação:	PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA - 560
Procuradoria Responsável:	SANTA CATARINA
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 20028000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - MAFRA (SC)
Data Inscrição:	18/11/1998
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	26/01/1998
Período da Dívida:	04/1997 a 13/1997
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 117.754,57
Valor Total:	R$ 541.984,31
Nº Judicial:	
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	
Juízo:	0

DEVEDOR

Nome	CPF/CNPJ	Endereço	Tipo Devedor	Responsabilidade
MULLER IMOBILIARIA LTDA	82.768.409/0001-17	RUA PREFEITO HUGO FISCHER 465 SALA 1 BELA VISTA 89295000 RIO NEGRINHO SC	Principal	

Não existem Codevedores para este Debcad.

DÉBITOS

Dados do Débito

Estabelecimento:	82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:	
Data da Competência:	04/1997
Processo de Origem:	325602336
Levantamento:	1

Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 13.311,65
Saldo Devedor: R$ 10.166,37
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	04/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 13.311,65	R$ 10.166,37	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 05/1997
Processo de Origem: 325602336
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 15.364,85
Saldo Devedor: R$ 15.364,85
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	05/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 15.364,85	R$ 15.364,85	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 06/1997
Processo de Origem: 325602336
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 14.900,28
Saldo Devedor: R$ 14.900,28
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	06/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 14.900,28	R$ 14.900,28	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 07/1997
Processo de Origem: 325602336
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 14.382,74
Saldo Devedor: R$ 14.382,74
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	07/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 14.382,74	R$ 14.382,74	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 08/1997
Processo de Origem: 326359737
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 14.470,59
Saldo Devedor: R$ 14.470,59
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	08/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 14.470,59	R$ 14.470,59	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17

Natureza do Débito:
Data da Competência: 09/1997
Processo de Origem: 326359737
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 13.626,41
Saldo Devedor: R$ 13.626,41
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	09/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 13.626,41	R$ 13.626,41	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 10/1997
Processo de Origem: 326359737
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 13.077,49
Saldo Devedor: R$ 13.077,49
Taxa da Multa: %
Fundamentação Legal:
Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	10/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 13.077,49	R$ 13.077,49	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito
Estabelecimento: 82.768.409/0001-17
Natureza do Débito:
Data da Competência: 11/1997
Processo de Origem: 326359737
Levantamento: 1
Código do FPAS: 5070
Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL
Valor do Débito: R$ 12.589,26
Saldo Devedor: R$ 12.589,26

Taxa da Multa: %

Fundamentação Legal:

Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	11/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 12.589,26	R$ 12.589,26	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

Dados do Débito

Estabelecimento: 82.768.409/0001-17

Natureza do Débito:

Data da Competência: 13/1997

Processo de Origem: 326359737

Levantamento: 1

Código do FPAS: 5070

Descrição do FPAS: GERAL - INDUSTRIAS/TRANSPORTES/CONSTRUCAO CIVIL

Valor do Débito: R$ 9.176,58

Saldo Devedor: R$ 9.176,58

Taxa da Multa: %

Fundamentação Legal:

Fundamentação Legal de Multa de Mora:

Rubricas do Débito

Estabelecimento	Competência	Rubrica	Valor do Item	Saldo Devedor	Situação
82.768.409/0001-17	13/1997	RUBRICAS AGREGADAS	R$ 9.176,58	R$ 9.176,58	ATIVO - INCLUSAO EM PROCESSO

PAGAMENTOS

Debcad não possui Pagamentos.

HISTÓRICO

Código Fase	Data Fase	Data Informação	Hora Informação	Função	Observação
560	30/06/1999	19/08/2016	16:32:40	COBBATWEB058	NAO INCLU. EM PARC ESP L.12996/14
760	23/08/2014	12/06/2016	00:51:44	COBBATWEB057	INDICADO P/INCLUSÃO PARC.LEI12996/2014 - [15001]
792	05/12/2014	05/12/2014	17:53:02	COBBATGEN111	
775	24/11/2009	04/07/2011	06:57:38	COBDEVINC039	CREDITO SELECIONAVEL P/ PARCELAMENTO LEI 11941/2009
782	30/09/2010	08/10/2010	09:38:11	AFASECRED	CONFORME DESPACHO DE FLS.18

Código Fase	Data Fase	Data Informação	Hora Informação	Função	Observação
792	07/01/2009	07/01/2009	22:09:16	COBCBCBPA236	
770	27/04/2000	27/04/2001	11:25:16	COBBATGEN003	CARGA INICIAL DO PARCELAMENTO ESPECIAL DO REFIS
560	30/06/1999	01/07/1999	00:13:30	AFASE/OLD	
535	23/02/1999	24/03/1999	00:13:45	AFASE/OLD	
520	18/11/1998	18/11/1998	00:12:54	ADEBINS/OLD	
518	09/10/1998	09/10/1998	00:00:19	DAPBDP510	
418	07/10/1998	07/10/1998	00:11:14	NAOIDENTIFICADO	
525	26/01/1998	26/01/1998	00:09:58	NAOIDENTIFICADO	

VALORES

Valor Principal:	R$ 117.754,57
Multa de Mora:	R$ 23.550,92
Multa de Ofício:	R$ 0,00
Multa Isolada:	R$ 0,00
Juros de Mora:	R$ 400.678,82
Encargo Legal:	R$ 0,00
Honorários:	R$ 0,00
Valor Total:	R$ 541.984,31
Data de Atualização:	01/08/2024

AJUIZAMENTO

Debcad não possui Ajuizamento.

ATUALIZAÇÕES

Data	Hora	Função	Matrícula	Observação
14/04/2022	21:33:57	DIVBATJUD012		TRAMITACAO POS ATUALIZACAO ABRANGENCIA
19/08/2016	16:32:40	COBBATWEB058		NAO INCLU. EM PARC ESP L.12996/14
12/06/2016	00:51:44	COBBATWEB057		INDICADO P/INCLUSÃO PARC.LEI12996/2014 - [15001]
12/12/2014	23:37:25	DIVCDI013		Gravado no arquivo p/ emissao Notificacao/ CADIN
12/12/2014	21:36:05	DIVCDI012		Marca para emissao de notificacao CADIN
05/12/2014	17:53:02	COBBATGEN111		
02/01/2012	16:51:35	PDAPCBD9607		RFB PGFN 0127/2011 Tramitacao de Credito
25/08/2011	05:50:00	PDAPCBD9607		RFB PGFN 0067-2011 Tramitacao de Credito

Data	Hora	Função	Matrícula	Observação
13/08/2011	06:55:03	COBDEVINC040		
04/07/2011	06:57:38	COBDEVINC039		BLOQUEIO LEI 11941/09
08/10/2010	09:38:11	AFASECRED	0911692	Fase Informada:0782-CONFORME DESPACHO DE FLS.18
07/01/2009	22:09:16	COBCBCBPA236		
01/04/2008	13:30:46	DIVBATATL100		RFB/COTEC 240/2008-TRAMITACAO CREDITO PFG P/ PGFN
03/06/2004	22:25:31	PDAPCBD9606		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
02/06/2004	17:22:27	PDAPCBD9606		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
16/01/2004	13:54:37	PDAPCBD9609		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
05/08/2003	19:15:58	PDAPCBD9609		SINALIZACAO BOOLEAN CORRECAO
27/04/2001	11:25:16	COBBATGEN003		CARGA INICIAL DO PARCELAMENTO ESPECIAL DO REFIS
01/07/1999	13:30:57	AFASE/OLD		
24/03/1999	13:45:36	AFASE/OLD		
23/03/1999	14:57:00	ADEB/OLD		
18/11/1998	12:54:44	ADEBINS/OLD		
07/10/1998	00:00:00	ARESPAR35/ ATARE		
18/03/1998	19:16:14	DAPESP44		
26/01/1998	09:58:43	ACONPAR/OLD		

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 124

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
21/08/2024 11:19:19
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
124

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 125

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
21/08/2024 11:22:26
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
125

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 126

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
21/08/2024 11:22:29
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
126
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/08/2024 00:00:00
Data Final:
17/09/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ANDRE GARCIA BARBOSA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 127

Evento:
REMETIDOS_OS_AUTOS___RIN02__>_FNSCONV
Data:
21/08/2024 11:24:00
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
127

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 128

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__126
Data:
27/08/2024 16:28:35
Usuário:
P1558501 - ANDRE GARCIA BARBOSA - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
128

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 129

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__126
Data:
27/08/2024 16:28:35
Usuário:
P1558501 - ANDRE GARCIA BARBOSA - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
129

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região
Divisão de Assuntos Fiscais no estado de Santa Catarina – DIAFI / SC

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). JUIZ(A) DA 2ª VARA DA COMARCA DE RIO NEGRINHO – SC

Execução fiscal n. 0000173-50.1999.8.24.0055
Exequente: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
Executado: MULLER IMOBILIÁRIA LTDA.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), já qualificada nos presentes autos, por seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, atenta ao despacho (evento 125), expor e requerer o que segue.

De partida, cumpre esclarecer que as inscrições em Dívida Ativa 556441664, 557433770 e 557440661 estão plenamente exigíveis (anexo).

Ademais, considerando o leilão infrutífero, manifestar interesse na realização de leilão do imóvel penhorado por iniciativa particular.

A alienação por iniciativa particular da exequente ganhou novo regramento, de maneira a tornar o procedimento mais acessível aos interessados.

Por essa razão, a exequente REQUER, com fundamento no art. 879, I, do CPC, nova autorização para a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s), por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei[1] que, por sua vez, deve obedecer os critérios para alienação judicial, determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

1 **comprei.pgfn.gov.br**

Em sendo deferido, requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial.

- Prazo de alienação: 12 (dose) meses;

- Publicidade: Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

- Preço: O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC). O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

- Condições de pagamento: Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) com código de receita nº 7739 emitido pelo Comprei.

O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 30 (trinta) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.

Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC).

O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora,

conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União.

Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositosjudiciais/justica-federal/).

Procedimento: As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem.

Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.

Comissão de corretagem: 5% (cinco por cento) do valor da alienação;

Intermediário credenciado: Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação.

O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Isto posto, a União – Fazenda Nacional reitera os termos da última petição, quanto ao SISBAJUD, e requer a utilização do "comprei" como instrumento de alienação judicial.

Termos em que pede deferimento,

Data informada pelo sistema.

ANDRÉ GARCIA BARBOSA
Procurador da Fazenda Nacional
DIAFI - SC

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 3
Debcads Selecionados: 3
Parâmetro de Localização: 82768409000117

Devedor Principal:	MULLER IMOBILIARIA LTDA
CPF/CNPJ:	82.768.409/0001-17
Debcad:	556441664
Situação:	PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA - 560
Procuradoria Responsável:	SANTA CATARINA
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - MAFRA (SC)
Data Inscrição:	18/11/1998
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	27/06/1996
Período da Dívida:	13/1994 a 07/1995
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 44.215,37
Valor Total:	R$ 229.449,41
Nº Judicial:	
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	
Juízo:	0

Devedor Principal:	MULLER IMOBILIARIA LTDA
CPF/CNPJ:	82.768.409/0001-17
Debcad:	557433770
Situação:	PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA - 560
Procuradoria Responsável:	SANTA CATARINA
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - MAFRA (SC)
Data Inscrição:	18/11/1998
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	22/01/1998
Período da Dívida:	08/1995 a 03/1997

Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 233.163,24
Valor Total:	R$ 1.132.758,48
Nº Judicial:	
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	
Juízo:	0

Devedor Principal:	MULLER IMOBILIARIA LTDA
CPF/CNPJ:	82.768.409/0001-17
Debcad:	557440661
Situação:	PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA - 560
Procuradoria Responsável:	SANTA CATARINA
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - MAFRA (SC)
Data Inscrição:	18/11/1998
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	26/01/1998
Período da Dívida:	04/1997 a 13/1997
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 117.754,57
Valor Total:	R$ 541.984,31
Nº Judicial:	
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	
Juízo:	0

FIM DO RELATÓRIO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 130

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__120
Data:
29/08/2024 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
130

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 131

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__120
Data:
06/09/2024 01:11:09
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
131

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 132

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
06/09/2024 01:11:09
Usuário:
SECAUTOLOC - AUTOMATIZAÇÃO DE LOCALIZADORES - SISTEMA EPROC
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
132

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 133

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
06/09/2024 12:14:46
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
133

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Defiro a alienação particular por meio do sistema Comprei, nos termos do art. 879, I, do CPC.

Quanto ao Sisbajud, já foi deferido.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO CLIMACO JOSE, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310064806137v2** e do código CRC **27b5034d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO CLIMACO JOSE
Data e Hora: 6/9/2024, às 12:14:45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 134

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
06/09/2024 12:14:46
Usuário:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
134
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
17/09/2024 00:00:00
Data Final:
23/09/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ANDRE GARCIA BARBOSA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 135

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__134
Data:
16/09/2024 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
135

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 136

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__134
Data:
23/09/2024 09:09:00
Usuário:
P1558501 - ANDRE GARCIA BARBOSA - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
136

Processo n. 0000173-50.1999.824.0055

Exmo. Sr. Juiz,
A União - Fazenda Nacional manifesta ciência do despacho retro. Em tempo, aguarda a comprovação do SISBAJUD em face do executado.
Limitado ao exposto,
André G. Barbosa
pfn.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 137

Evento:

DETALHAMENTO_DA_ORDEM_JUDICIAL_DE_DESDOBRAMENTO_DE_BLOQUEIO_DE_VALORES___N

Data:
23/09/2024 13:24:46

Usuário:
CGJ_CAMP - AUTOMAÇÃO PROCESSOS CORREGEDORIA -

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
137

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 138

Evento:
JUNTADA_DE_ORDEM_CUMPRIDA___<BR_>_MULLER_IMOBILIARIA_LTDA_
Data:
23/09/2024 18:13:22
Usuário:
COSTACGJCAMP - RAMON DE QUADROS COSTA - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
138

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 139

Evento:
REMETIDOS_OS_AUTOS___FNSCONV__>_RIN02
Data:
23/09/2024 18:13:25
Usuário:
COSTACGJCAMP - RAMON DE QUADROS COSTA - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
139

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 140

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
24/09/2024 15:56:42
Usuário:
NSOCHOA - NAIANA SESTREM OCHOA - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
140

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000173-50.1999.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

ATO ORDINATÓRIO

Fica intimada a parte exequente para requerer o que entender de direito.

Documento eletrônico assinado por **NAIANA SESTREM OCHÔA WRIGHT**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310065704470v2** e do código CRC **40fcfc46**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): NAIANA SESTREM OCHÔA WRIGHT
Data e Hora: 24/9/2024, às 15:56:42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 141

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
24/09/2024 15:56:43
Usuário:
NSOCHOA - NAIANA SESTREM OCHOA - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
141
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
07/10/2024 00:00:00
Data Final:
25/10/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ANDRE GARCIA BARBOSA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 142

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__141
Data:
04/10/2024 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
142

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 143

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO____0000265_37_2013_8_24_00

Data:
09/10/2024 17:02:42

Usuário:
NSOCHOA - NAIANA SESTREM OCHOA - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
143

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Data:
15/07/2024 13:04:37

Usuário.:
RODRIGOCJ - RODRIGO CLIMACO JOSE - MAGISTRADO.

Processo:
0000265-37.2013.8.24.0055

Sequência Evento:
116

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000265-37.2013.8.24.0055/SC

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: MULLER IMOBILIARIA LTDA

DESPACHO/DECISÃO

Apense-se estes feitos aos demais processos com as mesmas partes, devendo todos tramitarem perante a unidade judiciária da primeira distribuição, nos termos do art. 28, caput e parágrafo único, da Lei 6.830/1980.

Suspenda-se no sistema eletrônico o andamento dos apensos, que seguem mediante despacho apenas no feito mais antigo, para produção de efeitos em todos.

Certifique-se quanto às eventuais penhoras existentes em todos os autos, inserindo a informação no feito mais antigo, com cópias dos respectivos termos.

Intime-se a Fazenda Pública para tomar ciência desta decisão e da certidão de penhoras, bem como para apresentar demonstrativo atualizado de todos os débitos cobrados nos autos apensados, de modo a viabilizar o impulso unificado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO CLIMACO JOSE, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310062169283v2** e do código CRC **579d8027**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO CLIMACO JOSE
Data e Hora: 15/7/2024, às 13:4:37

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
CERTIDÃO

Evento:
JUNTADA DE CERTIDÃO

Data:
09/10/2024 16:54:05

Usuário.:
NSOCHOA - NAIANA SESTREM OCHÔA WRIGHT - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO.

Processo:
0000265-37.2013.8.24.0055

Sequência Evento:
120

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho

R. Carlos Hantschel, 425 - Bairro: Bela Vista - CEP: 89295-000 - Fone: (47) 3130-9172 - Email: rionegrinho.vara2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000265-37.2013.8.24.0055/SC

CERTIDÃO

Certifico que procedi ao apensamento dos autos em epígrafe (autuado em 19/02/2013 - possui penhora) aos seguintes processos:

- 50011363020238240055 (originalmente 0001587-29.2012.8.24.0055) - Autuado em 30/05/2012 - Suspenso por parcelamento - Sem penhora

- 50011310820238240055 (originalmente 0301008-37.2014.8.24.0055) - Autuadoo em 14/11/2014 - Suspenso por parcelamento - Sem penhora

- 50011302320238240055 (originalmente 0002685-54.2009.8.24.0055) - Autuado em 09/12/2009 - Arquivado provisoriamente (art. 40, LEF) - Sem penhora

- 00029233920108240055 - Autuado em 29/09/2010 - Suspenso por 1 ano (art. 40, LEF) - Sem penhora

- 00012486119988240055 - Autuado em 31/08/1998 - Suspenso por parcelamento - Sem penhora

- 00012494619988240055 - Autuado em 01/09/1998 - Suspenso por estar apenso ao principal 00000202219968240055 - Possui penhora.

- 00007102120148240055 - Autuado em 12/03/2014 - Suspenso por parcelamento - Sem penhora

- 00015818520138240055 - Autuado em 05/07/2013 - Suspenso por parcelamento - Possui penhora

- 00012252720128240055 - Autuado em 10/05/2012 - Suspenso por parcelamento - Possui penhora

- 00017040620018240055 - Autuado em 04/09/2001 - Suspenso por parcelamento - Possui penhora

- 00026734020098240055 - Autuado em 07/12/2009 - Suspenso por parcelamento - Possui penhora

- 00026338720118240055 - Autuado em 09/11/2011 - Arquivado provisoriamente (art. 40, LEF) - Possui penhora

- 00011791420078240055 - Autuado em 25/04/2007 - Em movimento - Possui penhora

- 00001735019998240055 - Autuado em 23/02/1999 - Em movimento - Possui penhora

- 00024275420038240055 - Autuado em 24/11/2003 - Suspenso por parcelamento - Sem penhora

- 00000202219968240055 - Autuado em 02/12/1996 - Em movimento - Possui penhora

- 00012742519998240055 - Autuado em 30/08/1999 - Arquivado provisoriamente (art. 40, LEF) - Possui penhora

- 00005378520008240055 - Autuado em 29/03/2000 - Arquivado provisoriamente (art. 40,

LEF) - Possui penhora

O andamento processual se dará no feito mais antigo, qual seja 00000202219968240055, sendo que os demais feitos serão suspensos.

Documento eletrônico assinado por **NAIANA SESTREM OCHÔA WRIGHT**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310066484566v6** e do código CRC **5f287f72**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): NAIANA SESTREM OCHÔA WRIGHT
Data e Hora: 9/10/2024, às 16:54:5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 144

Evento:
JUNTADA___INFORMACAO__NAO_FORAM_ENCONTRADAS_SUBCONTAS__
Data:
10/10/2024 14:52:40
Usuário:
NSOCHOA - NAIANA SESTREM OCHOA - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
144

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

INFORMAÇÃO

Em consulta ao Sistema de Depósitos Judiciais, não foram encontradas subcontas para o processo número **0000173-50.1999.8.24.0055**.

Informações obtidas do Sistema de Depósitos Judiciais.
Documento gerado eletronicamente por NAIANA SESTREM OCHÔA WRIGHT em 10/10/2024 14:52:40.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 145

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_PARA_O_PROCESSO____0000020_22_1996_8_2

Data:
10/10/2024 14:55:46

Usuário:
NSOCHOA - NAIANA SESTREM OCHOA - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO

Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC

Sequência Evento:
145

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 146

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
10/10/2024 14:56:01
Usuário:
NSOCHOA - NAIANA SESTREM OCHOA - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
146

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 147

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__141
Data:
11/10/2024 09:58:51
Usuário:
P1558501 - ANDRE GARCIA BARBOSA - PROCURADOR
Processo:
0000173-50.1999.8.24.0055/SC
Sequência Evento:
147